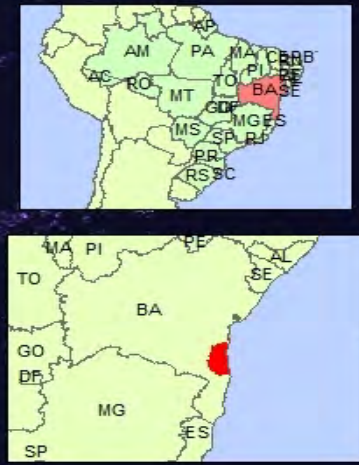
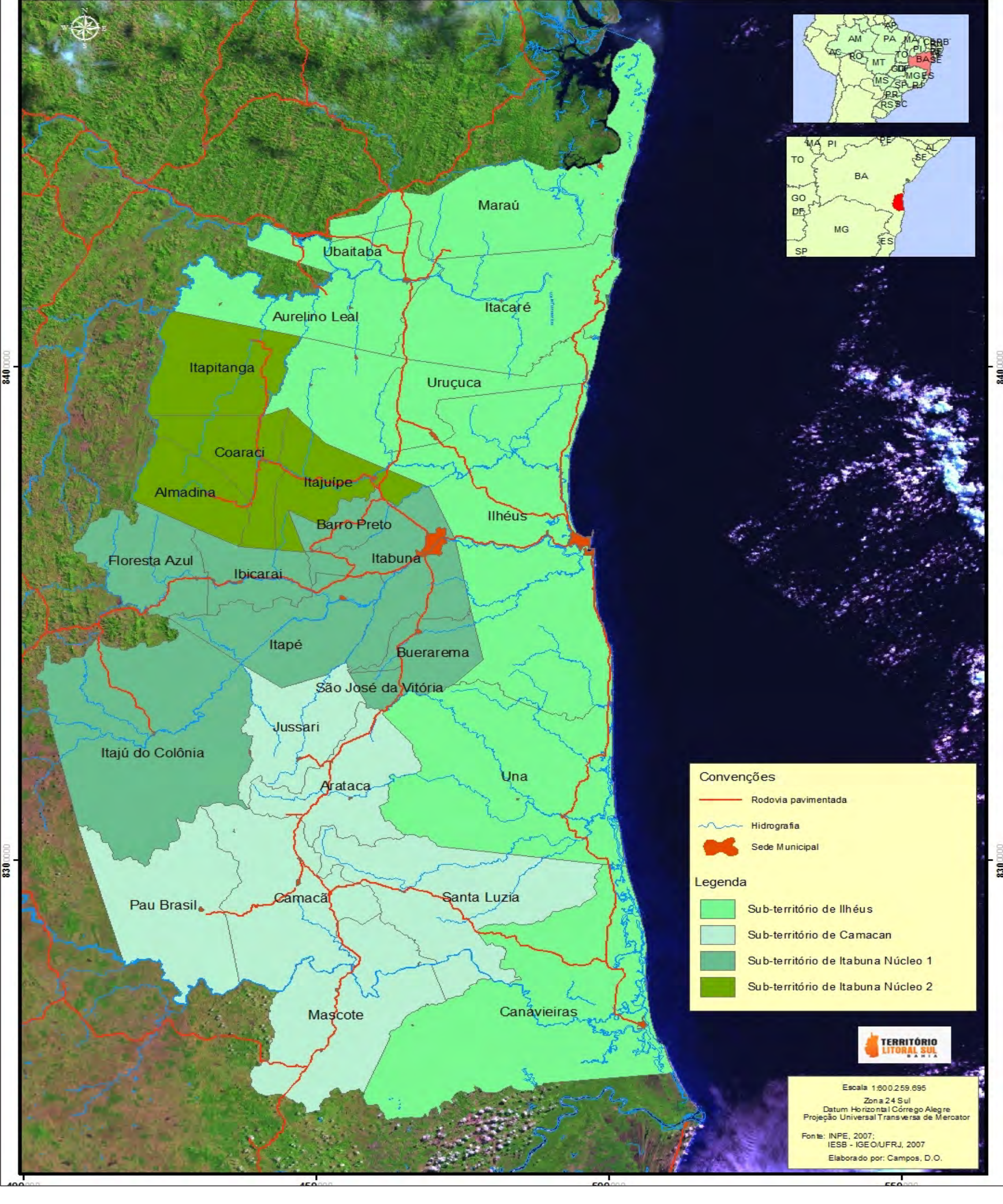




**PTDS**  
Plano Territorial de  
Desenvolvimento Sustentável Litoral Sul







**Convenções**

- Rodovia pavimentada
- Hidrografia
- Sede Municipal

**Legenda**

- Sub-território de Ilhéus
- Sub-território de Camacan
- Sub-território de Itabuna Núcleo 1
- Sub-território de Itabuna Núcleo 2



Escala 1:600.259.695  
Zona 24 Sul  
Datum Horizontal Córrego Alegre  
Projeção Universal Transversa de Mercator  
Fonte: INPE, 2007;  
IESS - IGEO/UFRJ, 2007  
Elaborado por: Campos, D.O.









**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO**  
**SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL - SDT**

**PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

Luiz Inácio Lula da Silva

**MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO**

Guilherme Cassel

**GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA**

Jaques Wagner

**SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL**

Humberto Oliveira

**DELEGADO FEDERAL DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO**

Lourival Soares Gusmão

**ARTICULADOR ESTADUAL DA SECRETARIA DE  
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO LITORAL SUL**

Sergio Costa

**ARTICULADOR INTER - TERRITORIAL**

Angélica Anunciação – SEPLAN/INGA

**ASSESSOR TERRITORIAL LITORAL SUL**

Marília A. Souza

José Xavier Costa

**AUXILIAR DE ASSESSOR TERRITORIAL LITORAL SUL**

Marcela Indira Cardoso

**ENTIDADES PARCEIRAS**

ABARÁ - Associação Brasileira de Apoio aos Recursos Ambientais

POLO SINDICAL dos Trab. Rurais do Sul da Bahia







**PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – PTDS  
QUALIFICAÇÃO/REVISÃO – SISTEMATIZAÇÃO**

**APOIO**

Colegiado Territorial

**EMPRESA RESPONSÁVEL**



**CONSULTORIA**

**TÉCNICOS RESPONSÁVEIS**

**ORGANIZAÇÃO, PRODUÇÃO DE TEXTOS , REDAÇÃO FINAL DO  
PTDRS E PESQUISA PARA QUALIFICAÇÃO DO DIAGNÓSTICO  
TERRITORIAL**

Cinira de Araújo Farias Fernandes

Anderson Cardoso Guimarães

**CARTOGRAFIA**

Danusa Campos

**LAYOUT, DIAGRAMAÇÃO, ILUSTRAÇÕES, TRATAMENTO DAS  
IMAGENS**

Alano Vasconcelos Sena Gomes

**REVISÃO**

Claudio Lasa

**FOTOS**

Volney de Souza Fernandes, Felipe Leal, Maura Bresil, José  
Xavier Costa, Pepe, Sayonara Malta, Cinira A.F. Fernandes,  
Nelson Moraes







# Plano de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável



Litoral Sul  
Bahia  
2010







‘O Território Litoral Sul é o  
nosso parlamento popular’





# Sumário

📖 Apresentação

📖 Resumo Executivo

📖 Referencial conceitual metodológico

📖 Diagnóstico Territorial

📖 Caracterização do Território

📖 Contexto histórico de formação do território

📖 Dados Demográficos

📖 Diversidade

Agricultores familiares  
Assentados de Reforma Agrária  
Povos Indígenas  
Pescadores Artesanais  
Comunidades Quilombolas  
Comunidades de Terreiro

📖 Características Geoambientais

Clima  
Recursos Hídricos  
Solo  
Fauna e Flora  
Áreas Protegidas

📖 Características Antrópicas

Estrutura Fundiária  
Infraestrutura de bens e serviços  
Educação  
Produção da Agricultura Familiar  
Turismo  
Manifestações Culturais

📖 Visão de Futuro

📖 Objetivos

📖 Valores

📖 Diretrizes

📖 Eixos de Desenvolvimento

Ambiental  
Institucional  
Socioeconômico  
Socioeducacional  
Sociocultural

📖 Sistema de Gestão do Plano

📖 Bibliografia





TABELA 1: População residente nos municípios do TLS, censos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. ....33

TABELA 2: População Rural e Urbana, área em Km2 e densidade populacional do municípios do TLS.....35

TABELA 3: Variação da população rural entre os anos de 1991 ao ano de 2000,em porcentagem.....37

Tabela 4: População Indígena do Território Litoral Sul.....46

TABELA 5: Relação das Unidades de Conservação no Território Litoral Sul.....58

TABELA 6: ONG Território Litoral Sul.....61

TABELA 7: Número de estabelecimentos e Área dos estabelecimentos agropecuários por condição legal das terras.....65

TABELA 8: Número de estabelecimentos e Pessoal Ocupado por Área dos estabelecimentos agropecuários por condição legal das terras.....66

TABELA 9: Estabelecimentos de saúde pública por município.....71

TABELA 10: Programas sociais nos municípios, e número de famílias com renda inferior a ½ salário mínimo per capita.....72

TABELA 11: Produtos agrícolas que apresentaram queda ou aumento de produção no Território.....75

Tabela 12 - Produtores na direção dos trabalhos dos estabelecimentos agropecuários por classe de idade do produtor.....77

TABELA 13 - Porcentagem dos estabelecimentos agropecuários que obtiveram financiamento e Valor dos financiamentos obtidos de recursos provenientes de programas governamentais de crédito.....79

TABELA 14 – Valor das receitas obtidas, no ano de 2006 por tipo de receita da agricultura familiar, em R\$ 1.000,00.....82

TABELA 15 – Porcentagem dos estabelecimentos rurais em relação a Assistência Técnica.....84

TABELA 16– Relação de Sindicatos e Cooperativas do Território Litoral Sul.....86









O fundamento dos novos modelos de gestão de desenvolvimento sustentável tem sido a **participação**, o que indica a enorme capacidade de contribuir na melhoria da gestão de políticas.

O **programa Territórios da Cidadania** é o que há de mais equânime dentre todas as políticas públicas implementadas nesses últimos anos pelo Governo Federal.

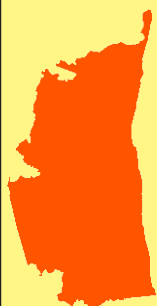
Com o objetivo de fortalecer esse trabalho gerador de um sistema de informações tanto diagnósticas quanto direcionadoras, o **Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Litoral Sul da Bahia**, em parceria com o MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário, através da SDT - Secretaria de Desenvolvimento Territorial, contribui como instrumento norteador para que as ações desenvolvidas neste Território possam gerar capacidades, incentivos e legitimidade para firmar sua autonomia, de forma a envolver os atores territoriais e a complexa malha de políticas e instituições públicas, a fim de garantir uma interlocução e uma gestão compartilhada.

O PTDS trata de um conjunto amplo de informações e desejos legítimos da população do Litoral Sul que orientará as discussões e coordenará iniciativas futuras em muitos níveis, dinamizando vários atores e otimizando o uso de recursos financeiros e a gestão das políticas inerentes aos seus municípios, cidades, comunidades e coletivos.

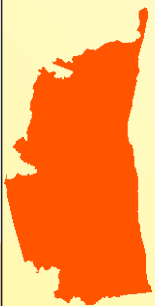
Escrito por centenas de mãos, tecido por diversos sujeitos e grupos, o PTDS do Litoral Sul é gerado e constituído por uma pluralidade e uma diversidade que propõe a articulação e participação equilibrada desse projeto de desenvolvimento humano sustentável.

O desafio do Plano é a compreensão dos diversos meios de vida, particularmente os meios de vida das populações mais carentes. Delimitando o ambiente externo onde vivem as pessoas e a forma como obtém seu sustento, a disponibilidade mais ampla de recursos. Para que se possa atingir a redução das desigualdade local e territorial, a consolidação de modelos democráticos de decisão e o exercício da efetiva política instaurada pela nova democracia brasileira.

)









## Resumo Executivo

○ Território da Cidadania Litoral Sul - BA abrange uma área de 14.736,20 Km<sup>2</sup> e é composto por 26 municípios da microrregião cacaueira do sul da Bahia: Almadina, Arataca, Aurelino Leal, Barro Preto, Buerarema, Camacan, Canavieiras, Coaraci, Floresta Azul, Ibicaraí, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Itaju do Colônia, Itajuípe, Itapé, Itapitanga, Jussari, Maraú, Mascote, Pau Brasil, Santa Luzia, São José da Vitória, Ubaitaba, Una, Uruçuca.

Para dinamizar o processo, observou-se que este possuía um grande número de municípios, fato que dificultava os trabalhos de sensibilização de atores sociais, articulações, elaboração de projetos, dentre outros, decidiu-se por dividir esse Território em Sub-territórios, assim constituídos:

● **Sub-Território Camacan:** Pau-Brasil, Camacan, Arataca, Jussari, Santa Luzia e Mascote.

● **Sub-Território Ilhéus :** Maraú, Itacaré, Uruçuca, Ilhéus, Canavieiras, Una, Ubaitaba e Aurelino Leal.

● **Sub-Território Itabuna – núcleo I -** Itabuna, Ibicaraí, Itapé, Itaju da Colônia, Floresta Azul, Barro Preto, São José da Vitória e Buerarema.

● **Sub-Território Itabuna – núcleo II -** Itajuípe, Coaraci, Almadina e Itapitanga .

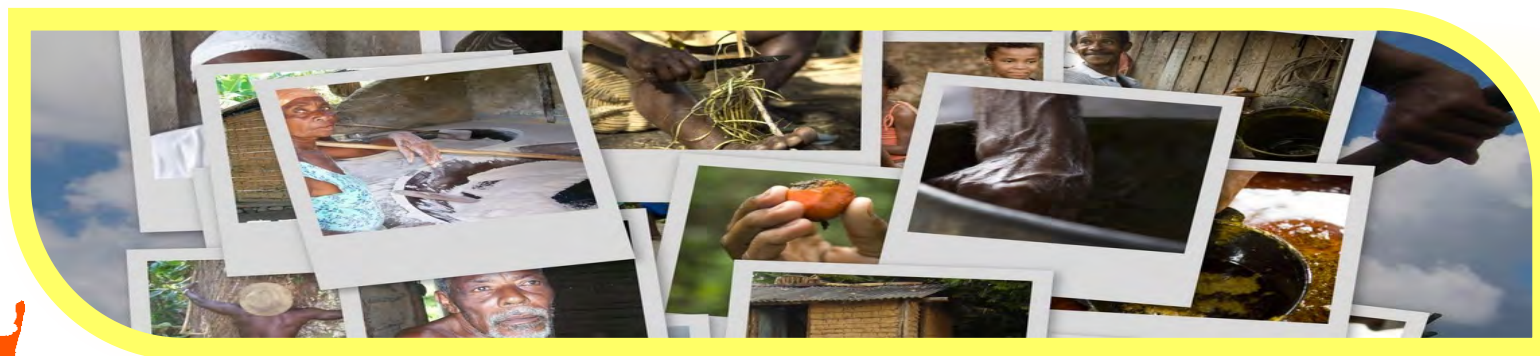




O Território de Cidadania Litoral Sul da Bahia tem essencialmente o suporte do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Neste período está sendo construído e implantado um Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável estabelecido a partir das diferentes dimensões do desenvolvimento:

- ⇒ **Dimensão Institucional:** discussão acerca da construção de políticas territoriais negociadas e de gestão participativa;
- ⇒ **Dimensão Ambiental:** com foco no desenvolvimento da agricultura familiar, o programa busca apoiar projetos estratégicos que melhorem a vida de agricultores familiares, assentados de reforma agrária, membros das comunidades quilombolas, indígenas, povos de terreiro, pequenas comunidades de pescadores e uma expressiva diversidade de manifestações culturais, apesar da “manifestação de identidade” descrita pelo MDA ser baseada na expressão socioeconômica (cacau);
- ⇒ **Dimensão Socioeconômica:** aspectos econômicos que sirvam de referência para usar e articular recursos locais para gerar oportunidades de trabalho e renda;
- ⇒ **Dimensão Sócioeducacional :** aspectos que envolvam juventude, esporte, gênero/geração, saúde, assistência social, comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas) .

Com foco no desenvolvimento da agricultura familiar, o programa busca apoiar projetos estratégicos que melhorem a vida de agricultores familiares, assentados de reforma agrária, membros das comunidades quilombolas, indígenas, povos de terreiro, pequenas comunidades de pescadores e uma expressiva diversidade de manifestações culturais, apesar da “manifestação de identidade” descrita pelo MDA ser baseada na expressão socioeconômica (cacau).







Mulher Quilombola  
Comunidade Serra de Água



O PTDS, revisado e qualificado, é o registro dinâmico porque passível de mudanças, constantes revisões e inacabáveis projeções sobre a também dinâmica estrutura do Território Litoral Sul; ele é produto do constante planejamento, monitoramento e avaliação do processo de desenvolvimento territorial iniciado em 2003 com apoio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA).

A metodologia proposta é embasada na concepção do Desenvolvimento Local. Uma análise realizada nos anos 90 acerca de territórios no país que se caracterizam pela alta qualidade de vida da população demonstrou que estes territórios possuem características em comum que estão sintetizadas na idéia que o Desenvolvimento Local pode ser descrito como possuindo cinco dimensões.

Estas cinco dimensões que configuram qualidade de vida, ou seja, Desenvolvimento Local, são:

- ➔ Inclusão social – acesso da população à educação pública de qualidade; serviços públicos de qualidade; assistência social como direito; ações de inclusão para minorias;
- ➔ Fluxos econômicos locais dinâmicos – os recursos disponíveis circulam o máximo possível dentro do território; manutenção e qualificação dos postos de trabalhos existentes, agrícolas e não-agrícolas; produção local; geração de novas oportunidades econômicas;
- ➔ Inovação na gestão pública – transparência nas políticas públicas; profissionalização da gestão; busca de resultados e metas; procedimentos impessoais;
- ➔ Uso racional dos recursos naturais – proteção ambiental; reciclagem; uso de produtos locais; manutenção e valorização da paisagem;
- ➔ Mobilização social – formação de novas lideranças; ações voluntárias; organizações e movimentos comunitários atuantes; debates e iniciativas diversas.







O aspecto mais relevante nesta concepção reside no fato de que o Desenvolvimento Local não é fruto de um projeto único, da intervenção de um ator externo ou de um investimento pontual. O Desenvolvimento Local constitui um processo continuado de melhoria da qualidade de vida da população, criado, gerido e construído pelas gerações que ali vivem e moram. Atores externos, projetos temporários e investimentos pontuais podem apoiar, impulsionar e acelerar os processos de mudança. Mas essencialmente são as pessoas que habitam o território que promovem – ou não – o desenvolvimento local.

O ponto de partida para sua elaboração é a primeira versão do Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável, elaborada em 2005.

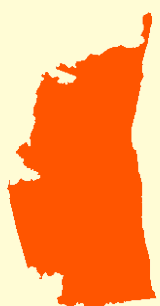
O caminho já percorrido para esta qualificação começou de fato há dois anos, período em que oficinas preparatórias foram realizadas com esse intuito, quando do lançamento do PTC ( Programa Territórios da Cidadania). As discussões que se sucederam deram lugar a grandes debates que suscitaram uma profunda revisitação a todo o fluxo de dinamicidade por que passa uma reformulação de qualquer plano diretor.

**A preparação da ambiência territorial:** edital de contratação da consultoria, capacitação dos consultores, articulação e mobilização do colegiado e de todos os atores se deu com muita vitalidade e transparência. O **Evento territorial** aconteceu com a apresentação da proposta de revisão /qualificação participativa do PTDS, definição da equipe territorial de apoio técnico ao planejamento e agenda para realização completa do processo.

**A Jornada territorial:** atividade secundária que os consultores juntamente com os articuladores se deram com o deslocamento feito por quase toda totalidade dos municípios, o que garantiu uma participação mais efetiva dos representantes dos mais variados eixos de discussões, em visitas a instituições, entidades ou lideranças com o intuito de enriquecer as informações do diagnóstico com dados primários.

O diagnóstico foi feito a partir da primeira versão do PTDS, e alguns dados consultados no próprio sítio eletrônico do MDA ( [www.mda.gov.br](http://www.mda.gov.br)), sendo consultados também os materiais das várias conferências realizadas nos municípios, território e no estado, além de outros instrumentos disponibilizados por universidades, acadêmicos, instituições, etc. Utilizou-se ao máximo **as metodologias participativas para garantir a pluralidade dos atores** para a revisão e qualificação desta segunda versão do Plano Territorial com vistas a promoção do Desenvolvimento Sustentável, ou seja, uma proposta de desenvolvimento com enfoque nas diferentes dimensões da sustentabilidade (econômica, social, política, cultural, ambiental e territorial).

Por fim, a revisão do Plano se deu pela análise e qualificação das informações do diagnóstico; revisão da Visão de Futuro; redefinição dos programas e projetos pertinentes às demandas apresentadas pelos coletivos e a definição da forma de gestão do PTDS.





O território de Identidade Litoral Sul possui uma população estimada em 862 mil habitantes, 6,2% da população estadual em 2008. É responsável por cerca de 4,5% do PIB da Bahia – ou R\$ 4,3 bilhões, em valores de 2006 –, sendo, por isso, o quinto maior território de identidade no que se refere à agregação de valor ao PIB baiano. Sua atividade econômica concentra-se no segmento de Serviços, que representa 63% de seu PIB. Nesse sentido, os principais municípios do território são, por ordem de representatividade, Itabuna, Ilhéus e Canavieiras. Juntos, esses três municípios são responsáveis por 73% do PIB e 54% da população do Litoral Sul.

Nesse Território de Identidade, São José da Vitória é o menor município em contingente populacional e também em participação econômica. Tem população estimada em 6.270 habitantes e PIB de aproximadamente R\$ 12 milhões, isto é, apenas 0,3% do PIB do próprio Território. Quando se analisa o Índice de Desenvolvimento Social (IDS), por exemplo, verifica-se que o mesmo município ocupava a 29ª posição no estado da Bahia em 2006. E Ilhéus, por sua vez, ocupa a 23ª posição no ranking do IDS estadual. Isso ajuda a evidenciar que, não obstante os grandes municípios apresentarem uma atividade interna mais elevada, como seria de se esperar, sua distribuição de renda tende a ser mais concentrada do que nos pequenos municípios.

No que se refere a arrecadação tributária municipal, a análise dos dados fornecidos pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) revela que os municípios desse território são extremamente dependentes das transferências constitucionais, principalmente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Revela ainda que apenas 10% da arrecadação tributária, em 2006, se constituíam de receitas próprias, isto é, aquelas realizadas com base na vocação econômica e no esforço fiscal próprio do município. Os principais impostos municipais são, por ordem de importância, o Imposto sobre Serviços (ISS) e o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).





Não são raros os casos em que todos os tributos municipais sequer chegam a 5% da receita orçamentária municipal. Desse modo, Ilhéus teve, em 2006, do total de suas receitas orçamentárias, apenas 12,5% relacionadas àquelas de natureza própria. Essa situação não foi diferente para Itabuna, onde as receitas próprias representaram, nesse mesmo ano, 14% do total da receita realizada pelo município. Por outro lado, o município que apresentou, também em 2006, o maior percentual de receitas próprias frente a sua receita orçamentária total foi Itacaré, com 24%. Tal situação ganha contornos de maior complexidade ao se constatar que, mesmo em Ilhéus, importante centro polarizador dos recursos econômicos do Litoral Sul, a capacidade de realização de investimentos é muito baixa, vez que os recursos orçamentários próprios, relacionados a sua dinâmica econômica, são insuficientes para fazer frente a todos os problemas e demandas sociais de sua população.



O capital humano associado a esta paisagem é formado por diversos atores, com cerca de 14.610 agricultores familiares, 2.564 famílias assentadas, 2.743 pescadores, 11 comunidades quilombolas e duas terras indígenas, sendo ainda marcante a presença da agricultura tradicional (Territórios da Cidadania, 2010). Baseado em três eixos principais de desenvolvimento (ambiental, econômico e social), o Território Litoral Sul tem um plano estratégico que é o PTDRS, Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável (este que é revisado e qualificado agora). O plano é gerido por um conjunto de instituições ligadas aos trabalhadores, sociedade civil organizada e governo, que forma o GGE – Grupo Gestor Executivo. Estas juntos com o poder público de forma paritária compõem o colegiado territorial formado por cerca de 70 instituições, das 35 da sociedade civil, cerca de 06 são cooperativas de produtores e técnicos, 08 ONGs sendo a maioria de caráter socioambiental, 01 associação de prefeituras, 02 etnias indígenas, 04 movimentos sociais, 03 associações de agricultores e 02 conselhos municipais de agricultura, 02 associações de pescadores e marisqueiras, 02 representações sindicais, 01 associação de agentes comunitários, 01 associação de artesãos, CPT, conselho quilombola e 01 escola família agrícola. O poder público por sua vez é formado pelas 26 prefeituras, UESC, EBDA, CEPLAC, SEBRAE, INCRA, INGÁ, DIREC, CAR, e BNB.







**A**lém disso, das instituições que compõem o colegiado, 18 integram o colegiado executivo também formado de forma paritária entre poder público e sociedade civil. Ainda integram o colegiado as seguintes instâncias, núcleo técnico, grupos de trabalho: educação e cultura, direito e desenvolvimento social, água e saneamento, infra estrutura e ações fundiárias, organização da produção e apoio a gestão territorial e ainda as câmaras técnicas de educação, cultura, meio ambiente, rede de ATER e Base de Serviço e comercialização.

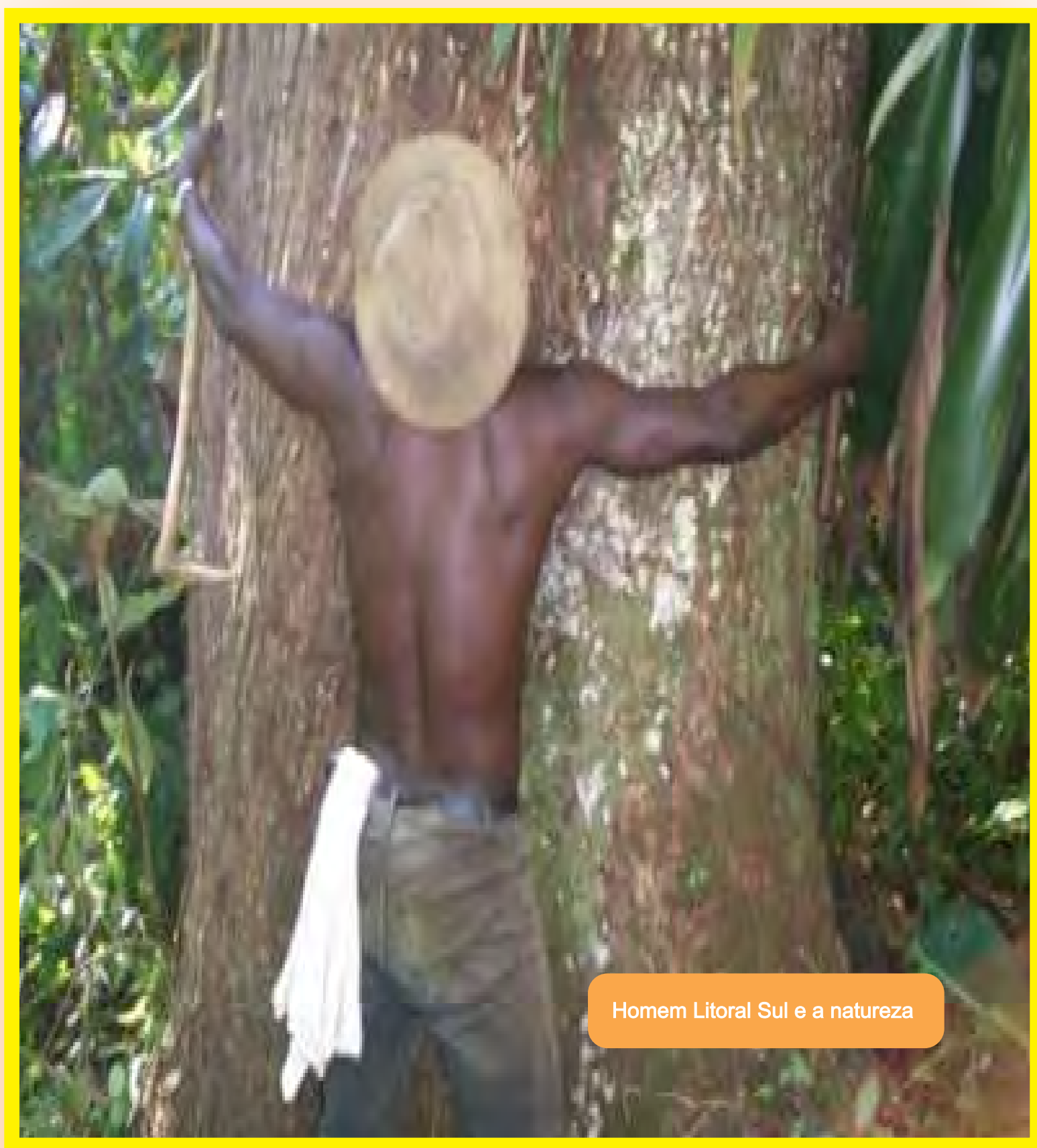
Esta formação das instâncias de gestão territorial são resultados de um acúmulo organizacional do território Litoral Sul, voltadas principalmente para dar sustentação a execução do PTDS e seus diversos eixos. Como resultado das articulações territoriais destaca-se a organização de algumas cooperativas e associações, no acesso a políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA (SEDES, CONAB, MDS), o trabalho de algumas ONGs ambientalistas com experiências pilotos em agroecologia, o esforço na formação de um arranjo produtivo local no município de Buerarema em torno da cadeia produtiva da mandioca e da criação de uma indicação de procedência.

Destaca-se também o fórum diálogo do cacau, espaço de concertação entre indústria, produtores tradicionais, movimentos sociais e ambientalistas e o esforço conjunto da Secretária de Agricultura do Estado da Bahia - SEAGRI, EBDA, CEPLAC, UESC e associações de produtores em desenvolver tecnologias para o processamento de cacau, chocolate e derivados em pequena escala. Este último com grande potencial de formar diversos arranjos produtivos locais, a partir da cooperação entre produtores, cooperativas, empresas de pequeno porte e instituições de ciência e tecnologia na inovação de produtos e serviços, que agreguem valor e renda a cadeia produtiva do cacau.

A quantidade de hotéis, pousadas e restaurantes representam um grande potencial de consumo de produtos regionais, destacando-se a integração entre agricultura e turismo resultante da parceria entre o TXAI Resort, Instituto Floresta Viva e Associação do agricultores Orgânicos da APA Itacaré Serra Grande - Embaúba, outros empreendimentos também tem aderido ao programa formando um arranjo produtivo local a partir da integração agricultura familiar – e o turismo nos municípios de Itacaré e Uruçuca.

Percebe-se, portanto, que o território Litoral Sul possui diversas potencialidades que podem ser utilizadas a partir do fortalecimento de seu capital social, tendo o cacau e a mata atlântica como elementos de identidade capazes de gerar a coesão social necessária para que a governança e a organização sócio-produtiva sejam estabelecidas.





Homem Litoral Sul e a natureza





## Contexto Histórico de Formação do Território



A **capitania de Ilhéus**, no sistema das capitanias hereditárias, foi uma das divisões da costa brasileira determinada pelo rei Dom João III como sistema de colonização do Brasil. Foi criada no trecho da costa entre o Morro de São Paulo até à margem esquerda do rio Jequitinhonha, em Belmonte.

Eram 50 léguas de costa, estendo-se da foz do rio Jaguaripe, próximo à Ilha de Tinharé, ao norte, até à foz do Rio Coxim, ao sul. Doadada pelo rei na cidade de Évora, em 26 de junho de 1534, a Jorge de Figueiredo Correia, foi ocupada em 1535 por um Capitão-mor por ele nomeado, Francisco Romero que, após curta estada no Morro de São Paulo, transferiu-se para a foz do rio Cachoeira e fundou a primitiva vila de São Jorge dos Ilhéus (1536), na elevação depois conhecida como Morro da Matriz Velha. Foi de lá transferida para o sítio atual, entre os outeiros de Pontal e da Ponta de Pedra de Pernambuco.

Romero conseguiu uma boa convivência dos colonos com os índios [Tupiniquins](#), o que resultou em relativa prosperidade.

Segundo [Gabriel Soares](#), nela se plantou, pela primeira vez no Brasil, a [cana-de-açúcar](#). Dentre os sesmeiros que possuíam engenho figuram [Mem de Sá](#), dono do Engenho de Sant'Ana, o primeiro do Brasil (hoje ponto turístico da Costa do Cacau-Litoral Sul) doado mais tarde aos [jesuítas](#), e "[Fernando d'Álvares de Andrade](#)", homem rico da Metrópole.

Nos meados de 1553 se iniciaram efetivamente as explorações das margens de um curso d'água, a partir de sua foz, batizado mais tarde como Rio Cachoeira. Coube aos Jesuítas, no trabalho de catequese dos índios, ao adentrarem pela selva, a formação de pequenas roças de milho e mandioca, para facilitar o trabalho de atração dos silvícolas.

As roças abertas pelos jesuítas, típicas clareiras na mata, desapareceram com o tempo. Duas delas, localizadas à margem do Rio Cachoeira lograram sobreviver, organizando-se em conglomerados urbanos: Ferradas e Tabocas.

Entre 1730 e 1790, partindo de Ilhéus, bandeiras desafiaram os perigos da penetração na mata densa com relevo acidentado, à caça de escravos e dizimando os índios das tribos Guerrens, Pataxó, Camacãs, descendentes diretos dos índios encontrados por Cabral quando aqui aportou, para conseguirem abrir estradas em direção ao interior.

Em 1746, a cacauicultura foi introduzida na Bahia, pelo colono francês Luiz Frederico Warneaux, que trouxe as sementes de árvore nativa da Amazônia, doando-as a Antônio Dias Ribeiro. Estas sementes foram plantadas pelo mesmo na Fazenda Cubículo, situada a margem direita do Rio Pardo, na época pertencida à Capitânia de São Jorge dos Ilhéus, atualmente município de Canavieiras.



Sagrado e profano num diálogo cultural



Ilhéus ganhou fama em todo o Brasil graças ao ciclo do cacau. Nas primeiras décadas do século XX, a cidade cresceu vertiginosamente e ficou conhecida como a Rainha do Sul, atraindo trabalhadores e aventureiros de várias partes do nordeste e até mesmo de outras regiões do país. O cacau enriqueceu proprietários de terra, embalou o sonho dos lavradores e foi objeto de lutas sangrentas.

A cidade, sustentada pela maior produção de cacau do mundo, irá figurar, na maior parte do século XX, entre as mais ricas do país.

É evidente que o surgimento de Itabuna, anteriormente Tabocas, está inteiramente ligado à própria expansão da cultura do cacau, principalmente pela vinda de nordestinos fugidos da seca e a perspectiva do encontro de terras aptas e devolutas, o que ocorreu em toda região. Essa incorporação da mão-de-obra permite a conclusão de um "vertiginoso crescimento" da população no eixo Ilhéus - Itabuna, que varia de sete mil pessoas, em 1892 a 105 mil, em 1920 uma média anual de quase 7%, enquanto o Estado, em seu conjunto, apenas se aproxima de 2%.

A chegada da estrada de ferro em 1912 e a malha rodoviária feita construir pelo Instituto de Cacau da Bahia, na década de 30 do século passado, fizeram o município tornar ponto de convergência viária regional, o que muito contribuiu para o vertiginoso avanço de seu comércio. Até 1945 a região sudeste da Bahia apresentava 85% de cobertura vegetal,

parte desta representada por Mata Atlântica original e parte por esse sistema denominado cabruca e parte destas áreas em relevo acidentado.

Por outro lado, a ocupação mais ao interior da Bacia do Rio Cachoeira desde o início se caracterizou pela atividade pastoril. É uma área originalmente de mata menos densa que a zona litorânea, favorecendo a ocupação. Ao mesmo tempo, os menores índices pluviométricos e solos rasos não eram adequados ao cultivo do cacau, o que acabou determinando o desenvolvimento da pecuária nesta área.

Em São Jorge dos Ilhéus, Jorge Amado narra a saga da região cacaueira, que se confunde com a própria história do Território Litoral Sul, com seus primeiros coronéis, que se tornaram homens ricos e poderosos, seguidos na aventura da exploração do cacau por jovens doutores, trabalhadores e comerciantes.

Depois de um período de luta pelas melhores terras, "o fruto da cor do ouro" tornou-se mercadoria de alto valor no mercado internacional, e os exportadores assumiram a dianteira dos negócios. Aos poucos, toda a economia da região é lançada numa roda-viva em que trabalhadores rurais, proprietários de terras e operários se tornam peças de um jogo de risco.

Porém, em 1989 aparece em nossa região uma doença na lavoura de cacau chamada "vassoura de bruxa" provocada pela presença de um fungo chamado *Moniliophthera* pernicioso (antes chamado de *Crinipellis Perniciosa*), provavelmente vinda da região Amazônica.







Os agricultores que neste ano de 1989, enfrentavam ainda uma crise com a imensa queda do preço do cacau no mercado internacional, tiveram seu problema agravado com uma queda elevada na produção. Em 1988 a produção regional que era de 390 mil toneladas, caiu para 123 mil em 2000.

Podemos classificar de todas as fases cíclicas de ascensão e queda pelas quais passou a cacauicultura baiana nas últimas décadas, a região, a partir de 1989, vive uma crise que pode ser classificada como uma das mais sérias, com causas e efeitos nos campos econômico, social e ambiental, promovendo desta forma uma mudança das bases produtivas do território.

Com 20 anos de queda da produção de cacau, base da economia local durante toda a formação do território, observa-se que como toda monocultura, o cacau não provoveu na região uma economia estável e autosustentada, tampouco numa sociedade desenvolvida. Hoje, trata-se de uma região descapitalizada, com matriz produtiva frágil e simples, praticamente centrada em um produto que é todo controlado e voltado para o comércio exterior. Apresenta grande dificuldade de geração de oportunidades de negócios, de emprego e renda. Os investimentos acenados para ela são reflexos de incentivos decorrentes da guerra fiscal entre os estados brasileiros, no propósito de atraí-los.

Esta situação regional é agravada, e torna-se mais dramática quando se associa o contexto de globalização, onde a sociedade é exposta à competição, onde a lógica que comanda esse processo não aponta para uma maior igualdade social e econômica inter e intra-povos (GASPARETO, 1997). Ao contrário, trata-se de uma dinâmica comandada pelo mercado, mais poderoso que qualquer economia ou país tomado individualmente. Neste cenário o mercado aponta para a concentração de poder e de renda, dada a dimensão tecnológica desse novo ciclo econômico.

Mesmo com a mudança radical das bases produtivas econômicas do território, a agricultura familiar se sedimenta como um dos principais aspectos norteadores das políticas de desenvolvimento sustentável, característica mais marcante da identidade deste território.



Rio Cachoeira, Itabuna

## Dados Demográficos

A Tabela 1 apresenta a variação da população do TLS nos últimos 40 anos, observa-se que durante o período de 1970 a 1991, houve um aumento populacional, o que podemos associar ao crescimento regional e investimentos na lavoura cacaueteira, base da economia territorial.

De 1991 a 2000, período da crise da lavoura cacaueteira há uma diminuição da população na grande maioria dos municípios, exceto nas cidades de Ilhéus, Itabuna. Este fato continua a ser crescente na primeira amostra do censo de 2010 onde se observa uma queda no território de aproximadamente 10% da população. A exceção o município de Itabuna onde há um aumento de 3% e os municípios de Itacaré e Maraú.

A perda da população neste Território é o indicador mais forte da dramaticidade da crise porque passa essa importante região do estado da Bahia.

O Território Litoral Sul possui uma população rural que corresponde a 24,56% da sua população total. Podemos desta forma caracterizar o território como possuidor de uma grande influência vinda do meio agrícola em suas características sociais, econômicas, culturais, de políticas públicas, dentre outras.



TABELA 1: População residente nos municípios do TLS nos resultados dos censos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Microrregião Geográfica e Município	População residente (Pessoas)				
	1970	1980	1991	2000	2010
<b>Território Litoral Sul</b>	537.413	701.527	867.653	845.714	757.822
Almadina	7.720	9.146	10.004	7.862	6.360
Arataca	-	-	13.594	11.218	9.872
Aurelino Leal	12.300	16.378	15.737	17.149	13.599
Barro Preto	5.978	8.200	10.601	8.602	6.453
Buerarema	18.889	24.875	20.839	19.118	18.094
Camacan	22.644	40.500	37.023	31.055	30.179
Canavieiras	33.460	42.122	33.019	35.322	32.239
Coaraci	21.759	27.412	31.064	27.852	20.901
Floresta Azul	15.428	18.436	13.940	11.614	10.660
Ibicarai	26.152	30.978	30.560	28.861	24.008
Ilhéus	107.971	131.456	223.750	222.127	176.917
Itabuna	112.721	153.339	185.277	196.675	202.359
Itacaré	14.104	13.207	18.431	18.120	23.658
Itaju do Colônia	9.915	10.834	9.773	8.580	7.256
Itajuípe	19.828	24.986	24.931	22.511	20.900
Itapé	12.690	11.403	15.644	14.639	10.207
Itapitanga	9.550	10.387	10.474	10.382	10.856
Jussari	-	-	8.470	7.556	6.401
Maraú	11.875	14.298	17.496	19.621	19.079
Mascote	10.567	19.227	20.178	16.093	14.293
Pau Brasil	15.135	18.776	16.179	13.048	10.591
Santa Luzia	-	-	16.319	16.061	12.608
São José da Vitória	-	-	8.768	6.210	5.711
Ubaitaba	11.260	16.030	21.062	23.854	20.614
Una	22.344	37.601	23.757	31.261	24.201
Urugua	15.123	21.936	30.763	20.323	19.806

Fonte: IBGE, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.





Observa-se na Tabela 2 que o município de Itabuna, Buerarema, Aurelino Leal, Coaraci e São José da Vitória tem uma população rural abaixo de 20%.

Os municípios de Itacaré, Maraú, Una, Arataca ainda têm uma população rural acima de 50%.





TABELA 2: População Rural e Urbana, área em Km2 e densidade populacional do municípios do TLS.

Municípios	População		Urbana		Rural		Área	Densidade
	Total	Homem	Mulher	Homem	Mulher		Km²	(Hab/Km²)
Estado da Bahia		4.227.922	4.544.426	2.234.111	2.063.791		567.295	23
Litoral Sul	843.901	310.071	326.599	112.057	95.174		14.736	57,27
Almadina	7.862	7.862	2.759	1.357	1.089		248	31,73
Arataca	7.862	7.862	2.677	3.256	2.479		398	28,22
Aurelino Leal	7.862	7.862	7.032	1.773	1.436		448	38,28
Barro Preto	8.602	2.589	2.570	1.889	1.554		121	71,09
Buerarema	19.118	8.021	8.228	1.570	1.299		210	90,91
Camacan	31.055	11.972	12.310	3.648	3.125		635	48,89
Canavieiras	35.522	12.912	13.431	5.035	3.944		1.381	25,59
Coaraci	27.852	11.404	11.865	2.428	2.155		298	93,49
Floresta Azul	11.614	3.754	3.794	2.228	2.155		353	32,91
Ibicaraí	28.861	9.426	9.907	4.967	1.838		219	131,97
Ilhéus	222.127	78.680	83.445	31.765	28.237		1.848	120,22
Itabuna	196.675	91.687	99.797	2.998	2.493		445	442,17
Itacaré	18.120	4.036	3.915	5.578	4.591		773	24,72
Itajú do Colônia	8.580	3.171	3.270	1.202	937		1.222	7,02
Itajuípe	22.511	7.989	8.134	3.414	2.974		297	75,79
Itapé	14.639	4.153	4.513	3.117	2.856		445	32,91
Itapitanga	10.38	3.524	3.571	1.786	1.501		412	25,22
Jussari	7.556	2.591	2.533	1.317	1.115		358	1,11
Maraú	18.366	1.393	1.456	8.327	7.190		777	23,63
Mascote	16.093	5.921	5.932	2.286	1.954		712	22,61
Pau Brasil	13.048	4.305	4.435	2.405	1.903		612	21,33
Santa Luzia	15.503	4.244	4.085	4.003	3.171		788	19,67
São José da Vitória	6.210	2.619	2.535	582	474		542	115,86
Ubaitaba	23.854	8.963	9.619	2.824	2.448		223	107,16
Una	31.261	7.729	7.545	8.868	7.119		1.164	26,87
Uruçuca	20.323	6.917	7.241	3.434	2.731		339	59,97

Fonte: IBGE 2007.  
Nota: (1) Para os municípios com densidade populacional maior que 80 hab/km2 e população maior que 200 mil habitantes, a população ponderada corresponde população rural do município em questão





Com as dificuldades cada vez mais acentuadas para a prática da agricultura tradicional, o êxodo rural, o trabalho assalariado e a venda da propriedade continuam a ser as únicas alternativas vistas pelo pequeno agricultor e tem caracterizado a dinâmica demográfica da maioria dos municípios brasileiros, como também o Território Litoral Sul.

Com destaque aos municípios de Uruçuca, Mascote e Itajú do Colônia que foi acima de 40% (Tabela 3). bramovay et al. (1996) afirma que a principal diretriz na busca do desenvolvimento rural deve ser a consolidação da agricultura familiar, pois ela representa uma forma de ocupação geradora de renda e a possibilidade de fixação desses produtores no campo, contendo o êxodo rural.



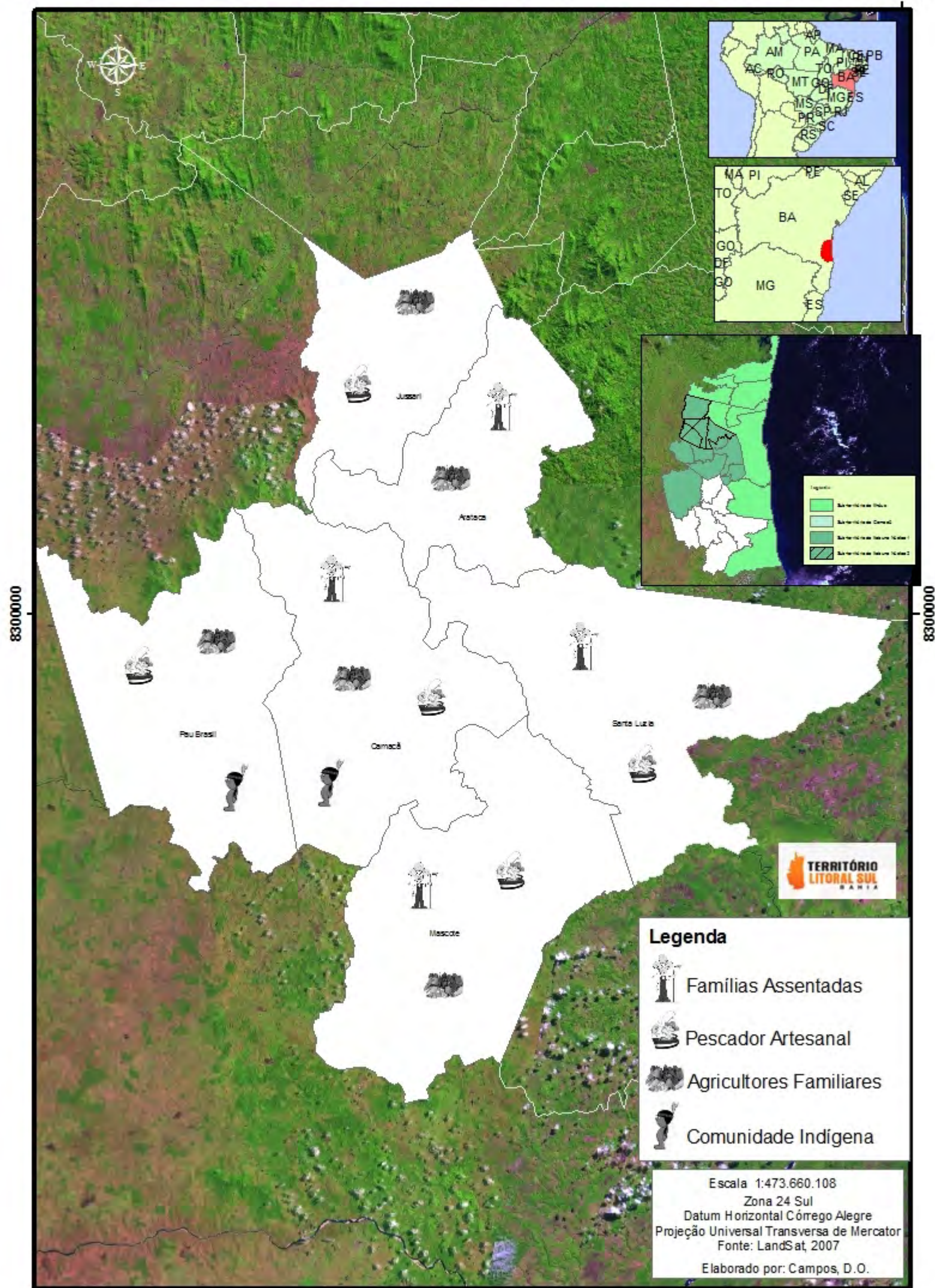




TABELA 3: Variação da população rural entre os anos de 1991 ao ano de 2000, em porcentagem.

BRASIL, MICROREGIÃO GEOGRÁFICA E MUNICÍPIO			
População Rural			
Municípios	Ano 1991	Ano 2000	Variação%
Almadina	39,74	33,86	-5,8
Arataca	67,22	53,86	-13,26
Aurelino Leal	41,11	18,71	-22,04
Barro Preto	56,71	40,03	-16,68
Buerarema	23,42	15,01	-8,41
Camacan	55,08	21,81	-33,99
Canavieiras	37,44	25,42	-12,02
Coaraci	30,28	17,81	-13,17
Floresta Azul	44,29	31,85	-12,44
Ibicaraí	36,74	33,01	-3,73
Ilhéus	35,54	26,94	-8,06
Itabuna	4,16	2,79	-1,37
Itacaré	76,81	56,12	-20,69
Itajú do Colônia	70,48	25,54	-44,94
Itajuípe	35,94	28,38	-7,56
Itapé	51,64	40,08	-10,84
Itapitanga	41,81	31,66	-10,15
Jussari	45,58	32,19	-13,39
Maraú	84,85	85,48	0,63
Mascote	92,02	26,35	-65,85
Pau Brasil	42,65	33,02	-9,63
Santa Luzia	54,59	48,14	-6,45
São José Da Vitória	40,05	18,44	-22,06
Ubaitaba	40,61	22,01	-18,51
Una	77,49	55,15	-22,34
Uruçuca	70,61	30,34	-40,27







500000

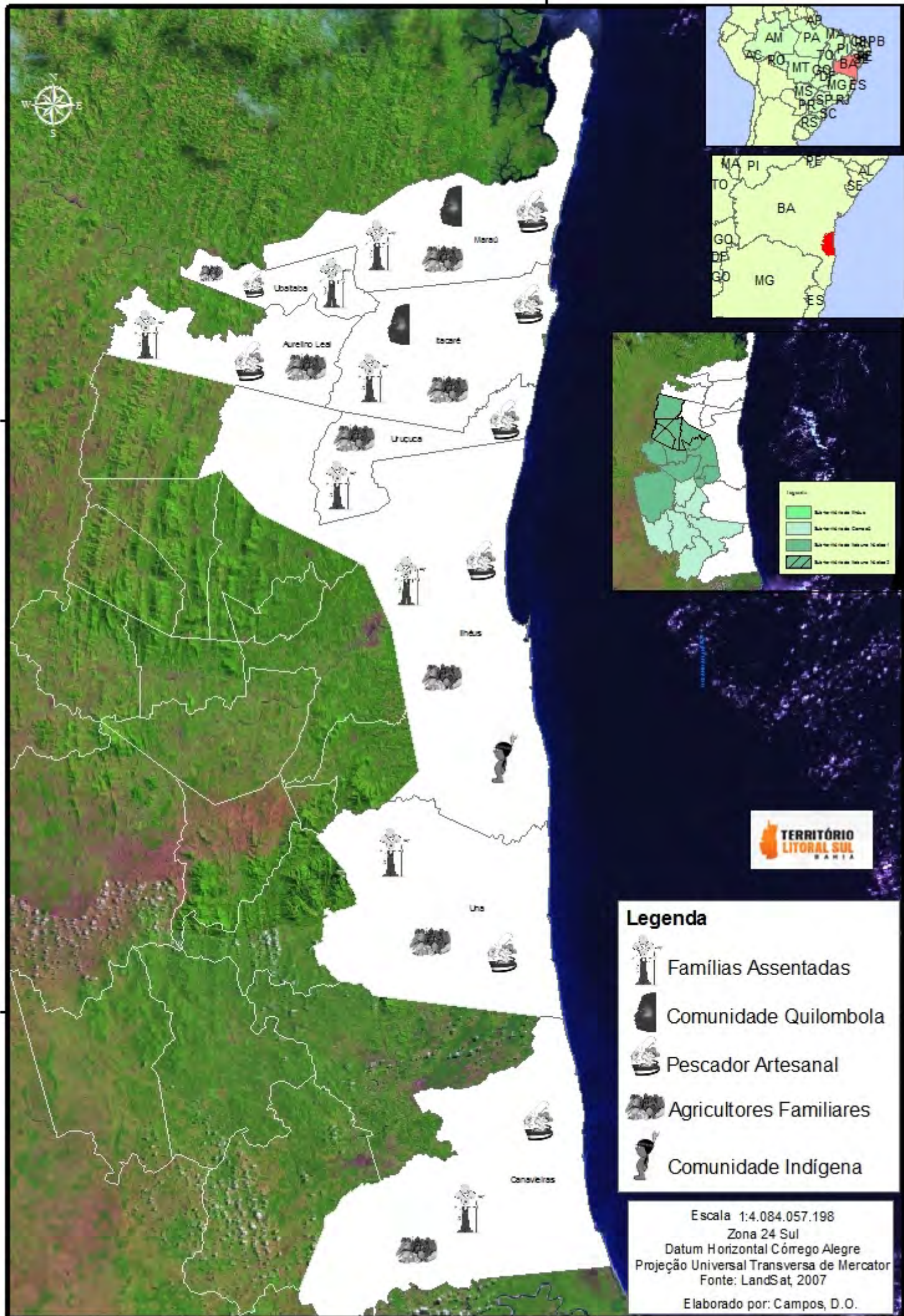
8400000

8400000

8300000

8300000

500000





450000



8400000

Isotango

Coeraci

Almadina

Isajipe

### Legenda



Famílias Assentadas



Pescador Artesanal



Agricultores Familiares



Comunidade Indígena



Escala 1:263.856.892

Zona 24 Sul

Datum Horizontal Córrego Alegre

Projeção Universal Transversa de Mercator

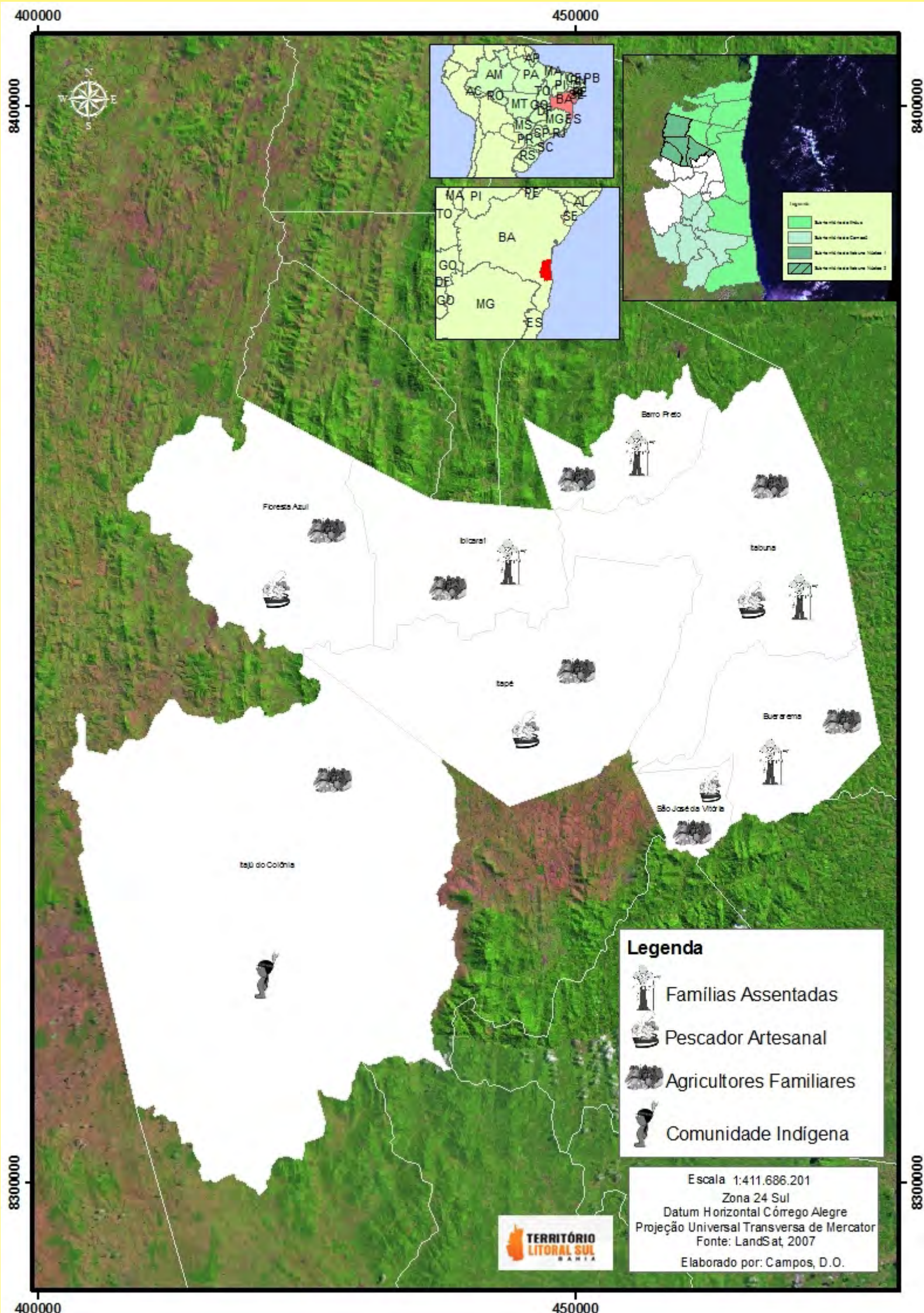
Fonte: LandSat, 2007

Elaborado por: Campos, D.O.

450000

8400000










## Agricultores Familiares

A agricultura ainda é a principal atividade nas regiões mais pobres do planeta, e onde vive metade da população com menores rendas do planeta. No Brasil, a partir dos anos 50 houve importantes fluxos de migração interna rumo às cidades, no entanto cerca de 20% da população ainda vive em áreas rurais, e destas em sua maioria pertence ao segmento da agricultura familiar.

Entretanto, esta população, tem sentido fortemente o impacto da precarização das suas condições sociais e econômicas, agravada com a globalização. Cabe ressaltar que nos países que apresentam os melhores indicadores de desenvolvimento humano e qualidade de vida, todas as formas de agricultura familiar, e os subsídios a ela destinados, desempenharam papel estratégico ao garantir a democracia e uma transição socialmente equilibrada da economia rural para uma economia urbana industrializada, fator decisivo para o fortalecimento da agricultura (GUANZIROLI et al, 2001).

Entende-se como Agricultura Familiar o conjunto de atores que possuem em comum sua ligação com o campo, através da atividade agrícola, com a utilização dos recursos naturais de que dispõe e o emprego de mão-de-obra familiar. Em que se sedimenta não apenas como um segmento econômico, mas também como um modo de vida estreitamente ligado à realidade local na qual as propriedades que a compõem se encontram.





**S**egundo Schneider et alii (2004), o agricultor familiar pode ser caracterizado a partir dos seguintes critérios:

*“ Possuir, pelo menos, 80% da renda familiar originária da atividade agropecuária;  
Deter ou explorar estabelecimentos com área de até quatro módulos fiscais (ou até seis módulos quando a atividade do estabelecimento for pecuária);  
Explorar a terra na condição de proprietário, meeiro, parceiro ou arrendatário;  
Utilizar mão-de-obra exclusivamente familiar, podendo, no entanto, manter até dois empregados permanentes;  
Residir no imóvel ou em aglomerado rural ou urbano próximo;  
Possuir renda bruta familiar anual de até R\$ 60.000,00.”*

O setor agropecuário desempenha um papel central na economia brasileira, uma vez que representa 33% do PIB nacional e dois terços dos excedentes comerciais do país. Estas informações foram reforçadas por um estudo na Universidade de São Paulo onde concluiu que: “o segmento familiar da agropecuária brasileira e as cadeias produtivas a ele interligadas responderam, em 2003, por 10,1% do PIB brasileiro, o que equivale a R\$157 bilhões em valores daquele ano. Tendo em vista que o conjunto do agronegócio nacional foi responsável, nesse ano, por 30,6% do PIB, fica evidente o peso da agricultura familiar na geração de riqueza do país”.

Dados coletados pelo IBGE no censo agropecuário de 2006 apontam, que a agricultura familiar foi responsável por 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 58% do leite, 59% do plantel de suínos, 50% das aves, 30% dos bovinos e, ainda, 21% do trigo. A cultura com menor participação da agricultura familiar foi a soja (16%). Estes dados mostram que a imagem “de uma agricultura familiar descrita como um setor pouco produtivo, limitado ao abastecimento do mercado local” é equivocada.

Mas não podemos desconsiderar que dentro da própria agricultura familiar, temos dois extremos. Em um extremo, uma agricultura familiar tecnificada e integrada à agroindústria, participando de “cadeias estratégicas para a consolidação do sistema agroalimentar urbano. No outro extremo, encontramos a família rural pobre, a mercê das variações climáticas e econômicas, mal produzindo o suficiente para a própria subsistência. A primeira, mais “moderna” e dinâmica, se encontraria em sua maioria no Sul e Sudeste do país, enquanto a outra, mais tradicional, é típica das regiões Norte e Nordeste.

No Território Litoral Sul ainda está distante de ter uma agricultura familiar tecnificada, e integrada a uma agroindústria e a uma comercialização justa. Na história da região a agricultura familiar tem sido conduzida de forma marginalizada e precária, tanto em termos jurídicos, como econômicos e sociais, por conta da condição “coronelistas” e “elitistas” que povoa a região até os dias atuais.

Desta forma, surge a necessidade de se elaborar novas estratégias de desenvolvimento que conseguissem chegar até esse público, mudando o conceito e a percepção sobre o desenvolvimento, com a incorporação de noções como sustentabilidade e equidade, determinando com isso mudanças na abordagem do combate à pobreza e à exclusão social crescentes, em contraponto ao modelo dominante atual de desenvolvimento agrícola, agroexportador e excludente, desenvolvido ao longo dos anos.

Nessa perspectiva, no Território Litoral Sul a agricultura familiar esta presente em 14.560 estabelecimentos rurais que ocupam 19% da área cultivada do Território, representa 59% da população ocupada no campo e 30% das receitas geradas pela venda da produção agropecuária.

Devemos, portanto pensar alternativas para o desenvolvimento de um território como base para uma nova configuração da realidade agrária, e inovar na forma de analisar a relação entre rural e urbano, já que o esvaziamento das comunidades rurais parece andar mais rápido do que a atual capacidade de expansão de uma proposta sustentável para a propriedade agrícola.



## Assentados de Reforma Agrária



O Território Litoral Sul possui um dos maiores núcleos de assentamentos do Estado, abrigando 2.564 famílias. Com a crise da lavoura cacaueira e a diversificação de culturas, muitos dos produtores não obtiveram êxito econômico em suas novas atividades, e acabaram se endividando, ficando sem condições de continuar produzindo em suas propriedades.

Com isso veio o desemprego e conseqüentemente o êxodo rural, gerando uma verdadeira legião de desempregados do campo, causando então a substituição das grandes e médias propriedades por mini-propriedades, advindas principalmente da reforma agrária, que geraram muitos assentamentos, o que representa hoje no Território o número de 82 assentamentos, que ocupam 44.168,26 ha de terra.

As famílias assentadas origina-se de trabalhadores rurais da região, de grupos de excluídos das comunidades urbanas e quase sempre provenientes de acampamentos instalados às margens das rodovias federais e estaduais pavimentadas; outra parcela ainda é descendente de agricultores e trabalhadores rurais que vieram do semi-árido baiano, motivados pela seca e por novas oportunidades de trabalho.

Ideologicamente a maior parte de suas organizações são fundamentadas no MST, mas também há assentamentos do MLT, MTL, MTR, FETAG, CETAE e Jupará.

Aos poucos as famílias assentadas estão se adaptando à nova realidade e vencendo dificuldades. Os assentamentos do Território ainda se debatem na busca de uma matriz econômica que viabilize a sustentabilidade das famílias.

Os assentamentos se destacam além da produção de cacau, com atividades como a produção de hortaliças, raízes, grãos e animais de pequeno porte..

As formas de organização social nos assentamentos, como associações e cooperativas, tem proporcionado a populações historicamente marginalizadas, a um processo de inclusão social e melhoria das condições de vida. Os assentamentos proporcionam também uma viabilidade de articulação entre as comunidades rurais e formas de agregações semi-urbanas dentro da ruralidade; alguns assentamentos se destacam no cenário por conta de sua organização e gestão, como é o caso do Assentamento Terra Vista, no município de Arataca, que possui inclusive uma Centro de Formação em Nível Médio e Profissionalizante que atende alunos filhos de assentados de todo o Estado.





As comunidades indígenas do TLS são compostas de duas etnias : os Tupinambá de Olivença e os Pataxó-Hã-Hã-Hãe.

Os Tupinambá de Olivença vivem na região de Mata Atlântica, sua área situa-se a 10 quilômetros ao norte da cidade de Ilhéus e se estende da costa marítima da vila de Olivença até a Serra das Trempes e a Serra do Padeiro, em Buerarema.

A vila hoje conhecida como Olivença é o local onde, em 1680, foi fundado por missionários jesuítas um aldeamento indígena. Desde então, os Tupinambá residem no território que circunda a vila, nas proximidades do curso de vários rios, entre os quais se destacam os rios Acuípe, Pixixica, Santaninha e Una.



Apesar da longa história de contato, a filiação ameríndia é fundamental para compreendermos a vida social dos Tupinambá de Olivença na atualidade. Não se trata de um resquício histórico remoto, mas de uma marca efetiva na organização social e modo de vida dos Tupinambá que hoje habitam a região. Entre outros aspectos, destaca-se sua organização em pequenos grupos familiares e certos gostos alimentares, como a preferência pela “giroba”, uma bebida fermentada produzida por eles.

Ainda que os Tupinambá de Olivença se considerem muitas vezes “caboclos” ou mesmo “índios civilizados”, isso nunca significou um abandono de sua condição indígena. O Estado retirou-lhes os direitos indígenas diferenciados a partir do fim do século 19, em função das visões restritivas que os órgãos oficiais tinham a respeito de quem era ou não indígena. Foi somente com a Constituição de 1988 que se criou abertura legislativa para que as solicitações dos Tupinambá de Olivença, e de outros povos, fossem ouvidas e pudessem ter respaldo.

Em 2001, os Tupinambá de Olivença foram reconhecidos oficialmente como indígenas pela Funai. A primeira fase de demarcação do seu território concluiu-se em abril de 2009 com a publicação do resumo do relatório de identificação e delimitação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença.

O Território de Ocupação de Título Indígena, Tupinambá de Olivença, abriga o Povo Tupinambá de Olivença e fica entre os municípios de Buerarema, Ilhéus e Una. A sua situação jurídica se encontra “Em identificação por Grupo Técnico da Funai”. Abrange as comunidades: Cururupe, Olivença, Campo de São Pedro, Curupitanga, Cururutinga, Gravatá, Mamão, Pixixica, Sapucaieira, Santana, Santaninha e Águas de Olivença (Ilhéus); Serra Negra, Serra das Trempes, Serra do Padeiro, Serra do Ronca e Serra do Serrote (Ilhéus e Buerarema); Acuípe de Baixo, Acuípe do Meio e Acuípe de Cima (Ilhéus e Una); e Maruim e Maruinzinho (Una).

Já a Reserva Indígena Caramuru-Paraguaçu, que abriga o Povo Pataxó Hã-Hã-Hãe, está situada entre os municípios de Camacã, Itaju do Colônia e Pau Brasil.

A situação é de reservada (1926) e demarcada (1937) e encontra-se sub-Júdice. Com uma extensão de 54.100 ha. a área intrusada por cerca de 300 posses de não-índios, algumas delas com títulos de propriedade concedidos pelo Estado da Bahia. A ação judicial em curso no Supremo Tribunal Federal propõe a nulidade dos referidos títulos. As comunidades indígenas ocupam cerca de 12.000 ha distribuídas nas Comunidades Caramuru-Mundo Novo e Água Vermelha (Pau Brasil), Panelão (Camacã) e Bahetá (Itaju do Colônia).







TABELA 4: População Indígena do Território Litoral Sul

POPULAÇÃO ÍNDIGENA DO TERRITÓRIO			
POVO ÍNDIGENA	TERRA ÍNDIGENA/ COMUNIDADE	POPULAÇÃO	MUNICÍPIO
TUPINAMBÁ DE OLIVENÇA	ComunidadeTupinambá de Olivença	2.831	ILHÉUS
	-	-	
	Comunidade Cururupe	1.293	
	Comunidade Olivença	47	
	Comunidade Campo de São Pedro	-	
	Comunidade Curupitanga	-	
	Comunidade Cururutinga	83	
	Comunidade Gravatá	-	
	Comunidade Mamão	-	
	Comunidade Pixixica	390	
	Comunidade Sapucaieira	196	
	Comunidade Santana	-	
	Comunidade Santaninha	117	
	Comunidade Águas de Olivença	**	
	Comunidade Serra Negra	**	
	Comunidade Serra das Trepes	-	
	Comunidade Serra do Padeiro	-	
	Comunidade Serra do Ronca	-	
	Comunidade Serra do Serrote	*251	
	Comunidade Acuípe de Baixo	*83	
	Comunidade Acuípe do Meio	-	
	Comunidade Acuípe de Cima	-	
PATAXÓ HÂ HÂ HÂE	ComunidadeCaramuru-Paraguaçu	78	ITAJU DO COLÔNIA
	Comunidade Bahetá	78	
	-	-	
PATAXÓ HÂ HÂ HÂE	Caramuru-Paraguaçu	1.135	PAU BRASIL
	Comunidade Caramuru Mundo Novo	1.135	
	Comunidade Água Vermelha	-	
TUPINAMBÁ DE OLIVENÇA	Comunidade Tupinambá de Olivença	-	UNA
	-	**	
	Comunidade Acuípe de Baixo	**	
	Comunidade Acuípe do Meio	-	
	Comunidade Acuípe de Cima	-	
	Comunidade Maruim	-	
	Comunidade Maruinzinho	-	



A pesca artesanal enquanto atividade comercial, é aquela realizada única e exclusivamente pelo trabalho manual do pescador. Utiliza embarcações de médio e pequeno porte e equipamentos (petrechos) sem nenhuma sofisticação além de insumos utilizados adquiridos nos comércios locais. Baseia-se nos conhecimentos dos pescadores, adquiridos em família transmitidos aos demais membros, pelos mais velhos da comunidade, ou pela interação com os companheiros de pescaria (Bahia Pesca, 2010).

No Território Litoral Sul, como no estado da Bahia a pesca é majoritariamente artesanal e/ou de subsistência, explorando ambientes próximos à costa, pois as embarcações e aparelhagens são feitas através de técnicas relativamente simples e sua produção tem como finalidade a obtenção de alimento, sendo total ou parcialmente destinada ao mercado.



No Território a pesca concentra-se nos municípios de Itacaré, Uruçuca (Serra Grande), Ilhéus, Canavieiras, Una e Maraú, onde totalizam 2.743 pescadores e marisqueiras.

No município de Uruçuca, na Vila de Serra Grande, uma vila de pescadores, a pesca ainda é realizada com jangadas de madeira (Pau de Jangada), um dos poucos grupos que ainda mantém a pesca neste sistema. A madeira para fazer a jangada, nos dias de hoje é uma grande dificuldade para que o grupo manter a tradição.

Nos outros municípios da costa a pesca tem sido realizada com barcos de motor, canoas nos estuários, botes ou lanchas.

Organizadas associações e colônias de pesca, muitos vivem o drama da diminuição anual dos estoques pesqueiros, resultado do aumento dos problemas ambientais, como uso de agrotóxicos nas lavouras ribeirinhas, despejo de efluentes nos rios e estuários, lixo, assoreamento.

Os pescadores artesanais ganharam espaço e políticas públicas específicas a partir dos programas voltados para a pesca no Estado da Bahia (através da criação do Programa Bahia Pesca) e a nível federal com a criação da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca – SEAP, elevada a condição de Ministério no ano de 2009. Os pescadores avançaram na última década em termos de organização social, reforçando seus sindicatos, criando associações e cooperativas. Diversas iniciativas surgiram para agregar valor ao pescado, resultado de políticas públicas, mas ainda muito tímidas no TLS.

## Comunidades Quilombolas



A população do Território Litoral Sul é composta por um significativo número de comunidades quilombolas, as quais sofrem com a falta de inclusão social e em sua maioria vivem à margem da sociedade local, passando por um processo de perda de sua identidade e valores culturais, fator observado principalmente nas últimas décadas.

É importante ressaltar que a Constituição Brasileira de 1988 reconheceu às comunidades remanescentes de quilombos o direito à propriedade de suas terras,

propriedade de suas terras, fato a presença dessas comunidades é observada principalmente nos municípios de Maraú e Itacaré, geralmente estão localizadas em áreas de difícil acesso, onde viviam os antepassados de uma população que compartilha história comum de fuga da dominação e construção de uma nova vida.

Segundo o relatório elaborado pelo Instituto Floresta Viva, em parceria com a Fundação Cultural Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura, (2008:



*“As pesquisas históricas sobre a escravidão no Sul da Bahia reúnem acervo muito limitado de estudos, ainda não se sabe, por exemplo, a origem e quantidade dos escravos que vieram para esta região. Algumas memórias do município de Itacaré trazem um naufrágio de um navio de escravos no século XVII, na foz da barra do Rio de Contas, como importante acontecimento de fuga, que permitiu a formação de parte da população do Oitizeiro. O quilombo do Oitizeiro simbolizaria uma espécie de origem comum das comunidades ao longo do Rio de Contas, em especial em Itacaré. Arelada a essa hipótese encontramos a tradição oral do Quilombo do Bananal, na Chapada Diamantina, reconhecendo em Itacaré o lugar onde estão seus parentes mais antigos, relacionando sua povoação à dispersão já citada.*

*Foi possível identificar claramente uma realidade de exclusão histórica evidenciada pela pobreza quase generalizada revelando comunidades esquecidas pelo poder público, sem nenhum acesso a políticas públicas, com produção agrícola em decadência tendo em vista o modelo tradicional gerador do desgaste do solo e das matas; e ainda com suas associações, em sua grande maioria, desorganizadas ou inativas”.*

Segundo dados atualizados até 06 de julho de 2010, da própria Fundação Cultural Palmares, acessados em 18 de novembro de 2010, são 14 as comunidades com certificados de reconhecimento no Litoral Sul. Veja ao lado.

### ● Maraú

Barro Vermelho - 13/12/06

Empata Viagem - 20/01/06

Maraú - 12/05/06

Minério - 12/05/06;

São Raimundo - 12/05/06

Terra Verde - 12/05/06

### ● Itacaré

Água Vermelha - 12/05/06

Fojo - 12/05/06;

João Rodrigues - 12/05/06

Porto do Oitizeiro - 12/05/06

Santo Amaro - 13/12/06

Acaris,

Serra de Água

Cuiudos.





É certo que inúmeras comunidades de Povos de Terreiros há no TLS. Muitas delas, sua maioria, são essencialmente voltadas ao culto de matriz africana; outras, além disso, também labutam com atividades culturais, sociais, de pesquisas acadêmicas.

Há uma grande expressividade ainda não mapeada dessas comunidades que se distribuem entre o Candomblé, a Umbanda e algumas outras linhas ritualísticas que não são declaradas.

A verdade é que nunca houve uma catalogação dessas comunidades, segundo o próprio do Desenvolvimento Social que abriu, em 7 de novembro de 2010 “Edital (...) em parceria com a UNESCO, para contratação de serviços de consultoria e organização em pesquisa socioeconômica e cultural de povos e comunidades tradicionais de terreiro.”, para esse fim.

Há, no Território, duas grandes comunidades: uma acadêmica, com sede na Universidade Estadual de Santa Cruz, voltada à pesquisa: o KÀWÉ — Núcleo de Estudos Afro-Baianos Regionais, “para invenção de um espaço onde seja possível estudar e abordar a tradição africana nesta Região da Bahia (...) Desenvolvendo uma pluralidade de ações: pesquisas, cursos, oficinas, seminários, aulas-abertas, palestras, encontros, exposições, grupos de estudos, publicações, que permitem tratar a temática almejada.”; a outra, Ponto de Cultura, vinculado à SECULT – BA, a ACAI – Associação do Culto Afro Itabunense “uma entidade que funciona no interior da Bahia, fundada há mais de duas décadas com intenção

de reunir sacerdotes, pessoas das comunidades dos terreiros de matriz africana, pessoas ligadas a cultura e tradição afro-descendente, em busca de formar um grupo solidário para tratar dos assuntos pertinentes a essa comunidade, informar essas pessoas quanto aos seus direitos e deveres como cidadão, manutenção das tradições, luta contra a intolerância religiosa, aulas de dança afro-religiosa, percussão afro com ritmos e toques sagrados incluídos, buscando uma melhor divulgação das religiões de matriz africana.” A Associação agrupa várias casas e terreiros da região, além de ser uma RTS


Rede de Tecnologia Social. Um tímido mapeamento foi realizado pelo Kawê catalogando 32 terreiros em algumas poucas cidades do TLS; um segundo mapeamento “promovido pela Associação Cultural de Preservação do Patrimônio da Diáspora Africana Yabas, no ano de 2007, que registrou cerca de 100 casas de culto”. Um novo mapeamento realizado em 2008, “havia sido identificados 94 terreiros.

Desse total, 77 foram cadastrados e outros 17 terreiros, embora apontados no credenciamento realizado para a ACBANTU, não puderam ser visitados pela equipe uma vez que o fichamento era lacônico relacionado a localização dos terreiros”(AMIM, 2008) O fato é que essas comunidades de Povos de Terreiro são plurais, diversas, presentes em todos os municípios e são responsáveis pela difusão da cultura afro-descendente no TLS, respondendo pelo crescimento econômico, social e intelectual da população grapiúna.



## Características Geoambientais - Clima



 TLS se caracteriza por elevada temperatura e pluviosidade, influenciados pela localização litorânea e maiores altitudes mais a oeste. Dividido em duas faixas climáticas que se distribuem paralelamente, Tropical chuvoso de floresta (Af) e Tropical de monção (Am) segundo a classificação de Köppen. Sendo que o município de Itajú do Colônia apresenta um região com Clima de Savana (Aw). (Figura X)

As temperaturas médias variam entre 22 e 25° C, sendo maiores e com menor amplitude térmica na faixa costeira, devido à alta frequência de nebulosidade. O regime pluviométrico é regular com chuvas abundantes distribuídas durante o ano. A precipitação é superior a 60 mm para o mês mais seco e o total anual acima de 1.330 mm com as máximas ocorrendo nos meses de fevereiro, março, abril, junho e julho. O relevo nessa faixa climática vai do plano ao forte ondulado.

Um estudo realizado pela UESC, da **distribuição espacial da precipitação na região Sul da Bahia, no período de 1979 a 2008**, identificou a relação entre a vegetação e a distribuição espacial das chuvas, como também, indicou sensíveis alterações no padrão da sazonalidade das precipitações pluviais na região, o que evidencia o quanto dinâmico se constitui este elemento climático e tamanha é a importância do seu acompanhamento espaço-temporal.

A partir deste estudo da região observa-se que os efeitos das mudanças do clima estão se tornando cada vez mais evidentes e gradualmente, estamos percebendo que são requeridas ações urgentes

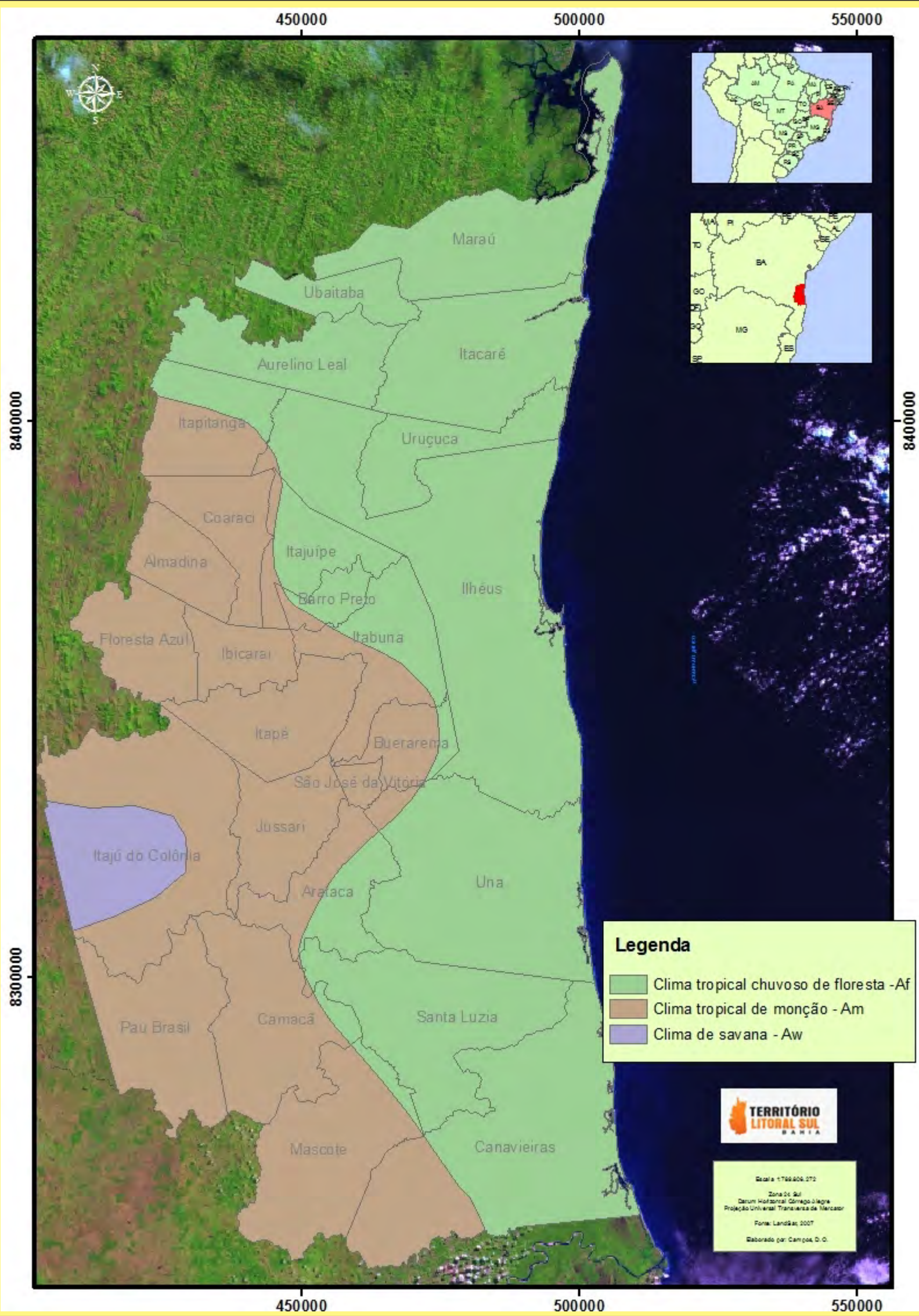
Ao analisar a relação causal da mudança climática, confrontamo-nos com um grande tema ético contemporâneo: o de que os povos e países que menos contribuem para o problema são os primeiros a serem afetados e os mais afetados. As inevitáveis consequências do aquecimento global, tem o risco de aumentar ainda mais a iniquidade social, a fome, miséria, problemas de saúde e aumento da pressão sob os recursos naturais. Para evitarmos ou diminuir as consequências pode-se trabalhar na melhoria da capacidade de países em desenvolvimento para se adaptar às mudanças de clima pela inclusão desta questão em políticas de planejamento local e decisões de investimento.

As consequências da mudança do clima interferem em todos os aspectos da nossa vida e exige mudanças de modelos existentes e de atitudes no ambiental, na saúde, no social, no econômico. Podemos desta forma relacionar algumas ações importantes para adaptação ao clima:

- ⇒ **Aplicação de modelos científicos para tentar identificar impactos e vulnerabilidades;**
- ⇒ **Programas de segurança contra períodos de seca, enchentes e perdas de culturas agrícolas;**
- ⇒ **Restauração das matas ciliares;**
- ⇒ **Introdução de atividades agro florestais;**
- ⇒ **Promoção de práticas de conservação do solo e da água;**
- ⇒ **Introdução de sementes resistentes à seca e criação de pequenos animais;**
- ⇒ **Promoção de uma agricultura de baixo impacto.**









## Recursos Hídricos



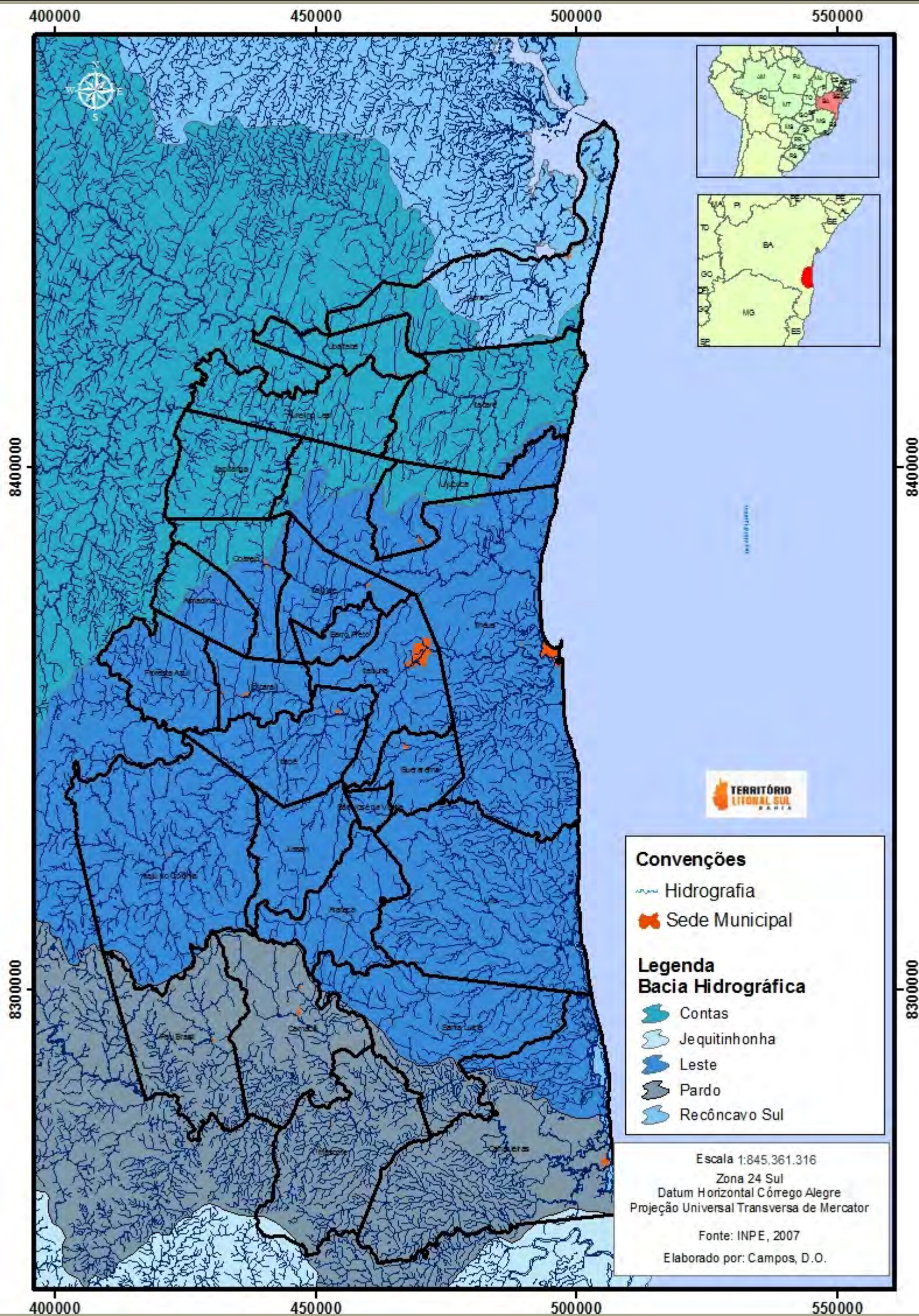
O Território Litoral Sul é cortado por vários rios, exibindo uma grande capacidade hídrica, tendo como principais Bacias Hidrográficas as Bacias do Leste, que cortam 22 municípios e a Bacia do Rio de Contas, a qual corta 04 municípios.



As bacias hidrográficas do Leste (BHL) são formadas pelas bacias do rio Almada, Cachoeira, Santana, Una, Doce e mais quatro bacias pequenas. Possui um total de 9.249 km<sup>2</sup> de área de drenagem. Entretanto, somente a bacia do rio Almada esta totalmente inserida, as bacias do rio Cachoeira, Santana e outras sub-bacias menores estão parcialmente inseridas no Território. .

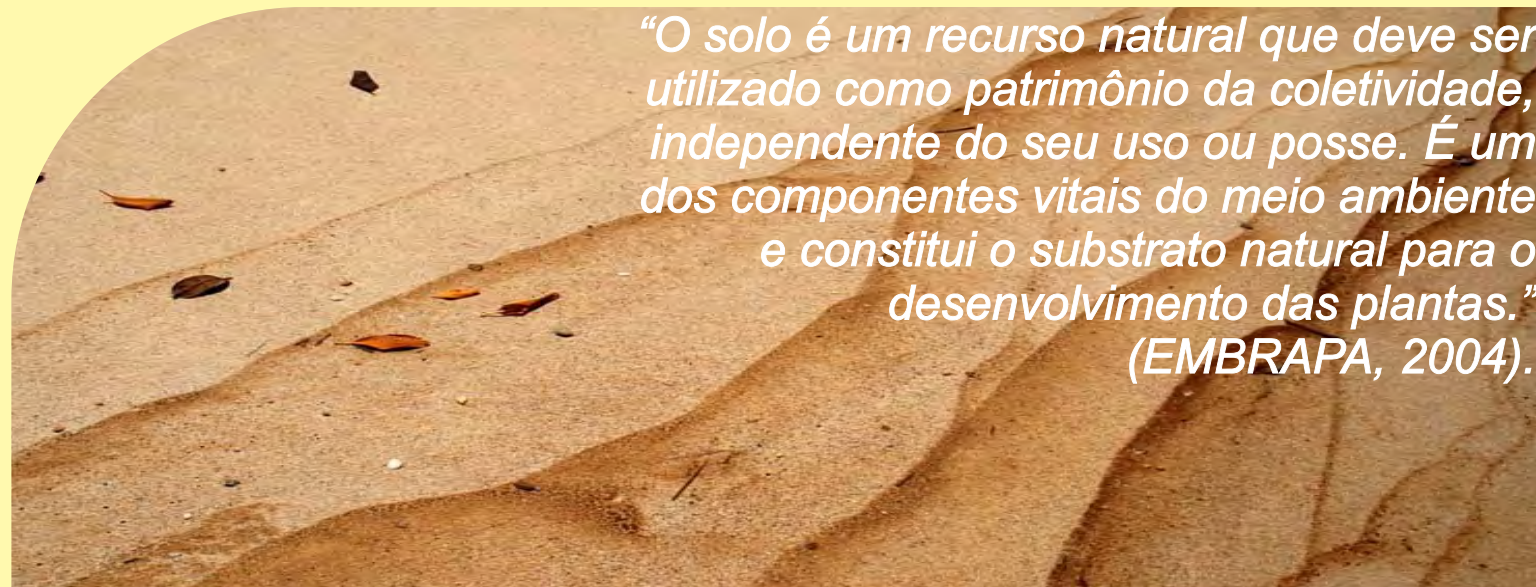








## Solo

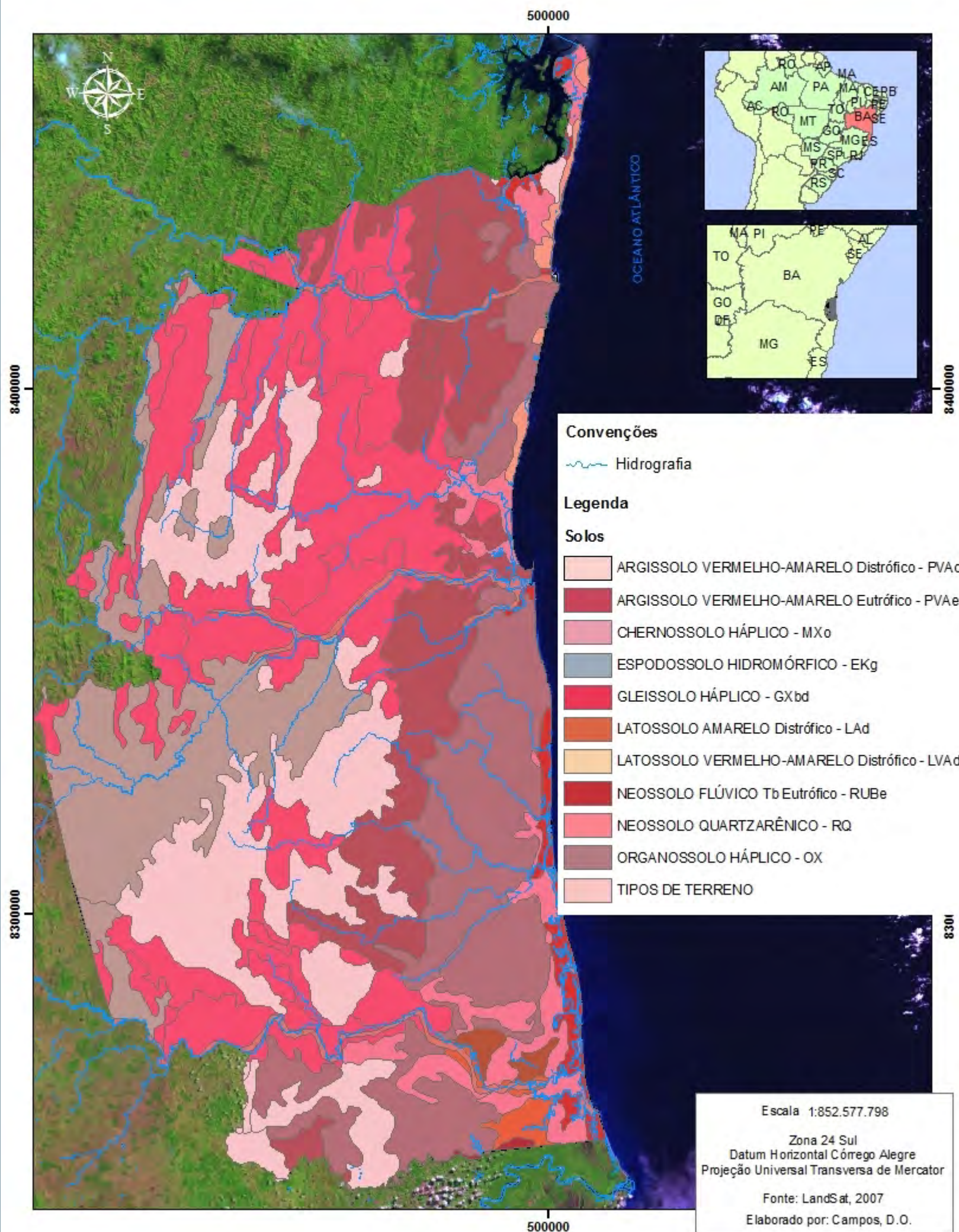


*“O solo é um recurso natural que deve ser utilizado como patrimônio da coletividade, independente do seu uso ou posse. É um dos componentes vitais do meio ambiente e constitui o substrato natural para o desenvolvimento das plantas.”  
(EMBRAPA, 2004).*

**O**s solos predominantes são dos tipos latossolo e argissolo, os quais, embora sejam profundos, típicos de clima úmido, são na sua maioria, de baixa fertilidade natural e necessitam de correção. As manchas pedológicas de maior fertilidade já se encontram utilizadas pela cacauicultura e os solos de menor fertilidade natural vêm sendo ocupados pela pecuária, silvicultura, além de outras espécies econômicas, tais como: seringueira, pimenta-do-reino, coco, dendê, banana, café, cana-de-açúcar e mandioca.









## Fauna e Flora

Inserido no bioma Mata Atlântica, no corredor central da Mata Atlântica, e uma das áreas mais densamente ocupadas, com grande diversidade biológica e alto grau de endemismo do Brasil e do Planeta. Identificada como a quinta área mais ameaçada e rica em espécies endêmicas do mundo, o Ministério do Meio Ambiente (1998) catalogou na mata Atlântica 1.361 espécies da fauna brasileira, das quais 261 espécies são de mamíferos, 620 de aves, 200 de répteis e 280 de anfíbios, sendo que 567 são espécies endêmicas, ou seja, espécies encontradas somente neste bioma.

Dentre os bichos encontrados estão: **Mico-leão-da-cara-dourada** (*Leontopithecus chrysomelas*); **Macaco-prego-do-peito-amarelo** (*Cebus apella xanthosternus*), **Macaco-Guigó** (*Callicebus personatus*), *Acrobartonia fonsecae*, novo gênero de ave descoberto recentemente (Araújo, et. al, 1998), além de outras espécies endêmicas da Mata Atlântica como a **Preguiça de Coleira** (*Bradypus torquatus*), o **Ouriço preto** (*Chaetomys subspinosus*) e o **Rato do Cacau** (*Echymis pictus*).

Para a flora mundial este bioma possui igual ou maior importância, pois das 20 mil espécies de plantas vasculares encontradas quase 8 mil são endêmicas da Mata Atlântica. Este valor pode ser comprovado no sul da Bahia através de pesquisas realizadas por especialistas do centro de Pesquisas do Cacau e do Jardim Botânico de Nova York, no município de Uruçuca, que registrou 454 espécies em um único hectare, obtendo o título de maior diversidade botânica do mundo para plantas lenhosas.

A **Braúna-preta** (*Melanoxylon brauna schott.*), o **Jequitibá** (*Carinina sp.*) ver figura 10, o **Jacarandá-da-bahia** (*Dalbergia nigra*) e o **Pau-brasil** (*Caesalpinia echinata*) são algumas das raridades da flora.

Além das riquezas da floresta umbrófila o Território possui sistemas importantes de manguezais e **restingas**, as quais possuem características especiais, por receber influência marítima e se desenvolver em solos extremamente arenosos e de baixa fertilidade.





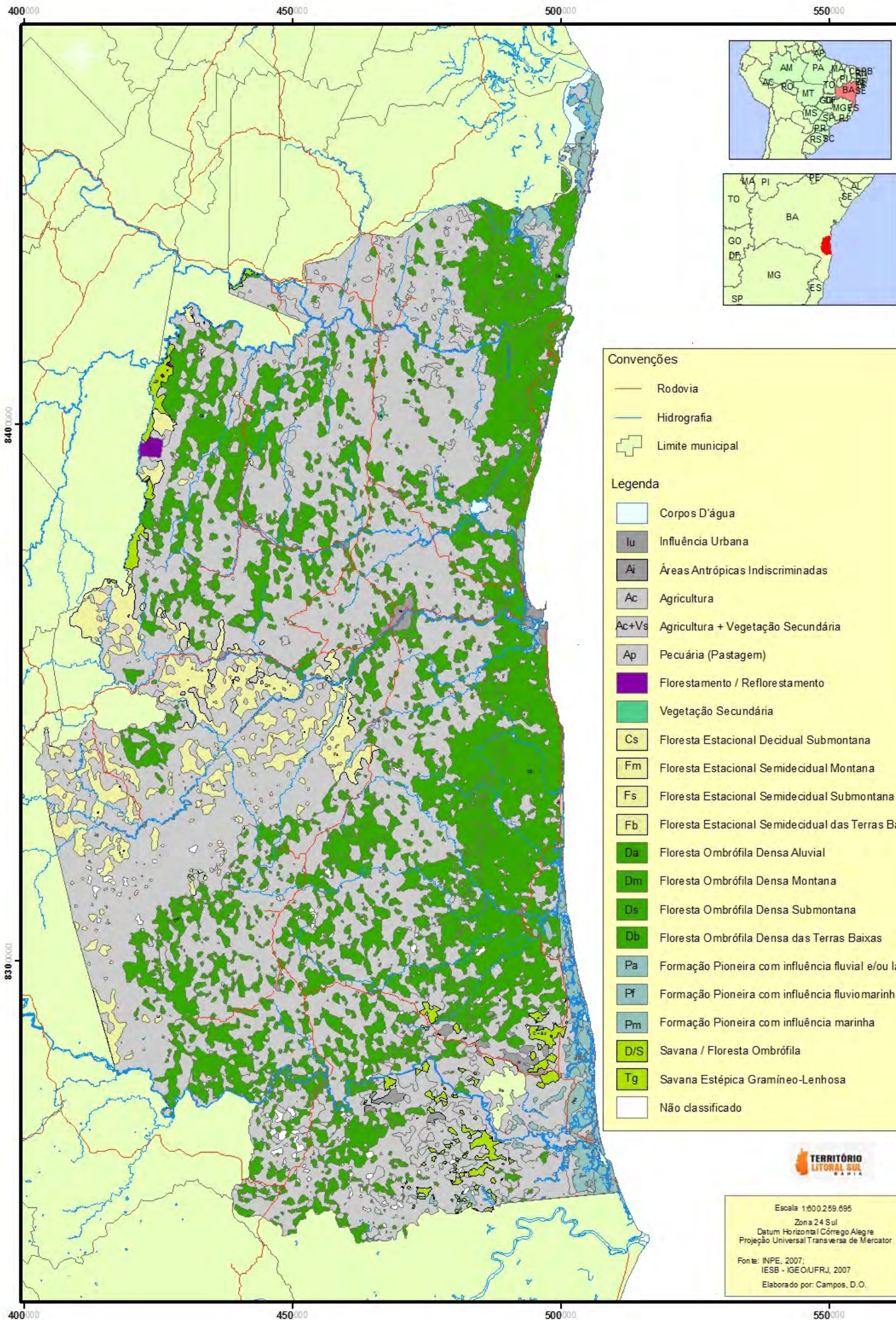




Tabela 5 - Relação das Unidades de Conservação do TLS

Unidade de Conservação da Natureza	Município
APA da Lagoa Encantada e do Rio Almada	Almadina, Ilhéus, Itajuípe, Coaraci, Itapitanga, Uruçuca
RPPN Estância Manacá	Ibicaraí
APA da Costa de Itacaré/Serra Grande	Ilhéus, Itacaré, Uruçuca
Parque Estadual da Serra do Conduru	
Parque Municipal da Boa Esperança	Ilhéus
RPPN Boa União	
RPPN Fazenda Arte Verde	
RPPN Fazenda São João	
RPPN Helico	
RPPN Mãe da Mata	
RPPN Reserva Salto Apepique	
APA da Baía de Camamu	
RPPN Araçari	
RPPN Pedra do Sabiá	
RPPN Rio Capitão	
APA Serra das Candeias	Jussari
RPPN Reserva Natural da Serra do TeimosO	
APA da Baía de Camamu	Maraú
APA da Península de Maraú	
RPPN Juerama	
APA Vale das Cascatas	Pau Brasil
Refúgio de Vida Silvestre de Una	Una
Reserva Biológica de Una	
Reserva Extrativista de Canavieiras	Una, Canavieiras
RPPN Ecoparque de Una	Una
RPPN Fazenda Ararauna	
RPPN Nova Angélica	
RPPN Fazenda Paraíso	Uruçuca
RPPN Fazenda Sossego	
Fonte: Diário Oficial da União, 1961-2009/Diário Oficial do Estado da Bahia, 1959-	





450000

500000

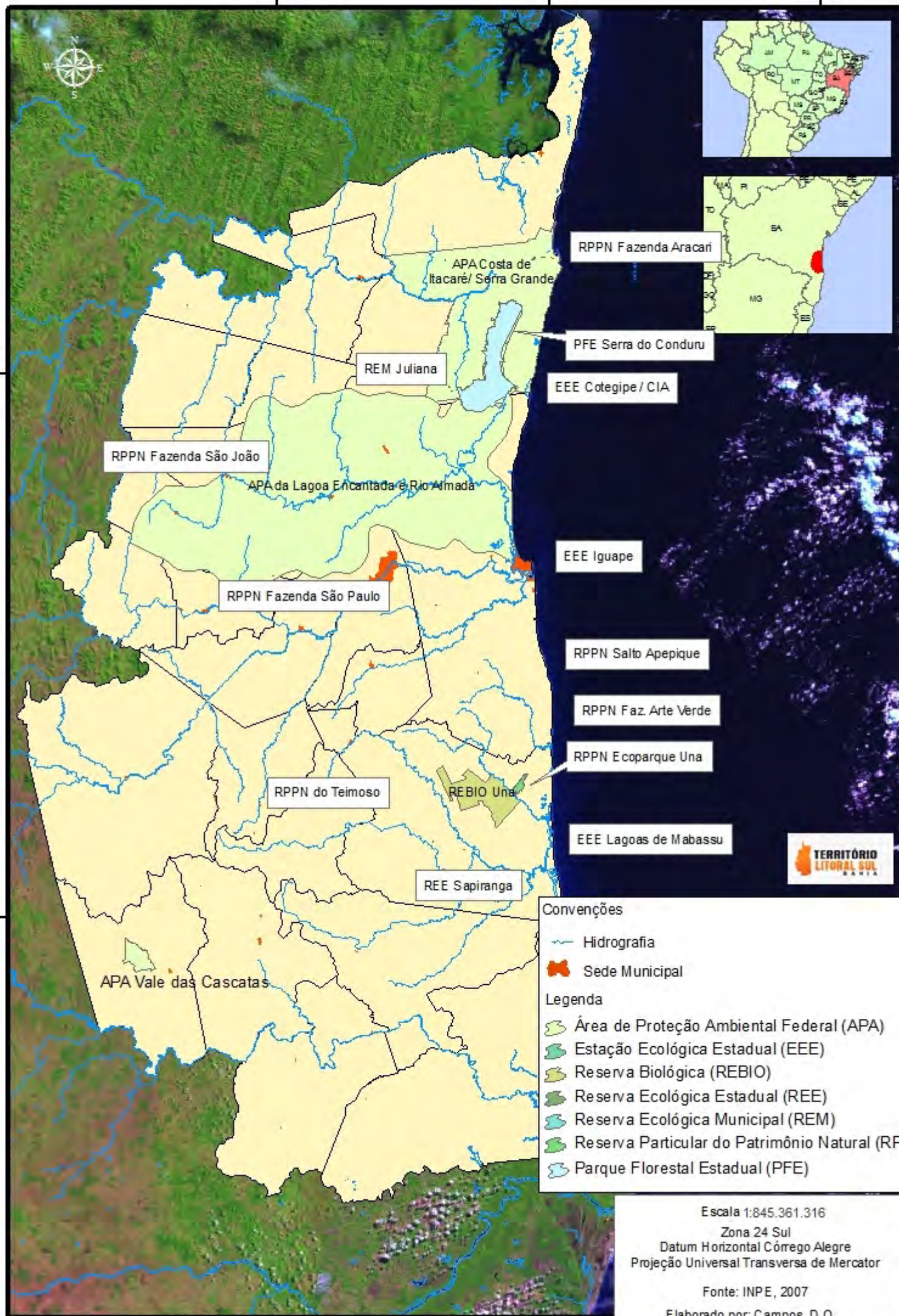
550000

8400000

8400000

8300000

8300000



**TERRITÓRIO**  
**LITORAL SUL**  
BRASIL



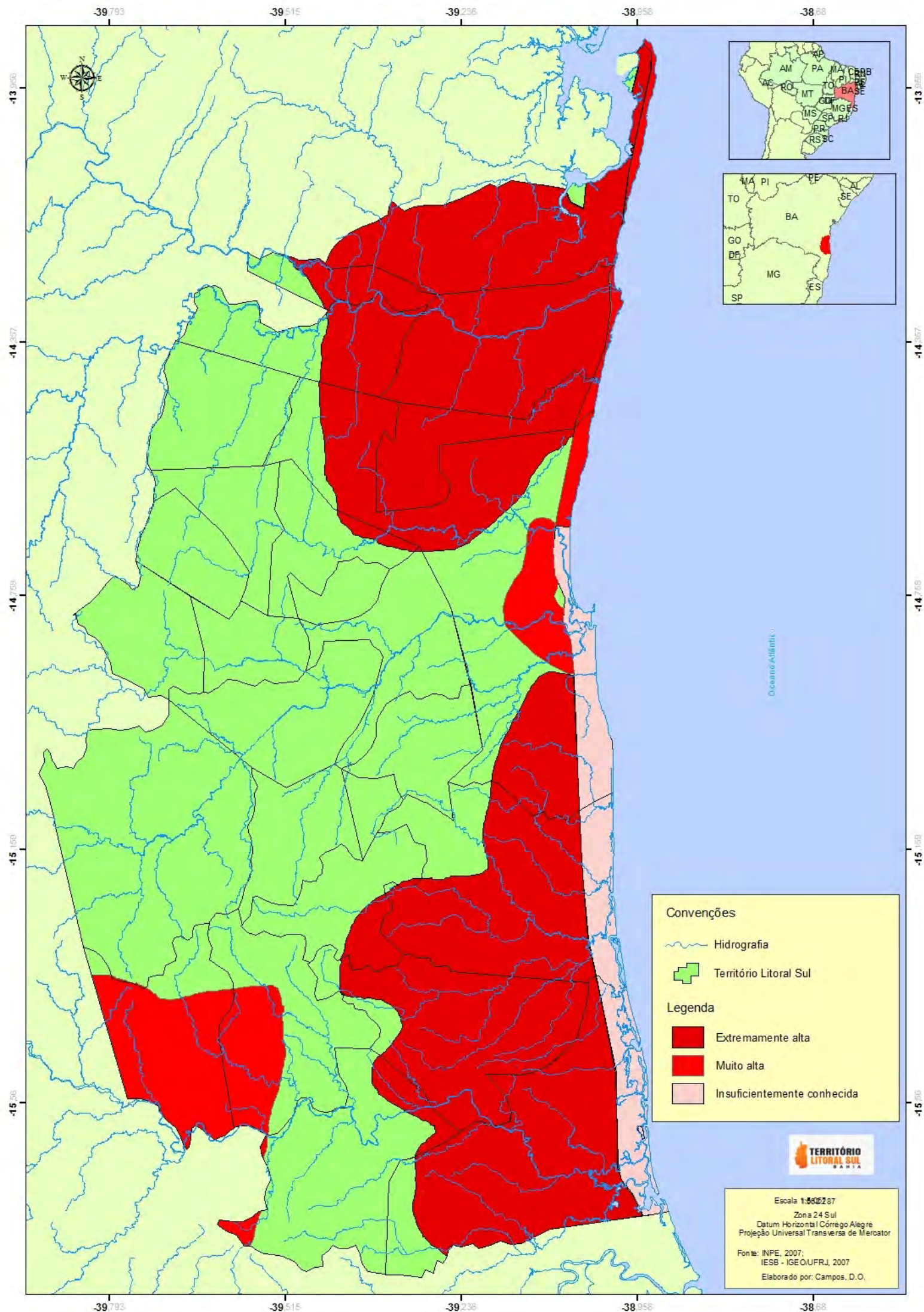
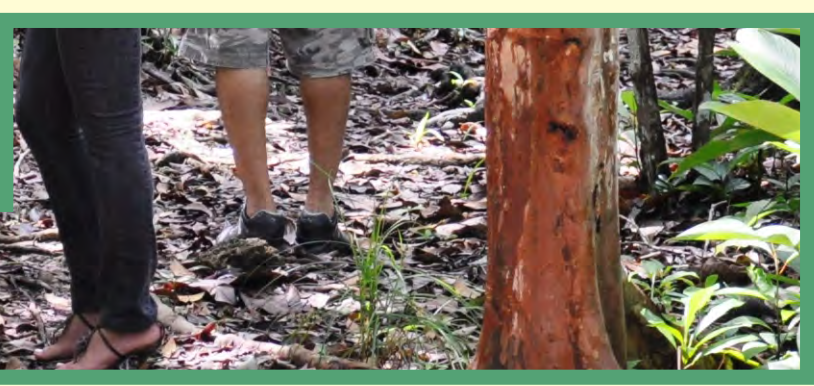




Tabela 6- ONGs Território Litoral Sul

Cidade Sede	ONG Ambiental
Buerarema	AMABUERA
Camacan	Instituto Uiraçu
Coaraci	Instituto Viver da Mata
Ilhéus	Instituto Cabruca CARE Brasil Instituto Floresta Viva IESB - Instituto de Estudos Sócios Ambiental ISCA PRESERVA ORDEM - Organização Pró-Defesa e Estudo
Itabuna	FASE GRAMA Fundação Jupará de Cultuta e Ecologia
Itajuípe	ABARÁ
Maraú	Instituto Pró-Ma de Desen- volvimento Sustentável da península de Maraú
Santa Luzia	SALVA
Una	ECOTUBA UNA
Uruçuca	ACATI Instituto Yanamata Instituto Arapyau





## Características Antrópicas

A história da humanidade tem nos mostrado que as áreas de domínio costeiro sempre se revelaram enquanto zonas de atração ao uso e ocupação. Tais áreas representavam além de zona estratégica quanto a localização e comunicação com a metrópole, áreas que acomodavam importantes recursos naturais, como o pau Brasil, que se caracteriza como uma espécie endêmica da Mata Atlântica. Ao longo dos séculos XIX e XX as áreas costeiras tiveram uma dinamização das atividades socioeconômicas, levando a uma redefinição do espaço geográfico e maior fragmentação do território. As alterações na dinâmica de uso em sua grande maioria ocorreram sem limites de planejamento que viessem antever quadros de impactos assistidos na atualidade de forma catastrófica.

Neste Território a ocupação do solo é constituída por um mosaico composto por fragmentos de mata, capoeiras, cultivo do cacau formando um sistema agroflorestal, atividades rurais tradicionais como a pecuária extensiva, atividade madeireira, cultivos agrícolas no modelo de corte e queima aliados ao turismo predatório e a expansão urbana desordenada.

A este crescimento desordenado das cidades na costa litorânea associa-se o aterro dos sistemas de manguezais, construção nas zonas de praias que alteram a dinâmica da deriva dos sedimentos, resultando em níveis diversos de impactos aos sistemas ambientais. Como também o lançamento de efluentes domésticos e industriais nos cursos de água alterando por completo os índices de qualidade das águas. Efluentes estes que são lançados ao longo dos rios que compõem as bacias hidrográficas do Território, pelos municípios. Estes fatores desafiavam as possibilidades de estabelecer um desenvolvimento sustentável nesta região que associe a inclusão das populações locais de baixa renda à conservação da biodiversidade e recursos hídricos.

Fatores que causam pressão antrópica no Território, identificados através de dados coletados de diagnósticos realizados, nas oficinas de construção do plano e de trabalhos realizados por Instituições regionais:

### Mata Atlântica / Manguezais / Fauna e Flora

- ⇒ Aterramento e contaminação dos manguezais (Construção civil, pressão imobiliária, criação de camarão, lixo, lançamento de efluentes domésticos e industriais sem tratamento)
- ⇒ Desmatamento (matas, nascentes, matas ciliares);
- ⇒ Crescimento de áreas de pastagens em detrimento a áreas de mata atlântica;
- ⇒ Incêndios criminosos
- ⇒ Caça ilegal e Tráfico de animais silvestres;
- ⇒ Falta de consciência da população;
- ⇒ Falta de políticas públicas;
- ⇒ Exploração madeireira;
- ⇒ Crise na lavoura cacaueira;
- ⇒ Pesca predatória.





## Recursos Hídricos

- Assoreamento (construções irregulares, desmatamentos);
- Deposição de lixo;
- Desmatamento das nascentes;
- Problemas de contaminação do lençol freático (fossas, principalmente em loteamentos praianos);
- Lançamentos de efluentes domésticos e industriais sem tratamento;
- Uso inadequado de agrotóxico, principalmente herbicidas.



## Uso e Ocupação do Solo

- Degradação em função do manejo inadequado de cultivos de ciclos anuais e perenes;
- Degradação das áreas de pastagem causando erosão;
- Implantação de culturas sem planejamento de uso da terra;
- Deposição de resíduos sólidos (lixo);
- Ausência de zoneamento econômico e ecológico nos municípios;
- Pressão imobiliária.

## Cidades/Vilas/Povoados/Propriedades Rurais

- ⇒ Crescimento desordenado das ocupações urbanas (desmoronamentos, péssimas condições de moradias, faltam de saneamento básico);
- ⇒ Conflitos nas localidades costeiras entre comunidades locais nativas e empresários ou novos proprietários de imóveis;
- ⇒ Conflitos de acesso entre pescadores e marisqueiras para áreas históricas de pesca.
- ⇒ Demarcação de terras indígenas;
- ⇒ Demarcação de terras quilombolas;

**N**os últimos 10 anos a população das comunidades costeiras do Território, principalmente na costa dos municípios de Uruçuca, Itacaré e Maraú, tem sido afetada por alguns fatores adversos a um desenvolvimento com sustentabilidade:

- ⇒ **Êxodo rural**, muitos agricultores vendem suas propriedades e têm ido para as cidades – o valor do hectare na região de Uruçuca a Maraú chega a ser vendido por R\$150.000,00/ha.
- ⇒ **Pressão e especulação imobiliária**, os moradores nativos têm sido empurrados para as periferias, ao mesmo tempo em que aumentam as invasões desordenadas por falta de moradias para a população mais carente nestas regiões. Em algumas comunidades a zona urbana está ilhada por empreendimentos turísticos ou propriedades de empresários o que dificulta um crescimento ordenado e inviabiliza os governos municipais a apresentarem planos diretores adequados ou a instalação de equipamentos públicos, como escolas, postos de saúde, creches e conjuntos habitacionais para atendimento à população nativa e carente.
- ⇒ **Fechamento de acessos**, a construção de resorts, hotéis, condomínios ou propriedades particulares de empresários de outras regiões – fecham o acesso à comunidade local, a revelia de decisões judiciais, ou respeito a estradas com servidão de passagem há mais de 100 anos.
- ⇒ **Migração de outras partes do país e exterior**, nestas regiões tem ocorrido uma mudança no perfil do morador local, os novos moradores chegam em sua maioria, afetando os costumes locais, com novos modos de vida, surgindo os guetos e a exclusão do nativo nos processos de desenvolvimento local. Fazendo um comparativo com outras regiões costeiras no Brasil, como Canoa Quebrada, Trancoso, Arraial Dajuda, Itacaré (sede), que passou por este mesmo processo de ocupação, e os resultados não têm sido exemplo para inclusão das comunidades nativas no processo de desenvolvimento. Necessita-se desta forma que o Plano mostre caminhos que potencialize as comunidades localizadas no TLS a serem os protagonistas neste processo de desenvolvimento local.





A estrutura fundiária brasileira apresenta elevado grau de concentração da propriedade e da posse da terra (Sampaio, 1988).

A Tabela 5 mostra a distribuição fundiária através dos extratos de área. Propriedades com menos de 10 ha correspondem a 42% da quantidade dos estabelecimentos do Território. No entanto são responsáveis por 28,98% do pessoal ocupado na área rural, e ocupando apenas 3,36% da área produtiva do território.

Estabelecimentos acima de 200 ha são responsáveis por apenas 15,27% do pessoal ocupado na área rural, e ocupam 53,22% da área produtiva do Território.

Entre todos os municípios do Território abaixo de 50.000 habitantes, o município de Maraú e Itacaré se destacam entre todos os outros por possuir um maior número de propriedades abaixo de 10 ha.



TABELA 7: Número de estabelecimentos e Área dos estabelecimentos agropecuários por condição legal das terras - Ano 2006.

Litoral Sul		Menos de 1 a 10ha	De 10 a menos de 20ha	De 20 a menos de 50ha	De 50 a menos de 100ha	De 100 a menos de 200ha	De 200 a menos de 500ha	De 500 a menos de 1.000ha	De 1.000 a menos de 2.500 ha	De 2.500 ha a mais
Estabelecimentos	Un	14.225	6.252	6.439	3.178	1.812	1.195	294	126	16
	%	42,76	18,53	19,09	9,42	5,37	3,54	0,87	0,37	0,5
Pessoal Ocupado	Un	30.724	15.125	19.523	12.409	11.000	10.179	3.227	2.333	454
	%	28,98	14,26	18,41	11,70	10,37	9,60	3,04	2,20	0,43
Área Ocupada	Un	56.841	81.645	195.682	217.249	242.138	351.443	198.029	179.900	171.566
	%	3,36	4,82	11,55	12,82	14,29	20,79	11,69	10,62	10,12

Fonte: IBGE, 2006.





**TABELA 8: Número de estabelecimentos e Pessoal Ocupado por Área dos estabelecimentos agropecuários por condição legal das terras - Ano 2006.**

Brasil, Microregião Geográfica e Município	Menos de 1 a 10ha	De 10 a menos de 20ha	De 20 a menos de 50ha	De 50 a menos de 100ha	De 100 a menos de 200ha	De 200 a menos de 500ha	De 500 a menos de 1.000ha	De 1.000 a menos de 2.500 ha	De 2.500 ha a mais
Brasil	2.477.071	736.792	843.911	390.874	220.255	150.859	53.792	31.889	15.012
Litoral Sul	14.425	6.252	6.439	3.178	1.812	1.195	294	126	16
Almadina	56	30	43	24	32	32	3	2	-
Arataca	193	138	163	126	66	31	5	-	-
Aurelino Leal	122	64	84	68	58	45	10	3	-
Barro Preto	24	63	41	46	24	12	-	-	-
Buerarema	189	175	156	55	23	10	-	-	-
Camacan	253	87	209	147	91	60	4	2	-
Canavieiras	556	250	256	164	102	71	14	6	1
Coaraci	69	112	110	79	34	27	1	2	-
Floresta Azul	123	74	97	44	26	19	2	2	-
Ibicaraí	55	51	95	53	25	12	4	-	-
Ilhéus	1.457	601	641	315	179	130	19	2	1
Itabuna	414	103	131	119	63	29	4	-	-
Itacaré	1.337	497	276	84	66	30	8	2	-
Itajú do Colônia	45	15	40	23	31	43	35	11	-
Itajuípe	108	88	133	91	43	12	1	-	-
Itapé	66	100	108	68	33	18	5	3	-
Itapitanga	195	79	42	37	19	127	17	9	1
Jussari	157	56	59	39	25	25	6	3	-
Maraú	1.015	293	308	113	60	43	14	2	-
Mascote	80	84	143	141	47	38	6	3	1
Pau Brasil	163	88	131	72	41	25	10	7	-
Santa Luzia	270	321	348	128	58	33	7	6	-
São José Da Vitória	74	46	26	20	10	5	3	-	-
Ubaitaba	113	121	45	38	17	12	3	1	-
Una	368	349	520	155	78	64	15	12	6
Uruçuca	271	132	141	81	54	24	5	-	1

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário - 2006





Um território rural não pode deixar que uma política de educação do campo e para o campo não seja prioritária.

O termo 'Educação do ou no Campo' deve-se aos movimentos sociais do campo que colocam este tema na pauta governamental. O percurso para essa inserção deve-se sobretudo aos educadores e educadoras com atuação no campo ao longo das últimas décadas do Século XX, sobretudo com a realização da I Conferência Nacional por uma Educação Básica no Campo, realizada em Luziânia – Goiás no ano de 1998, organizadas pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), UNB (Universidade de Brasília), UNEFAB (União das Escolas Famílias Agrícolas), CONTAG (Confederação dos Trabalhadores na Agricultura) UNESCO e UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância). As experiências presentes nesta conferência mostraram que

*“há no campo, tanta ou mais 'transgressão' do que nas escolas urbanas e que há consciência da possibilidade de construir outra proposta pedagógica, outra educação de jovens e adultos e a possibilidade de forma outro profissional (...) Essa Conferência não foi uma crítica às políticas não existentes, nem uma denúncia da precariedade da educação rural. Foi uma afirmação de processo rico e promissor, da construção de uma Educação Básica no Campo”. (Conferência por uma Educação Básica no Campo, 1998).*

Ao longo do século XX, os fazendeiros de cacau assumiram os cargos mais elevados nos governos municipais e estadual, quando não eram os chefes do executivo, indicavam pessoas de sua confiança. Eram amigos dos governadores, mas não defenderam políticas públicas para o meio rural, porque a eles não interessavam que seus trabalhadores e os filhos destes aprendessem a ler e escrever, de forma que no final do século, a grande maioria da população do campo (cerca de 60%) permanecia analfabeta, por falta de vontade política dos governantes e por interesses de exploração da força de trabalho.

Dados do IBGE (2000) indicam que a taxa de analfabetismo no Território é de 26,4% para a população urbana e 40% da população rural. Quando se faz o cruzamento da taxa de analfabetismo funcional e a média de anos de estudo, em alguns municípios evidencia a necessidade de investimentos na educação do campo, a exemplo de Maraú (69,7% de analfabe-

tismo funcional e uma média de 2,7 anos de estudo).

Para entendermos esta atual realidade é necessário conhecermos a forma como este território foi construído historicamente da perspectiva sociológica, sendo caracterizado por muito tempo pela predominância de uma população rural, com pouca mobilidade, de relações simples e homogênea baseada em relações de “status” e parentesco (ASMAR, 1983), associados a uma elite agrária onde os chamados coronéis detinham o poder político, econômico e social.



Cardoso (2006), ao analisar a literatura da região cacaujeira, concluiu que a mesma refletia uma visão de mundo com base nos pressupostos de que o homem, ao explorar a natureza, deixou à mostra sua condição de submissão e opressão, num contexto de ruptura das decisões igualitárias sobre o destino da sociedade.

Esta condição permite entendermos que apesar do dinamismo da cacauicultura, como atividade econômica hegemônica e como atividade que mobiliza a sociedade para a geração de renda, emprego e divisas para o país e para o estado da Bahia (CHIAPETI, 2008; KAHIL, 2008), a mesma que contribuía historicamente com cerca de 60% do PIB do estado, tinha cerca de 50% de analfabetos em sua população na década de 70, sendo definida por este e outros motivos como uma região “voltada para fora” (ASMAR, 1983).

No Território Litoral Sul há uma Câmara Temática da Educação que se reúne com frequência e se consolida como a mais ativa dentro da estrutura organizacional do Território.

As constantes reuniões e os esforços da Câmara se concentram em discutir o processo educacional do nosso território, já que as escolas do meio rural são insuficientes, precárias, geralmente, imóveis cedidos ou alugados por fazendeiros; dessas, mais da metade são casas de madeira ou alvenaria construídas para moradia, armazéns e barcas (secadores de cacau).

O trabalho da Câmara hoje, com a ampliação do PTC (Programa Territórios da Cidadania), não se limita apenas às demandas da educação do campo, o diálogo com a educação do meio urbano se efetiva cada vez mais e a troca de experiências se consolida sem reticências.

Avançar em termos de integração, informação, educação e acesso à comunicação, para que se erija uma outra sociedade rural, reduzindo indicadores sobre as necessidades insatisfeitas é também uma das “missões” dessa troca campo-cidade / cidade-campo via educação.

Um dos maiores desafios da educação deste território é manter o jovem no campo com produtividade, nortear as ações educativas de forma que não incentivem o êxodo, mas encontre alternativas para geração de renda das comunidades rurais, isso seria um dos caminhos a serem trilhados muito por conta do grande “envelhecimento” da população camponesa; especialistas entendem que a saída está mesmo na elaboração de políticas públicas mais coerentes para a população não abandonar seus espaços, mesmo em regiões de conflito e a educação tem sido fundamental para modificar essa realidade.

Um território em que a diversidade cultural e étnico-racial estão presentes em todos os espaços, a Câmara Temática da Educação tem buscado estabelecer uma interface com as políticas interna e externas do Ministério da Educação para o desenvolvimento equânime das populações negra, indígena, rural, urbana, LGBT, etc, realizando fóruns, seminários, estudos acerca da promoção e consolidação dessas políticas.





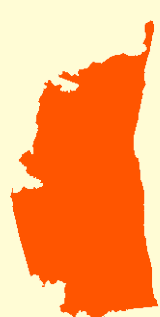


A luta tem sido priorizar uma agenda de diálogos entre as Secretarias Municipais da Educação, professores e as comunidades, pois ainda, por desconhecimento da legislação, há uma resistência ou desinteresse para contribuir e avançar tanto conceitualmente como na implementação de práticas que possam consolidar as temáticas no combate à discriminação, à xenofobia, à homofobia, aos bairrismos em geral, ao racismo, ao machismo, e a todas as formas correlatas de ojeriza social.

Como o Território está em processo ascendente de implementação de muitos projetos e programas estaduais e federais para crescimento econômico, a partir do próprio PAC, especialmente com o Complexo intermodal Porto Sul, o desafio da educação também deve focar na formação profissionalizante de muitas carreiras voltadas à construção civil e de serviços. Além disso, o diálogo com a Universidade Estadual de Santa Cruz como centro de pesquisas e extensão há que ser constante, bem como com outras faculdades privadas instaladas no território, com fins à formação de muitos dessas profissionais.

A implementação de escolas técnicas de família agrícola deve ser priorizada devido ao significativo número de agricultores familiares no território, a fim de valorizar a política rural de permanência do jovem no campo.

Outro ponto há que ser a inserção da educação ambiental como prioritária nos currículos das escolas em todos os níveis por se tratar de um território onde o potencial agro-ecológico se destaca. Enfim, a educação deve pensar no Desenvolvimento sustentável dos 26 Municípios do Território Litoral Sul com base na Agroecologia, sociobiodiversidade da Mata Atlântica e cadeia produtiva do cacau, ampliando o atendimento educacional em todas as suas modalidades com educação integral de qualidade para todos e todas, buscando erradicar o analfabetismo, melhorando o meio ambiente, a segurança pública, a saúde, a inclusão, respeitando as diferenças e reduzindo a violência, com responsabilidade na aplicação dos recursos públicos dos projetos e programas Federais, Estaduais e Municipais com empoderamento social.





A saúde, no contexto Territorial, se apresenta de forma geral como um fator preocupante, já que a maioria dos municípios apresenta uma deficiência coletiva neste setor, a falta de hospitais aparelhados nos grandes centros e a ausência de postos de saúde que atendam à população rural são fatores determinantes deste retrato.

O número reduzido de profissionais da saúde também contribui para com a desestruturação do setor, onde a maioria destes se encontra nas zonas urbanas, deixando então sem assistência a zona rural que carece de atenção não só em atendimentos médicos, mas também da presença dos agentes de saúde que prestam a maioria dos atendimentos em bairros dos grandes centros.

A falta de medicamentos e de ambulâncias para o atendimento ao cidadão mais carente é precária, pois a maioria dos óbitos na zona rural acontece pela falta de pronto socorro de urgência e de medicação imediata, ficando assim necessário se buscar auxílio nos hospitais da zona urbana, que pela falta de estrutura interna não conseguem administrar o grande fluxo de atendimentos, recebendo um grande número de pacientes das cidades vizinhas, como é o caso da cidade de Itabuna, que por possuir uma melhor rede de hospitais recebe público vindo de cidades do entorno e zonas rurais da região, configurando-se então o quadro atual da superlotação nas filas e corredores dos hospitais, principalmente aqueles conveniados ao Sistema Único de Saúde (SUS).

A situação da saúde se agrava ao adentrarmos a zona rural, pois com o declínio da cultura do cacau, muitos agricultores e empregados rurais perderam sua renda e muitas vezes o emprego, ficando desta forma marginalizada e entregue aos vícios do álcool e de outras drogas, contribuindo com este quadro, esta pobreza “natural” hoje presente no campo reflete na saúde de mulheres, jovens e crianças, que passam fome e dificuldades elevando assim o nível de desnutrição e de óbitos infantis.

A estrutura de saneamento básico não deixa de ser diferente, é problemática e não atende a todos que dela necessitam. Esgotos a céu aberto, falta de fornecimento de água encanada e tratada principalmente nas periferias das cidades, contribuem para o agravamento dos problemas de saúde da população. São fontes e vetores de doenças, além de poluírem os rios, o solo, contaminam o ar, os animais. No ano de 2010 a região teve um dos mais altos índices de dengue da Bahia.

Muitos são os programas de saúde promovidos pelo governo federal, e o desafio é fazer com que as informações e o acesso aos programas esteja ao acesso da população. Apesar da facilidade de acesso a métodos contraceptivos o índice de gravidez na adolescência ainda é alto, complicando a sua estrutura familiar e a saúde de seus bebês. Levantamento de dados primários feitos no Território tornou possível observar o seguinte retrato para a realidade da Saúde e Saneamento:

- ➡ Falta de atendimento médico, medicamentos e dentista;
- ➡ Problemas de saneamento básico (fossas sépticas, água encanada e tratada), na área rural e urbana;
- ➡ Falta de postos de saúde específico para atendimento a população rural;
- ➡ Falta de agentes comunitários· Dificuldade para tratamento do Alcoolismo e drogas;
- ➡ Baixa nutrição do público do campo que acarreta menor imunidade a doenças;
- ➡ Altos índices de dengue no território; Falta de diagnóstico da saúde no campo;
- ➡ Falta de uma fiscalização atuante por parte da vigilância sanitária.



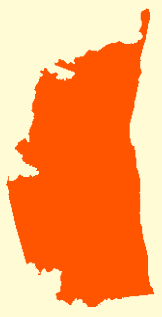


TABELA 9: Estabelecimentos de saúde pública por município

Município	Centro de Atenção Psicossocial	Unidade Básica de Saúde	Hospital Geral	Posto de Saúde	Unidade de Vigilância em Saúde
Território Litoral Sul	11	194	24	40	28
Almadina	-	2	-	-	1
Arataca	-	6	-	-	2
Aurelino Leal	-	6	1	-	-
Barro Preto	-	2	-	3	-
Buerarema	-	7	1	-	1
Camacan	1	11	3	-	1
Canavieiras	1	13	1	-	1
Coaraci	1	6	1	1	-
Floresta Azul	-	3	1	1	-
Ibicaraí	-	11	1	-	-
Ilhéus	2	37	5	20	3
Itabuna	3	32	3	-	-
Itacaré	-	6	2	-	1
Itaju do colônia	0	1	0	0	0
Itajuípe	-	6	1	2	-
Itapé	-	1	-	-	-
Itapitanga	-	3	-	-	-
Jussari	-	3	1	-	-
Maraú	-	8	-	5	-
Mascote	-	6	-	-	2
Pau Brasil	-	1	1	3	1
Santa Luzia	-	5	-	1	1
São José da Vitória	-	1	-	1	-
Ubaitaba	1	4	1	2	-
Una	1	6	1	1	-
Uruçuca	1	7	-	-	14

Fonte: Ministério da Saúde - Cadastro Nacional de estabelecimentos de saúde do Brasil,2010



TABELA 10: Programas sociais nos municípios, e número de famílias com renda inferior a ½ salário mínimo per capita.

Municípios	No. famílias com renda per capita abaixo de 1/2 salário mínimo	Bolsa família		CRAS	CREAS
		No. Famílias	Recursos do bolsa família/ano R\$1,00		
Almadina	1.577	1.228	1.335.737	1	0
Arataca	2.558	1.970	2.251.579	1	0
Aurelino Leal	3.178	2.667	2.912.851	1	0
Barro Preto	1.601	1.196	1.295.649	1	0
Buerarema	3.191	2.457	2.465.312	1	1
Camacan	4.811	3.480	3.387.678	1	0
Canavieiras	5.564	4.872	5.272.004	1	1
Coaraci	4.633	3.399	4.005.166	1	0
Floresta Azul	2.387	1.525	1.803.405	1	0
Ibicarai	6.182	3.969	4.677.680	1	0
Ilhéus	28.526	22.005	22.929.901	4	1
Itabuna	29.763	21.239	22.198.186	2	1
Itacaré	2.835	2.221	1.987.072	0	0
Itajuípe	4.616	2.969	3.414.994	1	0
Itapé	2.387	1.846	2.049.445	1	0
Itapitanga	2.105	1.432	1.602.944	1	0
Jussari	1.573	1.025	1.143.426	1	0
Mascote	3.050	2.537	2.679.703	1	0
Pau Brasil	3.175	2.094	2.411.761	1	0
Santa Luzia	2.557	2.015	2.113.589	1	0
São José da Vitória	1.568	1.066	1.331.045	1	0
Ubaitaba	3.988	3.129	3.529.451	1	1
Una	4.834	3.915	4.721.305	1	0
Uruçuca	4.224	3.235	3.580.671	0	1

Em todos os números e índices os municípios de Ilhéus e Itabuna aparecem com melhor performance. Estes dados mostram um desafio ao Território que é a descentralização do desenvolvimento do território. Toda a dinâmica econômica e social concentra-se no eixo Itabuna/Ilhéus ficando os demais municípios em situação precária no atendimento médico hospitalar, saneamento básico bem como nos setores de serviço em geral e industrial.





A multifuncionalidade da agricultura familiar é característica marcante deste segmento produtivo, que além de produzir alimentos e matérias-primas, gera mais de 80% da ocupação no setor rural. Atualmente a maior parte dos alimentos que abastecem a mesa dos brasileiros vem das pequenas propriedades. A agricultura familiar favorece o emprego de práticas produtivas ecologicamente mais equilibradas, como a diversificação de cultivos, o menor uso de insumos industriais e a preservação do patrimônio genético.

Observa-se no Território Litoral Sul, um sistema agrícola de policultura, com a produção de frutas, criação de pequenos animais, mandioca mas ainda tendo o cacau como uma cultura principal.

Apesar do relativo aumento à diversidade da produção, no Território, percebe-se que ainda está lento o processo de diversificação e multifuncionalidade na agricultura familiar. Diversos são os fatores, que podemos relacionar: O Território Litoral Sul possui diversos segmentos econômicos dentre os quais se destacam culturas como cacau, banana, café, mandioca, seringueira, coco, dendê e a pecuária.

A produção de cacau, principal produto agrícola da região, o qual está sendo protagonista de uma grande crise regional, devido a vários fatores tais como: queda de produção devido à doença conhecida como “Vassoura de Bruxa”, ao desestímulo por parte dos produtores em função dos baixos preços de comercialização e baixas produtividade.

Segundo dados do SEI (2009) a área total de cacau plantado na Bahia no ano de 1997 era de 625.869 ha, já em 2007 passou a 559.884 ha. Indicando que em 10 anos houve uma redução de 10,45% da área total de cacau plantado no Estado. Enquanto que a pecuária em toda Bahia apresentou um aumento significativo (cabeças de gado), em torno de 14,43% nos últimos anos (1997-2007). Na área de abrangência do presente diagnóstico, a área de cacau plantada, registrada uma diminuição de 15,70% da área de cacau nesta região, que tem produtividade de 15 @/ha.

No mesmo período na região (1997-2007) a pecuária aumentou em 26,85%. Estas informações sugerem que as áreas de cacau cabruca estão sendo substituídas nas regiões tradicionais de cultivo de cacau por pastagem. (RELATÓRIO CABRUCO, 2010).

Por ser um commodities e fazer parte de um mercado oligopsônio, ou seja, será observado sempre que uma pequena parte do número de compradores (não importando o tamanho do grupo) é responsável por uma parcela bastante significativa das compras ocorrida no mercado, o cacau, possui sua comercialização e beneficiamento vinculados a poucas empresas multinacionais. As principais empresas moageiras em 2003 situadas no Brasil são a Cargil com 33 %, a Adm Cocoa (Joanes) com 23 %, a Barry Callebaut com 22 %, a Nestlé com 13% e a Indeca com 9%, sendo que 95% das empresas moageiras brasileiras estão situadas na Bahia. (Zugaib, 2005).





**P**ara resolver este ambiente de crise, foi criado um Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira, com o objetivo de substituir o cacau tradicional pelo cacau clonado, este tolerante ao fungo da vassoura de bruxa. Foi inaugurado em 1999 o Instituto Biofábrica de cacau, uma iniciativa da CREDICOOGRAP, financiada pelo Governo do estado da Bahia, com a capacidade de suprir em mudas clonadas a demanda para esta substituição gradativa das plantas de cacau suscetíveis à doença. Aliado a isto existe também um programa de financiamento para esta substituição, bem como para tratamentos culturais e etc.

Além disso, são produzidas outras culturas, tais como café, onde a produção saiu 1054 toneladas para 6.333 toneladas, o que demonstra que a região se encontra em um processo de diversificação, o coco-da-bahia, também expandiu com um crescimento de 6.974 ton para 42.150 toneladas, crescimento vem em fruto da necessidade e potencial da região para a diversificação das culturas. Um dos maiores destaques foi a banana que saiu de 30.317 para 312.631 toneladas.

Apesar da existência de indústria para o processamento da mandioca, existente no território, houve uma queda acentuada na produção. Acredita-se devido aos baixos preços do produto e a baixa fertilidade dos solos. Mesmo com a queda de produção, a indústria é de grande importância neste processo de desenvolvimento. O CRASBA efetua um trabalho na cadeia produtiva da mandioca na agricultura familiar do Território, agregando valor à mandioca com o beneficiamento desta enfocando como principal produto a farinha de mandioca de qualidade superior, onde se procura consolidar a marca “Farinha de Buerarema”.

Os sistemas agroflorestais com espécies tais como, seringueira, pupunha, dendê, piaçava e banana, plantadas na região, servem como opções para diversificação aliado às práticas sustentáveis, pois, a região possui experiência e tecnologia de produção, e se encontra no corredor central da Mata Atlântica.

A criação de bovinos é uma atividade econômica de grande relevância para o Estado da Bahia. O rebanho no Território Litoral Sul passou de 427.483 bovinos em 1991 para 481.122 em 2003 em escala crescente, com 12,54% de aumento do rebanho. Dentre os municípios, Camacan, Ilhéus, Itapé e Mascote foram os que tiveram maior evolução. Um dos fatores que contribuíram para esse crescimento é a crise que vem ocorrendo com a cacaucultura na região, que deixou de ser uma atividade secundária do cacau tornando-se a principal.

Nesse contexto é observado que o rebanho leiteiro é muito significativo na produção pecuária do Território Litoral Sul, mas vem passando por dificuldades. Segundo o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - a produção de leite da Bahia cresceu de 633 milhões de quilos em 1996 para 795 milhões de quilos em 2003. Já no Território Litoral Sul, ocorreu uma diminuição, em sua produtividade, saindo de 45 milhões de litros de leite em 1996 para 24 milhões de litros de leite em 2003, sendo observada provavelmente pelo aumento da criação do gado de corte, a qual não é feita por agricultores familiares. A média de produção de leite por vaca ordenhada é em torno de 1,8 litros, sendo uma produção baixa podendo chegar a 06 a 08 litros por animal.

São observadas iniciativas tímidas para a criação de pequenos animais (caprinos e ovinos) e criação de galinha caipira em sistema semi-intensivo, porém de forma incipiente. Tanques de piscicultura desativados em assentamentos, principalmente na região do Sub-Território Camacan. Além dessas iniciativas observa-se a atividade apícola, principalmente na região de Canavieiras, Una, Uruçuca, com produção de pólen e mel.







TABELA 11:Produtos agrícolas que apresentaram queda ou aumento de produção no Território.

Cultivo	1990	2009	
Banana (cachos) (Toneladas)	30.317	312.631	Produtos que aumentaram a produção
Mamão (Toneladas)	660	60.426	
Borracha (látex coagulado) (Toneladas)	1.167	8.087	
Coco-da-baía (Mil frutos)	6.974	42.150	
Dendê (cachos de coco) (Toneladas)	82	16.728	
Café (em grão) (Toneladas)	1.054	6.333	
Abacaxi (Mil frutos)	940	4.833	
Feijão (em grão) (Toneladas)	675	794	
Milho (em grão) (Toneladas)	533	715	
Palmito (Toneladas)	-	619	
Pimenta-do-reino (Toneladas)	71	611	
Goiaba (Toneladas)	-	590	
Amendoim (em casca) (Toneladas)	-	50	
Urucum (semente) (Toneladas)	-	3	
Mandioca (Toneladas)	348.245	225.525	Produtos que tiveram queda de produção ou não foram mais comercializados
Cacau (em amêndoa) (Toneladas)	229.445	89.874	
Cana-de-açúcar (Toneladas)	124.872	49.496	
Maracujá (Toneladas)	10.812	4.771	
Laranja (Toneladas)	47.914	1.236	
Limão (Toneladas)	10.367	405	
Batata-doce (Toneladas)	1.600	296	
Tangerina (Toneladas)	117.102	230	
Guaraná (semente) (Toneladas)	178	222	
Aveia (em grão) (Toneladas)	20	-	
Abacate (Toneladas)	2.363	-	
Castanha de caju (Toneladas)	4	-	
Manga (Toneladas)	3.145	-	

Fonte: IBGE, 2006



**A** pesar do relativo aumento à diversidade da produção no Território, percebe-se que ainda está lento o processo de diversificação e multifuncionalidade na agricultura familiar. Diversos são os fatores, que podemos relacionar:

#### DISPONIBILIDADE DE MÃO-DE-OBRA

Dentre eles um fator preocupante, reflexo da situação do grupo familiar que, em sua maioria, não apresenta um número significativo de componentes para realizar as atividades agrícolas e, os filhos dividem seu tempo entre o trabalho na unidade produtiva e a escola. Ainda, em alguns casos, os filhos mais velhos deixaram a propriedade, seja para estudar ou trabalhar, não podendo ser contabilizados como força de trabalho disponível. Muito poucos jovens se tornam agricultores . No Território apenas 15% dos agricultores estão na faixa de idade até 35 anos, enquanto 85 % estão na faixa de idade acima de 35 anos.





**Tabela 12 - Produtores na direção dos trabalhos dos estabelecimentos agropecuários por classe de idade do produtor.**

Brasil, Território e Municípios	Menos de 35 anos		35 a 55 anos		Acima de 55 anos	
	No. Pessoas	%	No. Pessoas	%	No. Pessoas	%
Brasil	872.300	16,86	2.343.182	45,27	1.960.007	37,87
Território Litoral Sul	3.004	14,99	16.177	47,23	12.942	37,78
Almadina	28	12,56	91	40,81	104	46,64
Arataca	87	12,05	366	50,69	269	37,26
Aurelino Leal	71	15,64	215	47,36	168	37
Barro Preto	25	11,9	100	47,62	85	40,48
Buerarema	101	16,59	269	44,17	239	39,24
Camacan	118	13,82	403	47,19	333	38,99
Canavieiras	220	14,76	668	44,8	603	40,44
Coaraci	32	7,37	260	59,91	142	32,72
Floresta Azul	25	6,46	140	36,18	222	57,36
Ibicaraí	58	19,6	133	44,93	105	35,47
Ilhéus	456	13,63	1.552	46,38	1.338	39,99
Itabuna	78	9,04	398	46,12	387	44,84
Itacaré	353	14,77	1.242	51,97	795	33,26
Itaju do Colônia	33	13,58	136	55,97	74	30,45
Itajuípe	72	15,03	220	45,93	187	39,04
Itapé	61	14,66	195	46,88	160	38,46
Itapitanga	45	10,56	211	49,53	170	39,91
Jussari	58	15,63	172	46,36	141	38,01
Maraú	326	17,62	845	45,68	679	36,7
Mascote	66	12,15	237	43,65	240	44,2
Pau Brasil	110	20,45	241	44,8	187	34,76
Santa Luzia	177	15,12	592	50,56	402	34,33
São José da Vitória	23	11,56	84	42,21	92	46,23
Ubaitaba	43	12,29	143	40,86	164	46,86
Una	220	13,96	739	46,89	617	39,15
Uruçuca	118	16,73	331	46,6	260	36,67

Fonte: IBGE, 2006



## TECNOLOGIAS ADEQUADAS A AGRICULTURA FAMILIAR

Existe uma carência muito grande de alternativas tecnológicas adequadas às condições socioeconômicas dos agricultores familiares, fazendo com que os mesmos subsistam às custas de métodos extremamente ineficientes de produção agropecuária. Tal situação decorre do fato de que as pesquisas desenvolvidas, geralmente, não têm levado em consideração os sistemas de produção adotados pelos agricultores, oferecendo, em contrapartida, tecnologias por produto, as quais sugerem o uso intensivo de insumos modernos e de capital, que são escassos para o pequeno agricultor e descaracterizam a forma de uso da mão-de-obra que, em geral, é de origem familiar.

Inúmeros agricultores criam resistência à adoção de inovações tecnológicas, gerando frustração aos técnicos do serviço de extensão rural. Muito desta resistência deve ao fato de que apesar do aumento de produtividade, não necessariamente provoca aumento de renda para o agricultor.

Para a agricultura familiar, a tecnologia deve ser simples, popular e basear-se nos seus próprios sistemas de produção, dando ênfase aos recursos locais, com o conhecimento das necessidades dos produtores e da forma como eles as percebem.

## ACESSO A CRÉDITO

O Governo Federal oferece um arranjo de políticas públicas que contempla todos os elos da produção agrícola familiar. Há canais de acesso à terra (o Plano Nacional de Reforma Agrária e o Programa Nacional de Crédito Fundiário), de apoio às redes de assistência técnica e extensão rural (Ater), de crédito (Pronaf) amparado por um seguro agrícola associado (o SEAF, Seguro da Agricultura Familiar) e um de seguro de preços (o PGPAF, Programa de garantia de preços da Agricultura Familiar), de comercialização (o PAA, Programa de Aquisição de Alimentos), de geração de renda (Programa Nacional de Biodiesel, de Agroindústrias e Turismo Rural) e desenvolvimento territorial (Programa Territórios Rurais).

Na base de todos eles, há iniciativas de promoção da cidadania com a atenção especial voltada a mulheres, quilombolas, indígenas e jovens. O trabalho, obviamente, não está completo e o maior desafio hoje é fazer com que as populações acessem estas políticas.

Para vencer este desafio e que as políticas cheguem ao produtor adequadamente e no momento certo é preciso a atuação de forma eficiente e comprometida da extensão rural.

Tabela XX Porcentagem dos estabelecimentos agropecuários que obtiveram financiamento e Valor dos financiamentos obtidos de recursos provenientes de programas governamentais de crédito.







**Tabela 13 - Porcentagem dos estabelecimentos agropecuários que obtiveram financiamento e Valor dos financiamentos obtidos de recursos provenientes de programas governamentais de crédito.**

Território Litoral Sul e municípios	Estabelecimentos abaixo de 50 ha		Estabelecimentos acima de 50 ha	
	%	Valor R\$ 1,00	%	Valor R\$ 1,00
Território Litoral Sul	16	7.266.000	3	11.245.000
Almadina	9	95.000	1	-
Arataca	22	169.000	0	-
Aurelino Leal	27	30.000	3	31.000
Barro Preto	40	21.000	16	327.000
Buerarema	15	126.000	6	184.000
Camacan	14	672.000	4	513.000
Canavieiras	18	208.000	5	955.000
Coaraci	24	53.000	3	555.000
Floresta Azul	28	103.000	12	1.213.000
Ibicaraí	22	140.000	10	529.000
Ilhéus	13	1.698.000	3	2.552.000
Itabuna	17	670.000	6	643.000
Itacaré	17	696.000	2	503.000
Itaju do Colônia	33	18.000	5	408.000
Itajuípe	13	200.000	3	64.000
Itapé	3	643.000	4	86.000
Itapitanga	21	48.000	3	521.000
Jussari	25	203.000	4	490.000
Maraú	22	339.000	3	74.000
Mascote	21	44.000	2	42.000
Pau Brasil	21	335.000	17	383.000
Santa Luzia	18	393.000	3	37.000
São José da Vitória	33	14.000	-	-
Ubaitaba	17	72.000	8	214.000
Una	22	173.000	3	114.000
Uruçuca	16	103.000	3	807.000

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006.



## Comercialização

Muitos são os desafios da comercialização para a agricultura familiar. Dentre estes podemos relacionar: logística

acessos/estradas,  
organização consumo/  
centrais de compra,  
organização/planejamento da produção,  
centrais de venda ou pontos de venda,  
pesquisas e sistemas de informação,  
comunicação e promoção,  
processamento e agregação de valor,  
armazenamento,  
certificação,

Um dos principais, oferecer um produto de qualidade ao mercado, sem passar por intermediários.

Se considerarmos a quantidade de produção normalmente obtida por um agricultor familiar, é difícil que ele detenha ou domine sozinhas, as condições que se fazem necessárias para que consiga superar a dependência em relação ao atravessador.

Muitas vezes o agricultor se organiza nas questões de produção, mas nas atividades econômicas, os agricultores familiares tendem a agir individualmente. Estamos muito aquém ainda em desenvolvermos, uma cultura de tratar em coletivo as atividades de cunho econômico em geral e a comercialização em particular. Agravado em nosso território pelo tipo de comercialização realizada com a cultura do cacau, onde não há uma comercialização direta do produtor com as indústrias chocolateiras, não há o acesso do pequeno produtor a preço diferenciado pela qualidade do produto, e preço controlado pelo mercado externo.

Agravado pela falta de organização dos produtores para lutar por seus interesses e garantir estruturas de produção, certificação e agregação de valor e volume aos produtos para atingir os mercados.

Há um aprendizado a desenvolver, e neste sentido é fundamental capacitar e instrumentalizar o agricultor com informações sobre aspectos básicos e estruturais da comerci-

alização, possibilitando assim, a busca por um melhor posicionamento no mercado.

Não podemos desconsiderar a vinculação da produção dos agricultores familiares aos mercados locais uma alternativa para manutenção de suas condições econômicas, a procura de mercados institucionais desponta como um caminho importante.

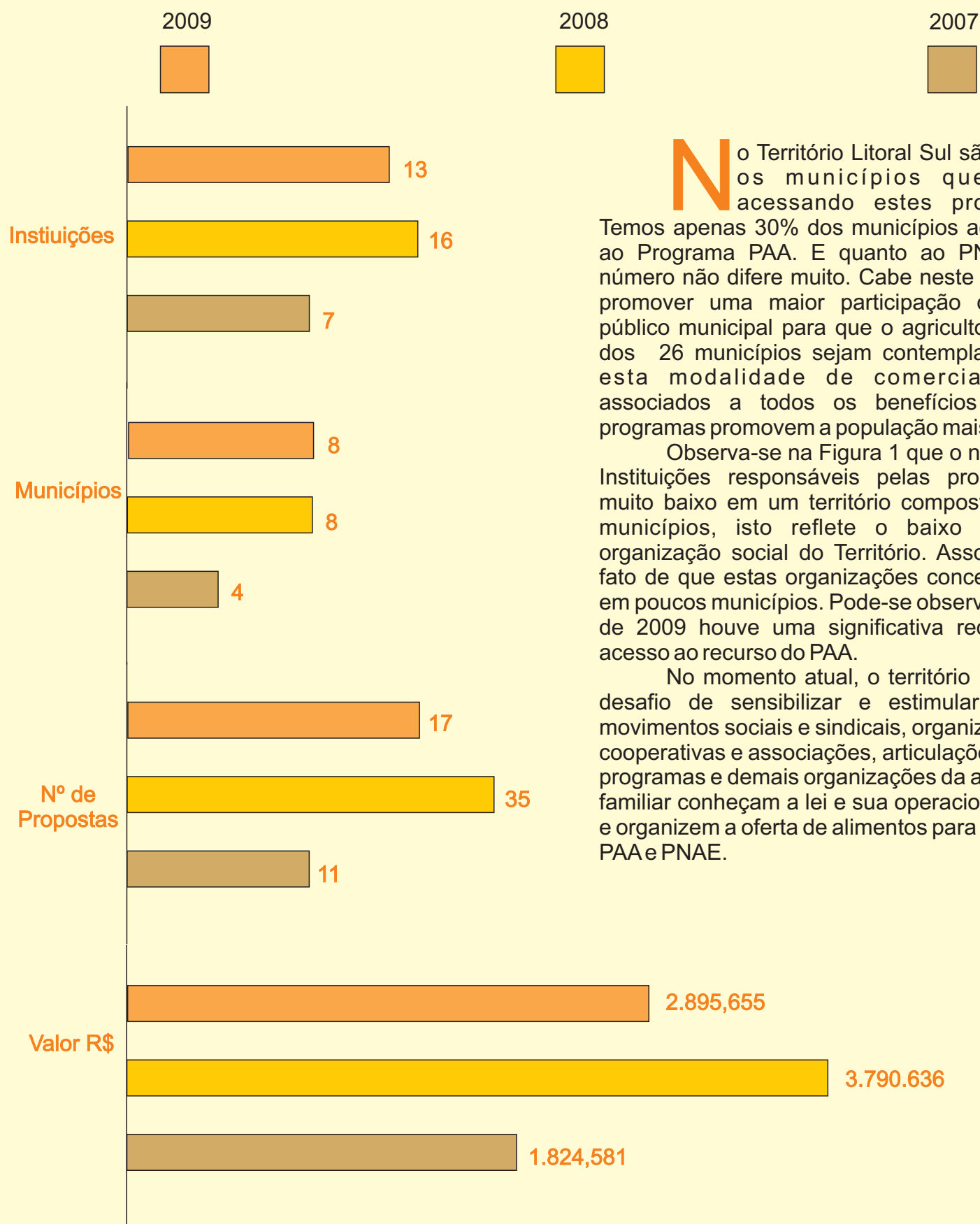
A exemplo dois programas tem contribuído no desenvolvimento rural o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) onde a Resolução 38/2009 do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) estabeleceu que no mínimo 30% do total de recursos financeiros do PNAE deve ser gasto pelos administradores do ensino público na aquisição de alimentos diretamente dos agricultores ou empreendimentos rurais familiares, cooperativas e associações da agricultura familiar. E o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) cujo objetivo é garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar (MDS, 2007).

O PNAE e o PAA é um mercado destinado exclusivamente para a Agricultura Familiar, representa cerca de R\$ 1,2 bilhão/ano e contribui significativamente para a comercialização dos seus produtos.

O desafio nestes programas é de sensibilizar e estimular que os movimentos sociais e sindicais, organizações de cooperativas e associações, articulações, redes, programas e demais organizações da agricultura familiar conheçam a lei e sua operacionalização e organizem a oferta de alimentos para atender a esta rede de comercialização.



**Figura 1- Diagnóstico do PAA no Território Litoral Sul nos anos de 2007, 2008 e 2009.**



No Território Litoral Sul são poucos os municípios que estão acessando estes programas. Temos apenas 30% dos municípios acessando ao Programa PAA. E quanto ao PNAE este número não difere muito. Cabe neste momento promover uma maior participação do poder público municipal para que o agricultor familiar dos 26 municípios sejam contemplados com esta modalidade de comercialização, associados a todos os benefícios que os programas promovem a população mais carente.

Observa-se na Figura 1 que o número de Instituições responsáveis pelas propostas é muito baixo em um território composto por 26 municípios, isto reflete o baixo nível de organização social do Território. Associado ao fato de que estas organizações concentram-se em poucos municípios. Pode-se observar no ano de 2009 houve uma significativa redução no acesso ao recurso do PAA.

No momento atual, o território possui o desafio de sensibilizar e estimular que os movimentos sociais e sindicais, organizações de cooperativas e associações, articulações, redes, programas e demais organizações da agricultura familiar conheçam a lei e sua operacionalização e organizem a oferta de alimentos para ofertar ao PAA e PNAE.



Desta forma a comercialização, considerada um dos principais entraves para o fortalecimento do segmento e para o desenvolvimento rural, mostra caminhos através das políticas públicas governamentais, como também por estudos de mercado onde pode agregar a comercialização de produtos a cadeias econômicas locais, como o turismo, as feiras livres, as redes de supermercado.

**Tabela 14 – Valor das receitas obtidas, no ano de 2006 por tipo de receita da agricultura familiar, em R\$ 1.000,00.**

Território Litoral Sul e Municípios	Produtos vegetais	Produtos Animais	Animais criados em cativeiros (jacaré, escargô, capivara e outros)	Produtos da agroindústria	Beneficiam produtos	Prestação de serviço para empresas	atividades não-agrícolas
Território Litoral Sul	167.933	8.663	36	1.368	96	27	44
Almadina	562	35	X	-	-	-	-
Arataca	2.897	64	-	1	X	-	-
Aurelino Leal	1.951	94	X	-	26	-	-
Barro Preto	390	21	-	-	-	-	-
Buerarema	4.936	119	-	-	-	-	-
Camacan	4.349	343	-	X	-	X	-
Canavieiras	3.338	602	X	149	-	3	7
Coaraci	3.413	72	X	-	-	-	-
Floresta Azul	652	206	-	7	-	X	-
Ibicaraí	1.096	365	-	X	-	-	-
Ilhéus	18.481	268	-	281	6	X	12
Itabuna	1.355	495	-	X	X	-	X
Itacaré	4.006	105	X	78	23	X	-
Itaju do Colônia	72	185	-	-	-	-	-
Itajuípe	1.183	100	-	17	-	-	-
Itapé	348	391	-	X	-	-	-
Itapitanga	538	97	-	X	-	X	-
Jussari	1.447	165	-	4	-	-	-
Maraú	21.103	104	X	616	6	X	7
Mascote	764	339	-	4	-	-	-
Pau Brasil	1.259	437	-	X	-	X	-
Santa Luzia	7.316	201	X	2	3	-	X
São José da Vitória	504	55	-	2	-	-	X
Ubaitaba	441	17	X	-	-	-	-
Una	12.197	70	-	17	X	-	-
Uruçuca	3.640	66	-	14	X	X	-

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006.

\* Os quadros marcados com X há o registro da venda mas o valor não foi disponibilizado.Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006.





Uma pesquisa da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) mostra que, nos 100 municípios que mais contrataram Pronaf nos últimos quatro anos, a produção e a produtividade aumentaram consideravelmente. Mais do que isso, com o aumento da produção houve uma maior circulação de mercadorias, experimentando-se um fenômeno de crescimento na arrecadação tributária, sobretudo nos pequenos municípios, com uma forte vocação rural. Isso é importante porque fortalece a economia. Não houve êxodo rural neste municípios. Um dos fatores para atingirem este resultado foi um programa de ATER onde possibilitou que os agricultores destes municípios tivessem acesso as políticas públicas, crédito, comercialização, o Luz para Todos.

Apesar do esforço no sentido de ajustar as instituições a uma nova política para o setor, poucos foram os resultados obtidos até o momento. São vários os fatores que levam os conservadores a resistir às mudanças exigidas por este novo tempo, entre eles podemos .

destacar o corporativismo das pessoas e das instituições.

Muito se fala do esgotamento e o estado de limite que vive o serviço público de assistência técnica e extensão rural, como também não pode ficar de fora desta crise as instituições de pesquisa, universidades, saúde, educação, dentre outras.

No entanto é importante ter sempre em mente que, apesar de estarmos vivendo uma crise institucional generalizada, isto não deve servir de pretexto para a acomodação de um serviço da maior importância para o desenvolvimento da agricultura familiar e que necessita passar por mudanças.

Neste trajeto é necessário que as Instituições de ATER, bem com as instituições de pesquisa se adéquem a nova realidade e da multifuncionalidade da agricultura familiar.

A situação de ATER em nosso território é ainda bastante limitada. Ao analisar os dados de acesso a crédito Pronaf e outras linhas governamentais, acesso aos Programas do PAA e PNAE, emissão de DAP, observa-se que os números são muitos baixos.





Tabela 15 – Porcentagem dos estabelecimentos rurais em relação a Assistência Técnica.

Território Litoral Sul e Municípios	Acompanhamento Técnico %		
	Ocasionalmente	Regularmente	Não recebeu
Território Litoral Sul	13	9	78
Almadina	12	6	82
Aratoca	8	17	75
Aurelino Leal	7	12	81
Barro Preto	17	6	77
Buerarema	3	12	85
Camacan	10	22	68
Canavieiras	5	6	89
Coaraci	7	7	87
Floresta Azul	8	7	85
Ibicaraí	13	21	66
Ilhéus	16	9	76
Itabuna	15	15	70
Itacaré	3	1	96
Itaju do Colônia	18	20	62
Itajuípe	13	15	73
Itapé	11	6	83
Itapitanga	11	12	77
Jussari	15	19	66
Maraú	4	3	93
Masote	9	5	86
Pau Brasil	8	4	88
Santa Luzia	8	7	86
São José da Vitória	8	3	89
Ubaitaba	17	2	81
Una	6	6	87
Uruguá	32	8	60

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006.





A organização social é um instrumento de ação que se define pelo conjunto das atividades praticadas por pessoas que se aproximam com um interesse comum. Essa forma de trabalho origina-se de um problema que apenas pode ser resolvido coletivamente. Pode assumir diferentes formas e depende dos que a criam e do contexto onde é instalada, seja ele cultural, histórico ou político.

Segundo Abramovay (2003), capital social é uma forma de estrutura social baseada na confiança que facilitam as ações dos indivíduos através da interação entre eles. Dentro desse conceito, o aspecto da confiança é visto como o facilitador e viabilizador da vida social ao gerar e potencializar os recursos econômicos.

O bom desempenho e o fortalecimento da agricultura familiar estão na dependência da capacidade de articulação dos diversos atores sociais envolvidos e comprometidos com a agricultura familiar, tais como: movimentos sociais, diversos ministérios, governos estaduais e municipais, agentes financeiros, ONGs e outros.

Para êxito do processo é necessário a capacitação para mobilização e participação da comunidade com cooperação e construção de parcerias. De acordo com essa lógica, deve-se motivar a participação das pessoas nos grupos sociais que emergem a partir das inter-relações, por meio do incremento de suas capacidades, competências e habilidades.

No âmbito da agricultura familiar, a criação de associações e cooperativas é um canal importante de produção, organização de produção, agregação de valor e de comercialização da produção. Principalmente em um mundo marcado pela forte competitividade que caracteriza a globalização da economia. Nesse contexto, a união de forças via associativismo e cooperativismo constitui uma prerrogativa para a sustentabilidade da unidade produtiva e do negócio.

Ainda que reconhecida a importância da agricultura familiar para o abastecimento e segurança alimentar no mundo, esse segmento é frequentemente desafiado a apresentar respostas cada vez mais rápidas frente aos processos de globalização.

Desta forma o agricultor familiar tem a possibilidade de barganhar melhores preços dos produtos ofertados, diversificar a produção, obter melhores condições de crédito e de eliminar os intermediários. Neste sentido, frente às exigências impostas pela globalização, o cooperativismo agrícola vem se tornando uma alternativa para os agricultores, no que diz respeito a sua inserção nos mercados locais e globais, ampliando a sua possibilidade de enfrentamento da concorrência da agricultura empresarial ou patronal.

O Território litoral Sul tem uma rede social concentrada em alguns municípios. Nestes há uma organização social, associações, cooperativas, e em função de uma assistência técnica mais presente ou atrelado a algum programa de desenvolvimento local.

É necessário fazer com que todo o território seja contemplado com uma organização social forte. Desta forma pode-se fazer um percurso contrário a história deste Território em que a competição é substituída pela concorrência conjunta e solidária. Cada um contribui com informações, conhecimentos, experiências e ações conjuntas em benefício e reforço de todos. O que se busca, portanto, é o reforço para a autonomia e a capacidade de iniciativa de todos os envolvidos como um dos caminhos para a afirmação da cidadania e a superação das desigualdades sociais.

Entendido dessa forma, um grande desafio do trabalho associativo promoverá o empoderamento do cidadão e alcançar a eficiência mediante processos democráticos, tendo por critério não apenas o retorno econômico, mas o aumento da participação nos debates e decisões, com conhecimento de causa, de todos os envolvidos.



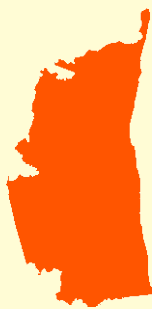
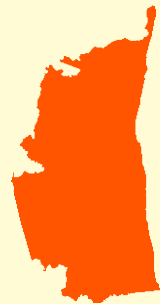


Tabela 16 – Relação de Sindicatos e Cooperativas do Território Litoral Sul.

MUNICÍPIOS	STR (Sind. Trab. Rurais)	SINDICATO PATRONAL	COOPERATIVAS
Almadina	1	DESATIVADO	
Aratoca	1	DESATIVADO	1
Aurelino Leal	1	DESATIVADO	1
Barro Preto	1	1	
Buararema	1	1	1
Camacan	1	1	
Canavieiras	1	1	1
Coaraci	1	1	1
Floresta Azul	1	DESATIVADO	
Ibicaraí	1	1	1
Ilhéus	1	1	4
Ipiaú	1	1	1
Itabuna	1	1	4
Itajú do Colônia	1	1	1
Itacaré	1	1	
Itajuípe	1	1	
Itapé	1	1	
Itapitanga	1	1	
Jussari	1	DESATIVADO	
Maraú	1	1	
Masote	1	1	
Pau brasil	1	1	
Santa Luzia	1	1	
José da Vitória	1	DESATIVADO	
Ubaitaba	1	1	1
Una	1	1	1
Uruguá	1	1	
TOTAL	26	20	18







A qualidade ambiental do Território Litoral Sul, aliada a uma hotelaria de alta qualidade em sua costa, tem sido o fator primordial de competitividade, diante de outros destinos turísticos brasileiros. O futuro do destino está condicionado a sustentabilidade dos ambientes naturais, mas especialmente depende de um ambiente sócio-econômico capaz de promover a inclusão social de comunidades rurais pobres, a conservação da paisagem, dos recursos hídricos e de sua biodiversidade.

Na região da Costa, chamada Costa do cacau, verifica-se que ocorreu um redirecionamento da economia regional e local – antes voltada para a produção agrícola, com ênfase na monocultura cacaueira, na agricultura do corte e queima para o plantio da mandioca, no extrativismo, notadamente a madeira, piacava, dendê –, passando a fixar sua pauta econômica em torno da exploração do turismo, ensejando considerável incremento das atividades de comércio e serviços, sobretudo aquelas voltadas para atendimento dos visitantes.

Por outro lado, toda a economia em expansão é muito frágil, haja vista o processo em curso em muitos pontos da costa brasileira, aonde o turismo cresce com a degradação da natureza e do bem estar das populações locais.

Fazendo com que no outro extremo aparecem segmentos pauperizados que estão fora do circuito principal de geração de riquezas, como comunidades de agricultores familiares caracterizadas pela baixa escolaridade, pouca organização comunitária, predomínio do modelo agrícola de “corte e queima”, tendo como consequência um contexto de instabilidade social e consequentemente ambiental.

No entanto a atividade turística local pode ser um instrumento eficaz para desenvolver as comunidades rurais e urbanas e a conservação da natureza local. Para isso é necessário atuar na promoção de um turismo de base comunitária, includente e onde os moradores locais são os protagonistas do desenvolvimento.

Leva-se em consideração as novas necessidades e incentiva a produção regional da agricultura a ser associada ao turismo e o desenvolvimento de negócios, proporcionando o crescimento das oportunidades de emprego e a geração de renda, a partir de processos produtivos que sejam compatíveis com a vocação regional. Fomentar a produção associada ao setor de turismo, inclui a população local no sistema de geração de riqueza proporcionado pelo turismo e implanta empreendimentos privados mais integrados às economias locais.





**A** pesar de todo este potencial e infraestrutura hoteleira existente, a participação da costa do cacau no turismo da Bahia no ano de 2008 foi 3,8 %, segundo informações da Bahiatursa.

Apesar de todo o investimento percebido na Costa esta participação ainda é bastante baixa, pelo potencial turístico do Território.

Com este quadro deve-se elevar o conceito de agricultura, onde o setor de produção era visto de forma isolada e estanque, para uma visão ampliada, onde passa a considerar também todas as operações que ocorrem no território e um novo olhar, onde os conjuntos de atividades econômicas se completam.



Vila de Taboquinha

**C**omo projeto piloto, o Intituto Floresta Viva implantou o programa de Turismo Responsável na APA Itacaré Serra Grande e demonstrou que a sensibilização de empreendimentos para o consumo de produtos locais dos agricultores é factível de ser realizado. Seu objetivo principal era a inclusão social dos agricultores locais e a proteção ambiental. Após estudo de mercado foi identificado uma grande demanda por produtos regionais e hortaliças. Por meio de acompanhamento técnico, capacitação dos agricultores, organização comunitária, houve uma mudança na matriz de produção (diversificação dos produtos), na forma de comercialização (diretamente aos empreendimentos hoteleiros, restaurantes e uma feira). Os resultados se refletiram no empoderamento destes agricultores e melhoria da renda das propriedades (a renda média destes agricultores que era de R\$ 90,00 (noventa reais mensais)/mensal/propriedade, para uma renda média de R\$ 830,00 (oitocentos e trinta reais) mensais/propriedade).



**A**s Conferências da Cultura que aconteceram nesses últimos anos têm sido referenciais para o desenvolvimento dessa dimensão no âmbito territorial. Inclusive a última, em nível estadual, foi realizada no Território Litoral Sul, em Ilhéus.

No Plano de Desenvolvimento Territorial da Cultura do TLS, baseado nos cinco eixos que nortearam as discussões (I- Produção Simbólica e Diversidade Cultural; II-Cultura, Cidade e Cidadania; III- Cultura e Desenvolvimento Sustentável; IV-Cultura e Economia Solidária; V- Gestão e Institucionalidade da Cultura), muitos caminhos foram traçados pra serem trilhados : o primeiro deles diz respeito ao descompromisso e falta de apoio pela maioria dos gestores em suas esferas públicas municipais, vê-se que as comunidades de povos tradicionais também estão desagregadas, muitos municípios não têm referências de órgão da cultura, não possuem Sistemas de Cultura, com seus respectivos instrumentos implantados e não possuem dotação orçamentária específica. Há uma carência de equipamentos culturais na maior parte dos municípios; grupos, organizações e entidades que produzem e fomentam cultura não são institucionalizados, dificultado o acesso à política de editais, tanto da SECULT – BA, quanto do MinC e da iniciativa privada; os gestores culturais ligados ao poder público quase sempre não conseguem dar continuidade aos seus projetos por conta dessa falta de incentivo e da própria formação em Gestão Cultural, apesar de a UESC ofertar cursos nessa área; não há um mapeamento preciso e amplo das manifestações culturais dos municípios, dentre inúmeras outras deficiências do setor.





**P**or outro lado, há uma diversidade cultural envolvendo os setores da dança, da música, do teatro, da produção do áudio visual. A capoeira, o maculelê despontam como expressões presentes em todos os municípios. A puxada do Mastro e a Festa de Iemanjá nas cidades litorâneas são manifestações de grande visibilidade.

As festas religiosas dos padroeiros locais refletem o instante forte da cultura religiosa do catolicismo na região, muito embora a comunidade evangélica tenha crescido substancialmente nesses últimos anos com o advento de muitas denominações e uma pluralidade de credos; o candomblé e a umbanda já se sedimentam por conta do auto-reconhecimento e valorização de suas crenças publicamente, muito por conta das políticas afirmativas difundidas pelas secretarias especiais dos ministérios federais.

A festa junina (São João, São Pedro, Santo Antônio) está presente em todos os municípios; as festas das cidades, a Festa do Cacau, em Camacan. Algumas comunidades rurais ainda mantêm vivas as tradições do reisado e bumba-meu-boi. O Carnaval tem lugar nas cidades maiores como Ilhéus e Itabuna. Em Canavieiras há um carnaval cultural que mantém a tradição de blocos, grupos de mascarados, etc. Outra manifestação muito comum, em quase todos os municípios, são as cavalgadas, montarias organizadas, festas do cavalo até como expressão da ruralidade, característica muito forte no Território Litoral Sul.

Alguns municípios mantêm algumas manifestações bem peculiares: bicho caçador, em Itacaré; Chula de Dona Creuza, em Arataca; Ladinha, em Almadina; Lapinha de Bom Jesus, em Barro Preto; Baba de Saia, em Buerarema; banho de lama-negra, em Canvieiras; Pastorinhas, em Ibicaraí; Estudante-folia, em Jussari; Festa do Índio, em Pau Brasil.

Em Itabuna e Ilhéus, fundações de cultura garantem a gestão da cultura municipal e a iniciativa privada apóia varias dessas propostas por possuírem instrumentos de divulgação e uma mídia ampla disponível e possuírem equipamentos culturais mais qualificados. Vale destacar o projeto “Caravana Cultural”, itinerante, que visita as comunidades das áreas urbana e rural do município de Ilhéus, levando atrações culturais de todas as espécies.





**É** importantíssimo lembrar que a cultura movimenta a economia substancialmente, mas todo este potencial, no entanto, tem esbarrado em limitações, que vão desde a necessidade de superação de sentimentos sectários e de patrulhamentos políticos ideológicos, que impedem a construção de uma agenda comum para a cultura, uma mudança de postura do papel das instituições dos municípios principalmente nos Poderes Executivo e Legislativo e também a pouca experiência organizacional baseado em alguns aspectos do pensamento sistêmico, em um território onde as políticas públicas historicamente foram definidas pelos interesses do estado e de uma elite dominante.

Por outro lado, há uma diversidade cultural envolvendo os setores da dança, da musica, do teatro, da produção do áudio visual. A capoeira, o maculelê despontam como expressões presentes em todos os municípios. A puxada do Mastro e a Festa de Iemanjá nas cidades litorâneas são manifestações de grande visibilidade.

As festas religiosas dos padroeiros locais refletem o instante forte da cultura religiosa do catolicismo na região, muito embora a comunidade evangélica tenha crescido substancialmente nesses últimos anos com o advento de muitas denominações e uma pluralidade de credos; o candomblé e a umbanda já se sedimentam por conta do auto-reconhecimento e valorização de suas crenças publicamente, muito por conta das políticas afirmativas difundidas pelas secretarias especiais dos ministérios federais. A festa junina (São João, São Pedro, Santo Antônio) está presente em todos os municípios; as festas das cidades, a Festa do Cacau, em Camacan. Algumas comunidades rurais ainda mantém vivas as tradições do reisado e bumba-meu-boi. O Carnaval tem lugar nas cidades maiores como Ilhéus e Itabuna.

Em Canavieiras há um carnaval cultural que mantém a tradição de blocos, grupos de mascarados, etc. Outra manifestação muito comum, em quase todos os municípios, são as cavalgadas, montarias organizadas, festas do cavalo até como expressão da ruralidade, característica muito forte no Território Litoral Sul.



400000

450000

8400000



8400000

Floresta Azul

Ilhéus

Ilhéus

Ilhéus

Barragem

São José de Vitória

Itajá do Colônia

### Legenda



Teatro



Igreja



Manifestação Cultural



Museu



Biblioteca



Zona 24 Sul  
Datum Horizontal Córrego Alegre  
Projeção Universal Transversa de Mercator  
Fonte: LandSat, 2007  
Elaborado por: Campos, D.O.

8300000

8300000

400000

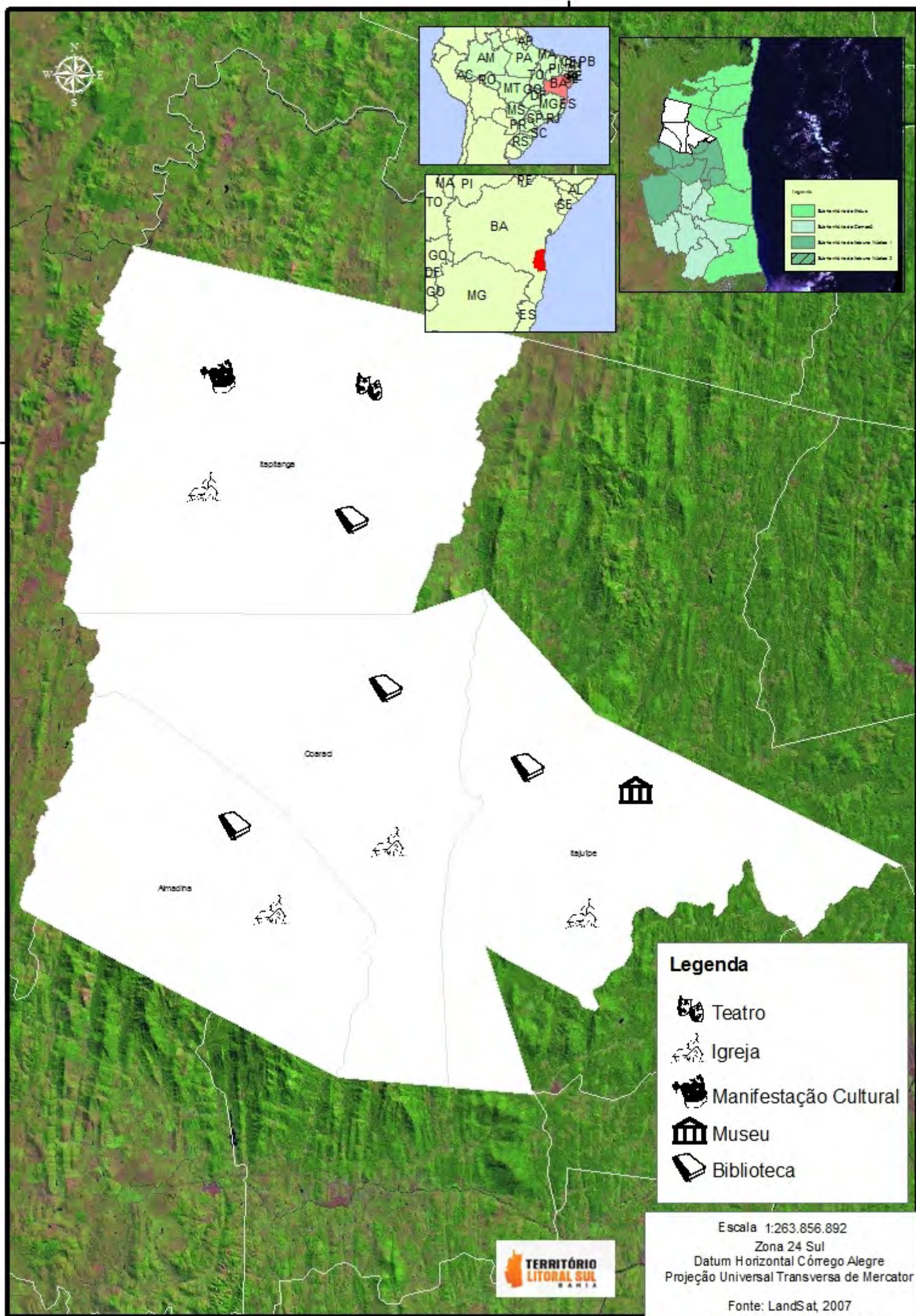
450000



450000

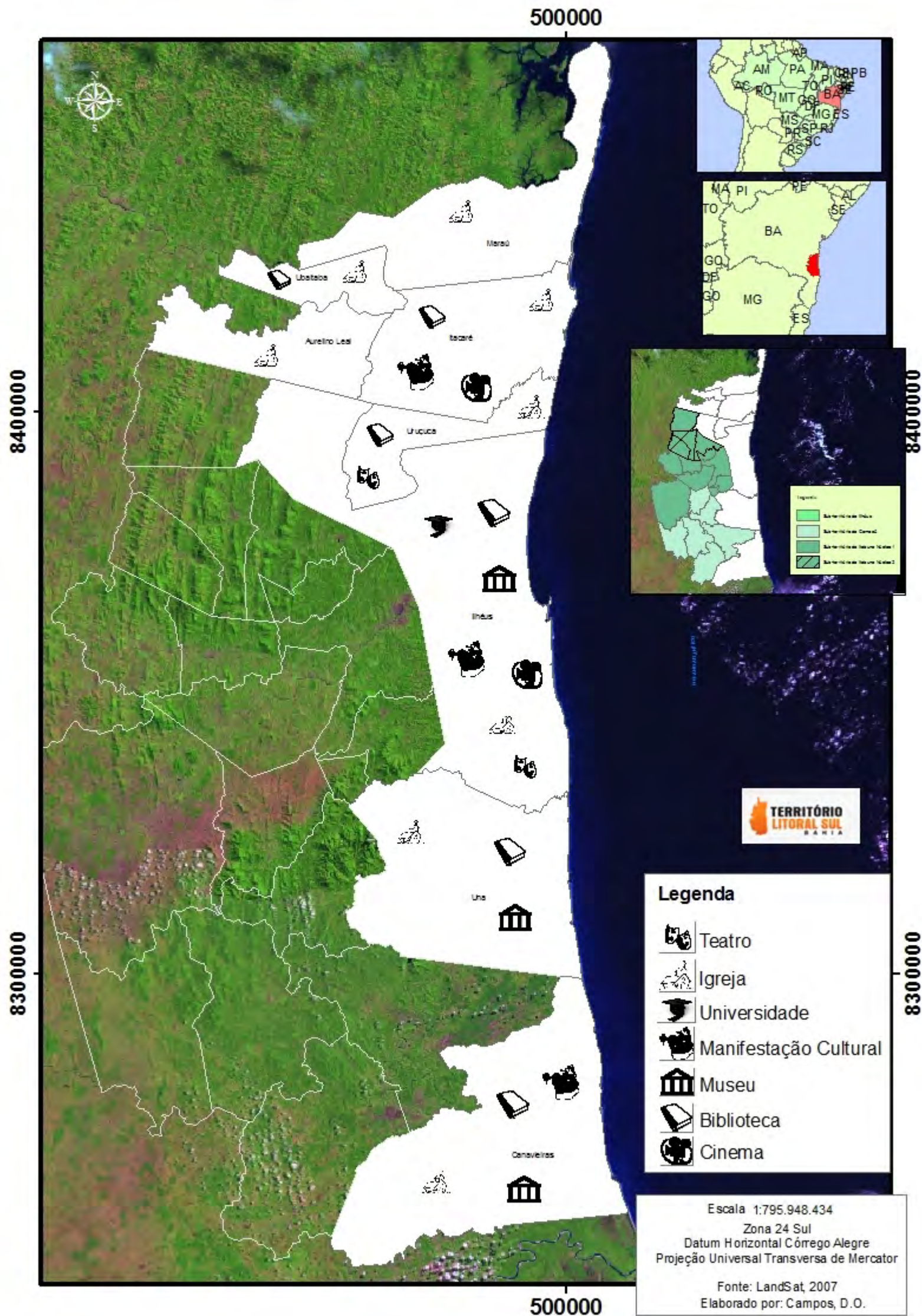
8400000

8400000

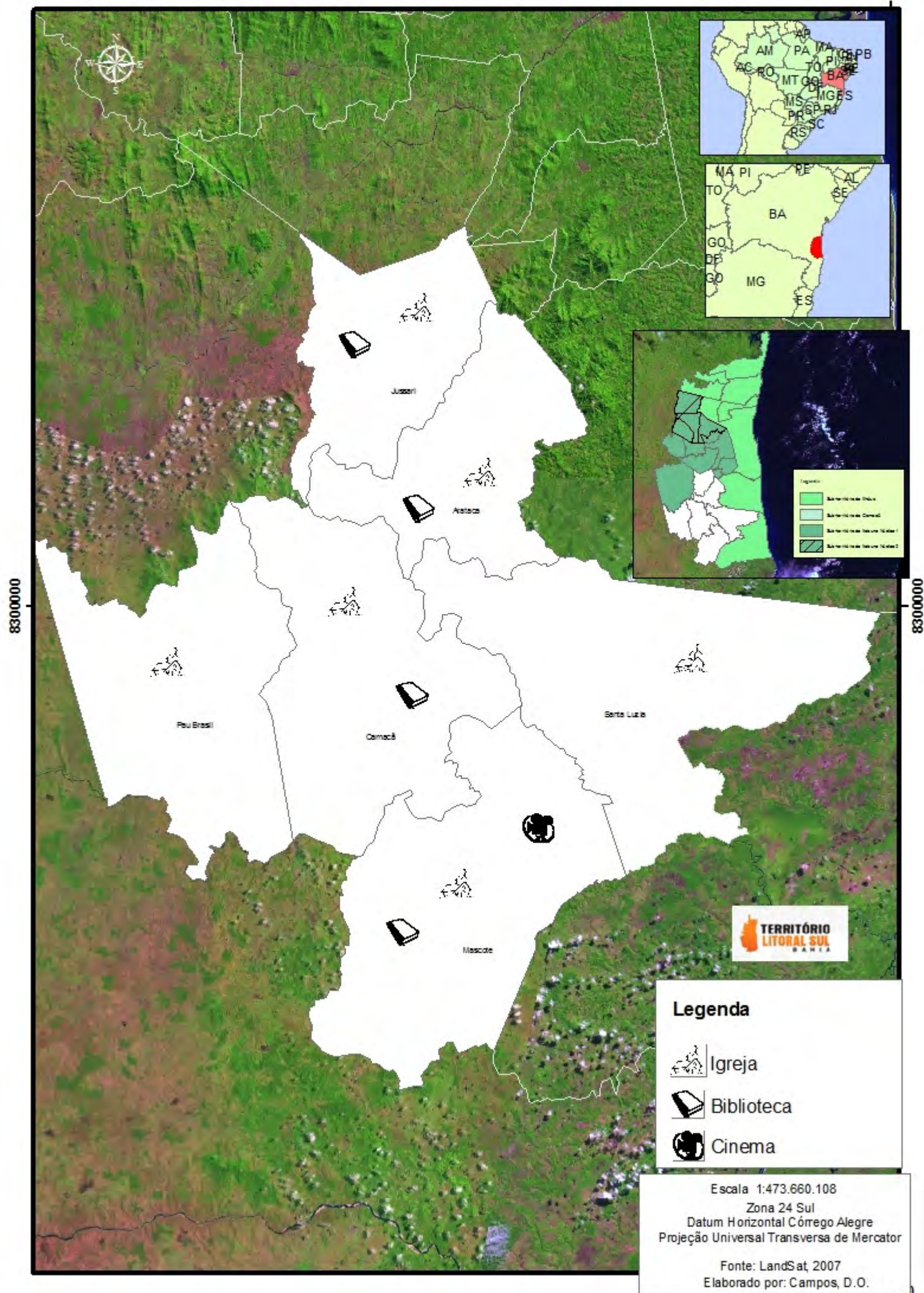


450000











**T**ornar o Litoral Sul um modelo de desenvolvimento territorial que cumpra uma missão estrutural na paisagem, auxiliando as estratégias do poder público, das organizações sociais e do setor produtivo para a sustentabilidade econômica, social, política e ambiental na região, envolvendo a agricultura, comércio, indústria, educação, cultura e turismo, com a conservação da biodiversidade, das florestas e dos recursos hídricos locais.



## Objetivos



- Formar uma proposta de desenvolvimento Territorial, baseado na conservação ambiental e na inclusão social das populações da região, através de uma metodologia flexível e que possibilita diferentes ângulos de abordagem e variados arranjos operacionais.
- Promover a inserção diferenciada de produtores dedicados a modelos produtivos sustentáveis, como ferramenta importante no processo evolutivo de formação de um mercado ético e solidário, auxiliando tanto a gestão ambiental em nível do estabelecimento, como em nível de territórios.
- Disseminar as experiências e a metodologia para organizações atuantes na promoção do desenvolvimento rural;
- Estimular a prática de Monitoramento e Avaliação na execução de projetos pelas organizações para melhorar a eficiência e a eficácia na implementação dos projetos de desenvolvimento territorial rural;
- A promoção de uma nova construção social rural em que a terra passa ser percebida com valores potenciais múltiplos, como atividades tradicional de produção agrária, serviços ambientais, valores cênicos e paisagísticos e a própria cultura derivada da relação entre os habitantes e o meio onde vivem;
- Promover a sustentabilidade dos empreendimentos agropecuários, incentivando o uso de novas tecnologias de formas sustentáveis, sem contudo afastar-se da preservação ambiental, para o bem estar social da população do território.
- Gerar capacidades, incentivos e legitimidade para firmar a autonomia territorial, garantindo a interlocução dos atores locais, para validação dos processos de forma democrática.



Valores

Sustentabilidade

Participação  
Popular

Respeito ao  
Meio Ambiente

Gestão  
Participativa

Equidade

Transparência

Inclusão

Respeito  
a diversidade e  
pluralidade

Acessibilidade

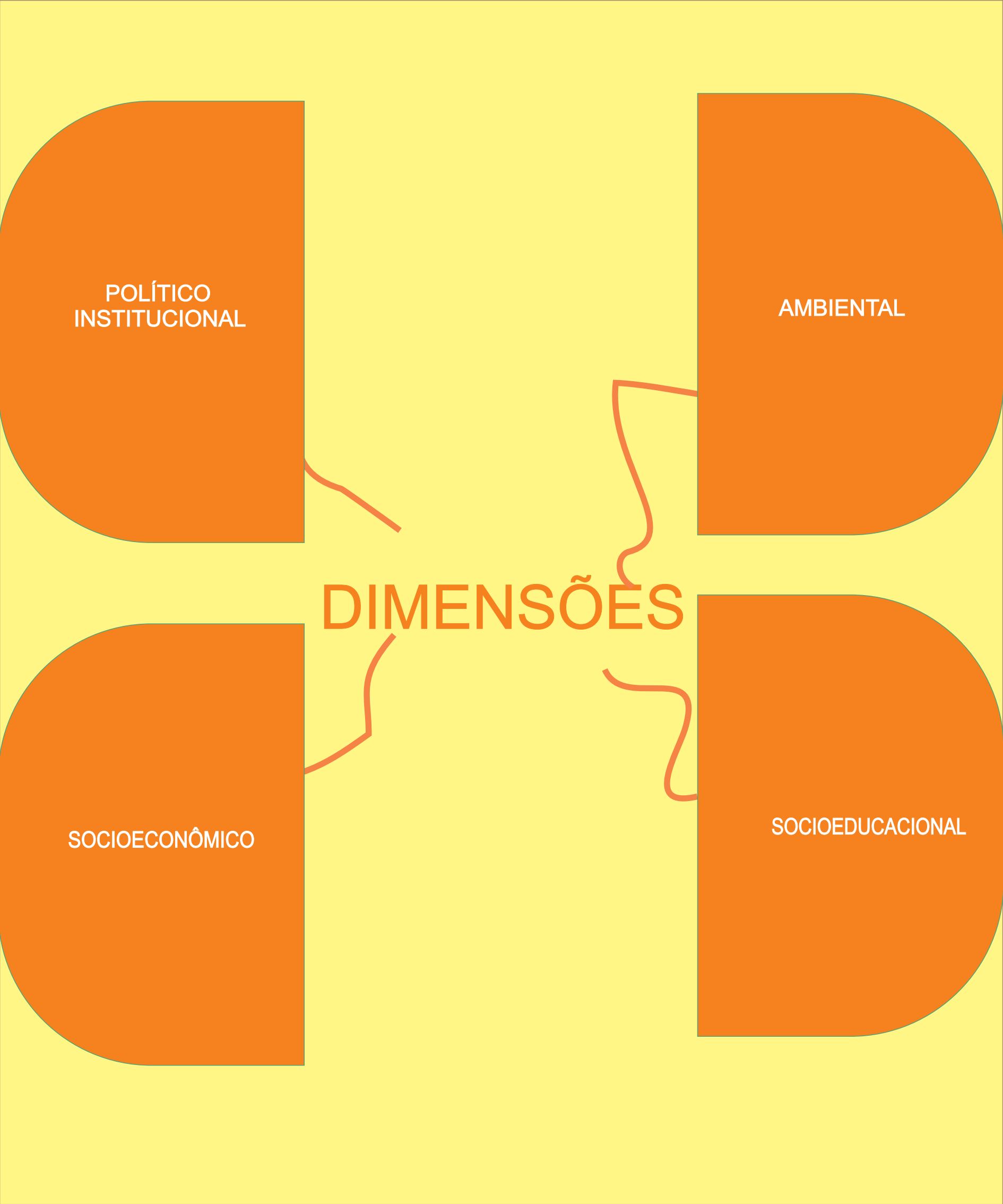
Respeito  
a ruralidade

## Diretrizes

O Território tem suas diretrizes objetivadas no desenvolvimento de pactos territoriais orientados para a promoção da agricultura sustentável. O princípio desses pactos é a criação ou o fortalecimento de mecanismos participativos de planejamento e de gestão ambiental, tendo como unidade Territorial preferencial as bacias hidrográficas. Cada agroecossistema apresenta características socioambientais distintas, exigindo, portanto, soluções específicas a serem definidas localmente.

- ➡ Fortalecimento das ações de segurança alimentar e nutricional que estimulem a produção de alimentos seguros e promovam a comercialização dos produtos da agricultura familiar, com destaque para o Programa de Aquisição de Alimentos Conab/MAPA/MDA/MDS e para compras da agricultura familiar para a alimentação escolar;
- ➡ Ofertar assistência técnica e extensão rural para todos os agricultores familiares, pescadores artesanais, quilombolas e assentados de reforma agrária, articulada com as necessidades locais;
- ➡ Melhoria na infra-estrutura de apoio: estradas vicinais para escoamento da produção, energia elétrica, comunicação e estrutura de armazenamento das associações e cooperativas para comercialização;
- ➡ Realizar investimentos em infra-estrutura rural, em melhoria habitacional e saneamento;  
Difundir o comércio justo e solidário como um fluxo comercial diferenciado;
- ➡ Contribuir nos esforços públicos e privados, de promoção de ações de melhoria às condições de comercialização dos Empreendimentos Econômicos Solidários, por meio de Bases de Serviço de Comercialização.





POLÍTICO  
INSTITUCIONAL

AMBIENTAL

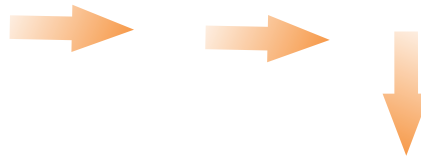
DIMENSÕES

SOCIOECONÔMICO

SOCIOEDUCACIONAL



Dimensão  
Institucional



## Eixos Estratégicos


Gestão Territorial  
Segurança  
Organização Social

EIXO ESTRATÉGICO: GESTÃO TERRITORIAL		
PROGRAMAS	PROJETOS	VALOR
Monitorar e avaliar a implementação do PTDS e os resultados dos programas e projetos implementados.	<ul style="list-style-type: none"><li>Implementar e acompanhar o projeto: Qualificação da gestão territorial e fortalecimento do capital social por meio da monitoria e avaliação das condições de vida e da sustentabilidade no Litoral Sul da Bahia;</li><li>Acompanhar e utilizar o Sistema de Gestão Estratégica como ferramenta de aprimoramento da gestão do colegiado territorial a cada 2 anos</li><li>Capacitação dos atores territoriais na área de gestão territorial, governança e desenvolvimento local;</li><li>Aprofundar estudos sobre as competências institucionais presentes no território e o potencial de articulação de parcerias e redes;</li></ul>	470.000,00



<p>Programas de fortalecimento dos municípios nas ações integradas para o desenvolvimento do território.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Consolidação do grupo gestor como espaço efetivo de governança através de uma capacitação continuada do grupo (regimento interno, políticas públicas, captação de recurso, execução, monitoramento e avaliação de projetos, controle social);</li> <li>Resgate da participação dos atores precursores da política territorial, como estratégia de fortalecer o processo histórico e experiência institucional adquirida;</li> <li>Fortalecimento à participação das comunidades tradicionais de forma efetiva na construção e monitoramento da política territorial, por meio das suas organizações de base (associações e conselhos) e formação de câmaras temáticas específicas.</li> </ul>	
<p>Programa de formação e capacitação de conselhos municipais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Formação e capacitação de Conselhos (CONSELHOS DE MEIO AMBIENTE, CONSELHOS DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL, CONSELHOS DE SEGURANÇA PÚBLICA, EDUCAÇÃO, SAÚDE, ESPORTE, ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, etc...) nos vinte e seis municípios do território, através de treinamentos de formação para que possam exercer na plenitude as suas finalidades e conhecimento das políticas públicas;</li> </ul>	<p>110.000,00</p>
<p>Programas de apoio à constituição e consolidação de redes.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Constituição de Consórcio Público Intermunicipal do Território Litoral Sul, identificando e atendendo as demandas dos municípios, interagindo com a sociedade civil organizada e o Grupo Gestor Territorial.</li> <li>Formação de redes temáticas a partir das câmaras temáticas do território;</li> </ul>	<p>370.000,00</p>





Programa de qualificação da comunicação territorial.	Qualificação das Câmaras Temáticas para que funcionem de acordo com demandas apresentadas, discutidas e aprovadas pelo Grupo Gestor, construídas coletivamente	370.000,00
	Implantação de um sistema de comunicação da Política Territorial, por meio de publicações em meios físicos e digitais, de forma a contribuir com a consolidação da disponibilização de informações de ações, projetos e atividades executadas.	300.000,00

EIXO ESTRATÉGICO: SEGURANÇA		
PROGRAMAS	PROJETOS	VALOR
Programa Polícia Cidadã	<ul style="list-style-type: none"><li>Formação de rede de cooperação para desenvolver ações integradas entre os diferentes tipos de policiamento;</li><li>Qualificação de policiais em práticas de segurança-cidadã;</li><li>Formação e capacitação de Conselho de Segurança nos municípios;</li><li>Implementação do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci);</li><li>Construção de cadeias públicas e delegacias municipais;</li></ul>	450.000,00



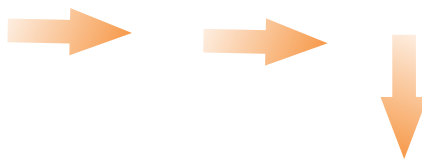


EIXO ESTRATÉGICO: ORGANIZAÇÃO SOCIAL		
Programa de apoio aos conselhos municipais	<ul style="list-style-type: none"><li>Implantação do Projeto “Casa Social” nos municípios (espaços públicos adequados para abrigar as reuniões dos conselhos, fóruns, audiências públicas entre outras discussões necessárias pela sociedade civil);</li></ul>	540.000,00
Programa de apoio às formas organizativas do território	<ul style="list-style-type: none"><li>Construção de Centros comunitários nas comunidades para atender a demanda das associações e cooperativas rurais e da periferia urbana;</li></ul>	
	<ul style="list-style-type: none"><li>Fomento, capacitação e acompanhamento técnico de associações e cooperativas;</li><li>Instalação de central de cooperativas do Território;</li></ul>	

Programa de Inclusão social para povos indígenas e quilombolas	<ul style="list-style-type: none"><li>Reconhecimento das comunidades quilombolas do Território;</li></ul>	598.000,00
	<ul style="list-style-type: none"><li>Titulação das terras quilombolas do Território.</li></ul>	
	<ul style="list-style-type: none"><li>Elaboração de planos de desenvolvimento sustentável (PDS) participativos nas comunidades indígenas e quilombolas.</li></ul>	



Dimensão Ambiental



### Eixos Estratégicos

Código florestal  
Bacias hidrográficas  
Conservação da Biodiversidade  
Pagamento de serviços ambientais

EIXO ESTRATÉGICO: CÓDIGO FLORESTAL		
PROGRAMAS	PROJETOS	VALOR
Programas de Licenciamento ambiental	<ul style="list-style-type: none"><li>Elaboração do Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica;</li><li>Licenciamento ambiental das propriedades de agricultura familiar; Regularização fundiária de pequenas propriedades rurais em parceria formada por CDA e atores locais;</li><li>Mecanismos que facilite a adequação ambiental das pequenas propriedades (averbação de RL e demarcação de APP).</li><li>Implementar SAC's (Serviço de Atendimento ao Consumidor) Rural (complexos com IMA, INGA, EBDA, ADAB, Etc em locais estratégicos) para aumentar a acessibilidade das comunidades ao licenciamento ambiental e a outros serviços do estado.</li></ul>	2.300.,000,00



Programas de apoio à silvicultura de espécies nativas e exóticas de uso múltiplo.	Projeto de pesquisas para formação de florestas de uso múltiplo com espécies nativas;	1.200.000,00
	Projeto para incentivar o uso racional da jaqueira como espécie madeireira, de acordo com critérios técnicos previamente estabelecidos pelos órgãos responsáveis.	
	Construção de unidades de formação de marceneiros com uso de madeira certificada.	

EIXO ESTRATÉGICO: BACIAS HIDROGRÁFICAS		
PROGRAMAS	PROJETOS	VALOR
Programa de apoio a ações de qualificação sanitária do meio urbano e rural.	Projetos envolvendo tratamento de afluentes, reciclagem de lixo e captação e tratamento de água;	
	Projeto de tratamento de esgotamento sanitário para os municípios do território;	
	Projeto de captação de água e tratamento sanitário para comunidades rurais e urbanas;	
	Construção de aterros sanitários em municípios do território;	
	Reciclagem inteligente para os poluentes sólidos e líquidos nos meios urbano e rural;	







EIXO ESTRATÉGICO: CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE		
Programa para zoneamento ecológico econômico do Território;	<ul style="list-style-type: none"><li>Projeto de zoneamento ecológico econômico do Território para uso do solo atual e planejamento para uso futuro;</li><li>Elaboração de Plano Diretor urbano e rural pra todos os municípios;</li></ul>	700.000,00
Programas de recuperação de áreas degradadas	<ul style="list-style-type: none"><li>Projetos de recuperação de áreas degradadas, reservas legais e APPs vinculados a incentivos econômicos como pagamento por serviços ambientais;</li><li>Projetos de recuperação de áreas degradadas nas propriedades rurais de agricultores familiares com sistemas agroflorestais ou espécies domesticadas de valor econômico.</li></ul>	1.200.000,00
Plano de manejo das UCs do território.	<ul style="list-style-type: none"><li>Projeto de estudo e qualificação dos planos de manejo das UCs presentes no território;</li></ul>	600.000,00
Programa para Bacias Hidrográficas	<ul style="list-style-type: none"><li>Mapeamento da rede de recursos hídricos enfocando a disponibilidade hídrica territorial;</li><li>Ampliação do Programa Água para Todos no Território;</li></ul>	1.790.000,00
Política nacional das cadeias de produtos da sócio-biodiversidade	<ul style="list-style-type: none"><li>Manejo e extrativismo comunitário sustentável de produtos florestais, madeireiros e não madeireiros com geração de renda e manutenção de conhecimentos etnobotânicos e etnoculturais, para comunidades de Agricultores familiares, assentados, quilombolas, povos de terreiros, indígenas ;</li><li>Construção de Centro de Pesquisa e treinamento no uso de plantas e ervas para uso na medicina e cosmético;</li><li>Projetos para o desenvolvimento de rede de comercialização dos produtos da sócio-biodiversidade</li></ul>	



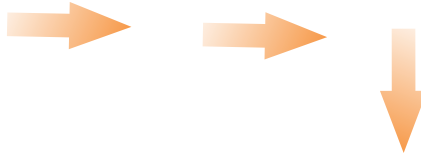


EIXO ESTRATÉGICO: PAGAMENTO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS		
PROGRAMAS	PROJETOS	VALOR
Programas para pagamento de serviços ambientais.	<ul style="list-style-type: none"><li>Projeto de recuperação e manutenção das micro-bacias hidrográficas ligado a incentivos econômicos e sociais;</li><li>Projeto de incentivo a atividades não-agrícolas em comunidades tradicionais, nas áreas e ecoturismo, extrativismo e manejo comunitário florestal;</li></ul>	3.000.,000,00





Dimensão Socioeconômico



Eixos Estratégicos

Turismo Urbano e Rural  
Pesca e Aquicultura  
Agricultura Pecuária  
Economia Solidária  
Infraestrutura

EIXO ESTRATÉGICO: TURISMO URBANO RURAL		
PROGRAMAS	PROJETOS	VALOR
Programa de implantação do turismo de base comunitária com foco no Cacau, Chocolate e Mata Atlântica	<div><div>■</div> Projeto de integração do turismo a cadeia produtiva do cacau com foco em chocolate e nos atrativos naturais (Rota do Cacau e Chocolate);</div> <div><div>■</div> Incentivar a formação de docerias, chocolaterias e formatação de roteiros turísticos de visitação a fábricas de chocolate.</div> <div><div>■</div> Projeto em Turismo de base comunitária para atender às demandas do turismo rural, ecoturismo, turismo cultural, etnoturismo, turismo de vivência, gastronomia regional e artesanato;</div> <div><div>■</div> Projeto de formação de uma Rede de Turismo de Base Comunitária no território, indicando os roteiros territoriais;</div> <div><div>■</div> Projeto de formação continuada de guias especializados em transmitir o conhecimento de ativos endógenos regionais (Ex. atrativos naturais, mata atlântica, cacau e chocolate, cultura dos povos tradicionais e outros) e as Unidades de Conservação</div>	710.000,00





Produção Associada ao Turismo	<ul style="list-style-type: none"> <li>Implementação de curso médio e superior com ênfase em chocolate;</li> <li>Projeto de capacitação em comunidades para produção de chocolate e derivados e a comercialização dos mesmos</li> <li>Projeto de qualificação da mão de obra local para inserção nos empreendimentos turísticos rurais e urbanos;</li> <li>Criação de redes e meios de comercialização dos produtos regionais (agricultura familiar) com os hotéis, restaurantes e resorts da região e diretamente com o turista;</li> <li>Elaboração de estudos de viabilidade econômica dos produtos a serem explorados e comercializados.</li> </ul>	670.000,00
Programa de apoio à infraestrutura do Turismo	<p>Construção de Centros de Venda de produtos associados ao turismo nos municípios do TLS;</p> <p>Construção de portais de entrada das cidades turísticas com quiosques de informações;</p> <p>Criar estrada-parque em unidades de conservação integral.</p>	430.000,00
Programa de fomento ao desenvolvimento dos segmentos turísticos	<p>Projeto para elaboração de roteiros turísticos e destinos com base na Segmentação da Oferta, a partir dos elementos de identidade de cada região, em função da demanda. Os principais segmentos trabalhados são: Turismo Cultural, Turismo Rural, Ecoturismo, Turismo de Aventura, Turismo de Esportes, Turismo Náutico, Turismo de Saúde, Turismo de Pesca, Turismo de Estudos e Intercâmbio, Turismo de Negócios e Eventos, Turismo de Sol e Praia e Turismo Social.</p>	310.000,00
Programa de Inventário do Patrimônio cultural material e imaterial.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Inventariação e promoção do patrimônio imaterial e material do território;</li> </ul>	130.000,00



## EIXO AGLUTINADOR: PESCA E AQUICULTURA.

PROGRAMAS	PROJETOS	VALOR
Programa da pesca artesanal	<ul style="list-style-type: none"><li>■ Construção de unidade de beneficiamento do pescado, estaleiros, estrutura portuária para o desenvolvimento da pesca familiar.</li><li>■ Projeto de inclusão do pescador artesanal, acesso mais fácil ao crédito e as políticas públicas para o pescador familiar;</li><li>■ Capacitação e estruturação das cooperativas e associações ligadas à pesca familiar.</li><li>■ Assessoria técnica para práticas de pesca e aquicultura;</li></ul>	3.800.000,00



Programa de apoio à piscicultura	<ul style="list-style-type: none"><li>■ Construção de unidades de beneficiamento do peixe nos municípios;</li><li>■ Construção de tanques de piscicultura em propriedades familiar</li></ul>	1.590.000,00
----------------------------------	--	--------------



EIXO ESTRATÉGICO: AGRICULTURA E PECUÁRIA		
PROGRAMAS	PROJETOS	VALOR
Programa de apoio à agricultura agro-ecológica	<ul style="list-style-type: none"><li>■ Subsídio para agricultura familiar fazer a transição da propriedade de convencional para unidade de produção agroecológica;</li><li>■ Certificação agro-ecológica para o agricultor familiar.</li><li>■ Capacitação dos agricultores em Agroecologia, Técnicas Conservacionistas de Manejo de solo, Manejo de Resíduos na Agricultura e outros cursos que sigam linhas semelhantes.</li></ul>	970.000,00



Programa de Apoio a implantação de sistemas agroflorestais	<ul style="list-style-type: none"><li>■ Implementar curso superior de Engenharia Florestal com ênfase em sistemas agroflorestais e silvicultura tropical;</li><li>■ Projeto de Implementação do programa de Silvicultura de exóticas e nativas ligadas a agricultura familiar;</li><li>■ Incentivo ao enriquecimento e implantação de sistemas agroflorestais, extrativismo e manejo comunitário florestais ligado a política de ATER, ATES e Cadeias de Produtos da Sócio - Biodiversidade;</li></ul>	470.000,00
--	--	------------





Programa de ATER	<ul style="list-style-type: none"> <li>■ Contratação de profissionais para realização da Assistência técnica e extensão rural nos municípios;</li> <li>· ■ Criação redes e arranjos institucionais de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural baseados nos princípios da agroecologia;</li> <li>·</li> <li>■ Implantação de ATER continuada em grupos de agricultores que estejam associados;</li> </ul> <p>Projeto de pesquisa e extensão tecnológica em</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>■ Agroecologia e Agricultura Orgânica, integradas a política de ATER e ATES.</li> </ul>	6.7000.000,00
Programa para a cadeia produtiva do Cacau	<ul style="list-style-type: none"> <li>■ Capacitação de agricultores com Cultivo do cacau orgânico em assentamentos e pequenas propriedades rurais ressaltando o sistema agroflorestal;</li> <li>■ Construção de central de produção de adubo com utilização de resíduos da indústria chocolateira;</li> <li>■ Implantação de fábricas para beneficiamento da amêndoa de cacau da agricultura familiar;</li> <li>■ Campanhas publicitárias para divulgação de uma marca utilizando o apelo ambiental de “Produtos da Mata Atlântica”.</li> </ul>	3.200.000,00
Programa da cadeia produtiva da mandioca	<ul style="list-style-type: none"> <li>■ Revitalização das casas de farinha com potencial econômico;</li> <li>■ Capacitação dos produtores para plantio de variedades produtivas e produção da farinha de qualidade superior</li> </ul>	470.000,00



Programa para a cadeia produtiva da Pecuária	<ul style="list-style-type: none"> <li>Construção de tanques de resfriamento nas cooperativas de pequenos produtores;</li> <li>Criação da central de comercialização territorial de leite advindo da produção familiar;</li> <li>Construção de agroindústrias para produção de laticínios;</li> <li>Organizar eventos de capacitação e promoção da pecuária leiteira na agricultura familiar.</li> </ul>	3.300.000,00
Programa para a cadeia produtiva da apicultura	<ul style="list-style-type: none"> <li>Construção de apiários demonstrativos e multiplicadores da atividade apícola em comunidades de agricultores familiares assegurando assistência técnica;</li> <li>Ampliação da linha de crédito para a apicultura;</li> <li>Implantação de unidades de beneficiamento do mel e do pólen nas regiões produtoras.</li> </ul>	1.620.000,00
Programa para a infra-estrutura da produção agropecuária	<ul style="list-style-type: none"> <li>Construção de uma central de mistura de ração para pequenos animais, atendendo a agricultura familiar;</li> <li>Pesquisa para utilização de produtos regionais na formulação de ração;</li> <li>Construção de abatedouro para aves, suínos e ovinos nos municípios onde a produção seja expressiva;</li> <li>Implantação de agroindústrias para produção de sucos, geléias, bebidas e doces diversos;</li> </ul>	400.000,00





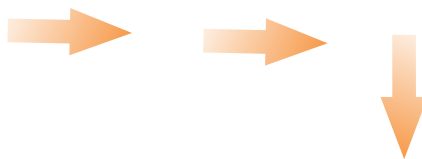
EIXO AGLUTINADOR: INFRAESTRUTURA		
Programa de Recuperação e Manutenção de Estradas	<ul style="list-style-type: none"><li>Implantação de patrulha mecânica Sub-Territorial, através de consórcios intermunicipais para abertura, manutenção e recuperação de estradas vicinais.</li></ul>	3.400.000,00
Programa de Comunicação para as Comunidades Rurais	<ul style="list-style-type: none"><li>Instalação de postos telefônicos e/ou torres de celular para atender as comunidades rurais.</li></ul>	20.000,00
Programa de apoio a Comercialização	<ul style="list-style-type: none"><li>Criação de espaço e estrutura nas feiras livres para o pequeno produtor.</li></ul>	870.000,00
Programa para o desenvolvimento do esporte	<ul style="list-style-type: none"><li>Construção de Arena Poliesportiva para incentivos aos jogos de praia;</li><li>Construção de Quadras Poliesportiva para incentivos aos esportes coletivos.</li></ul>	5.600.000,00
Apoiar ações de qualificação sanitária do meio urbano e rural	<ul style="list-style-type: none"><li>Projetos para tratamento de afluentes, reciclagem de lixo e captação e tratamento de água;</li><li>Projeto para tratamento de esgotamento sanitário para todos os municípios do território que ainda não possuem.</li><li>Projeto para captação de água e tratamento sanitário em comunidades rurais e urbanas;</li><li>Construção de aterros sanitários em municípios do território;</li><li>Reciclagem inteligente para os poluentes sólidos e líquidos nos meios urbano e rural;</li></ul>	16.000.000,00







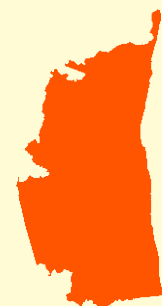
Dimensão  
Socioeducacional









Eixos Estratégicos

- Juventude
- Gênero e geração
- Educação
- Cultura
- Saúde
- Comunidades Tradicionais
- Assistência

EIXO ESTRATÉGICO: JOVENS		
PROGRAMAS	PROJETOS	VALOR
Programa de apoio ao Empreendedorismo de Jovens	<ul style="list-style-type: none"><li>■ Inclusão do Empreendedorismo na educação formal de jovens;</li><li>■ Projeto para implantação de Incubadora de Pequenos Negócios nas escolas como apoio ao curso de empreendedorismo;</li><li>■ Projeto de incubadoras ligado a empreendimentos de economia solidária com ênfase na conservação dos recursos naturais.</li></ul>	2.000.000,00
	<ul style="list-style-type: none"><li>■ Projeto de melhoria dos espaços públicos com vistas a instalação de equipamentos multifuncionais de esporte e lazer</li></ul>	4.000.000,00



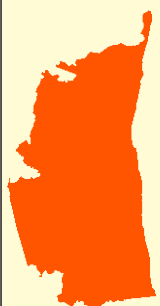
Programas de combate à violência .	 Projeto para criação de equipes interdisciplinares para apoio e acompanhamento do jovem e sua família nas questões que geram conflitos, violência e outras dificuldades.	700.000,00
	 Promover a criação de Conselho da diversidade sexual abrigado pela Secretaria de Justiça, a fim de garantir a integridade física e moral e os direitos humanos das diversas orientações com base na legislação vigente;	
Programa de Institucionalização de Secretarias da Juventude.	 Projeto para promoção das Secretarias Municipais da Juventude para desenvolvimento de políticas prioritárias para o segmento.	120.000,00

EIXO: GÊNERO		
PROGRAMAS	PROJETOS	VALOR
Programa para promoção da equidade das relações de gênero, de geração e de etnia	 Projeto para valorização e fortalecimento das formas de vida e de produção das comunidades quilombolas, indígenas, populações ribeirinhas, extrativistas, assentados, etc.	800.000,00
	 Projeto de inclusão para grupos especiais em empregos formais;	
	 Projetos programáticos visando à produção e à promoção efetiva da diversidade cultural das populações negra e indígena, contra o racismo, discriminação racial, xenofobia, homofobia e intolerância correlatas;	



	<ul style="list-style-type: none"><li>■ Difusão de políticas afirmativas que garantam o acesso ao financiamento público de projetos que contemplem as diversas culturas, com recorte de raça, gênero e geração;</li><li>■ Projetos para promoção e preservação do patrimônio imaterial, material da cultura afro-brasileira, indígena guardando as suas especificidades, nas suas diversas manifestações.</li><li>■ Projeto para intensificar, no serviço público, políticas de combate a discriminação por orientação sexual, e todas as formas de violência contra mulheres e homens, em especial na educação, na saúde, no sistema penitenciário, e, principalmente na serviço militar.</li></ul>	
--	--	--

EIXO ESTRATÉGICO: EDUCAÇÃO		
PROGRAMAS	PROJETOS	VALOR
Programa de ampliação dos espaços educativos para a pesquisa e o trabalho.	<ul style="list-style-type: none"><li>■ Criação de <b>Módulos de Treinamento para Formação de Ofícios</b> nos subterritórios (Pedreiro, eletricitista, encanador, Jardineiro, Para-botânicos, Segurança, guardas-parque, artesãos, chaveiros, guias de turismo, garçons, recepcionistas, barman, mensageiro, vigilante, e outras demandas apresentadas na região)</li><li>■ Projetos de apoio à pesquisa de base e aplicada que tenha como temática a questão do campo e da educação do campo e fomento a educação e desenvolvimento sustentável.</li><li>■ Implantação de escolas técnicas de famílias agrícolas;</li></ul>	1.200.000,00








Programa de qualificação da educação.	Projeto de fortalecimento e qualificação da Arte-Educação nos município do Território do Litoral Sul;	780.000,00
	Projeto de inserção da educação ambiental na prática pedagógica dos níveis fundamental, médio, técnico, tecnológico e superior;	
Programa de Ciencia e Tecnologia	Projeto de pesquisa em tecnologias de baixo impacto para modernização da agricultura familiar	670.000,00


EIXO: CULTURA		
PROGRAMAS	PROJETOS	VALOR
Produção simbólica e diversidade cultural.	Projeto de mapeamento de patrimônio material e imaterial do Território.	200.000,00
	Criação de agenda cultural do Território.	
Cultura, Cidade e Cidadania	Projeto Espaço Cultural Público itinerante.	6200.000,00
Cultura e Economia Criativa	Projeto para fomentar os arranjos produtivos locais, com o desenvolvimento de projeto piloto para uma cadeia produtiva da cultura.	400.000,00
	Projeto de ampliação de recursos viabilizar a economia criativa das comunidades territoriais.	



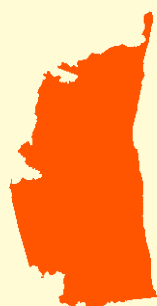


<p>Cultura e Desenvolvimento sustentável</p> <p>Gestão e Institucionalidade da cultura</p>	<p>Plano de capacitação continuada para os diferentes segmentos de cultura abrangendo as diversas cidades do Território.</p>	600.000,00
	<p>Projeto de criação de centro técnico de formação para agentes, empreendedores e gestores culturais.</p> <p>Implantação dos Sistemas Municipais de Cultura em todos os municípios do TLS</p> <p>Formação de gestores culturais em Sistemas Municipais de Cultura e seus respectivos instrumentos de funcionamento.</p>	300.000,00

EIXO ESTRATÉGICO: SAÚDE		
PROGRAMAS	PROJETOS	VALOR
<p>Programa de apoio à qualidade de vida das famílias.</p>	<p>Instalação de fossas sépticas biodigestoras na zona rural.</p> <p>Projetos de educação sanitária e ambiental que observem as especificidades locais e a percepção que a comunidade tem sobre o meio ambiente;</p> <p>Criação de Conselhos de Qualidade de Vida em escolas;</p> <p>Projeto de melhoria habitacional na área rural</p>	2.300.000,00



<p>Programa de apoio a mutirões de saúde.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>■ Mutirão de saúde da mulher e do homem nas áreas rurais;</li> <li>■ Equipe médica itinerante da área rural;</li> <li>■ Implantação de PSF rural;</li> <li>■ Aquisição de unidades móveis de saúde para atendimento a área rural;</li> </ul>	<p>410.000,00</p>
<p>Programas de saúde para as comunidades tradicionais</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>■ Políticas de saúde para as populações negras, indígenas, garantindo recursos orçamentários das três esferas de Governo (Federal, Estadual e Municipal);</li> </ul>	<p>980.000,00</p>
<p>Programas de serviços de saúde para população carente.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>■ Ampliação do Programa de Combate ao câncer, principalmente, os de tipo cérvico-uterino, mama, próstata, garantindo a qualidade da assistência e reeducação, além de prevenção através de uma nutrição natural-integral, baseada na produção do TLS.</li> <li>■ Garantia de atendimento no SUS, em hospitais e clínicas particulares a mulheres em situação de aborto previsto e não previsto por lei;</li> </ul>	<p>390.000,00</p>
<p>Programas de apoio ao idoso.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>■ Garantia de atendimento específico para idosos das zonas rurais, aldeias indígenas, remanescentes de quilombos.</li> <li>■ Casas de Apoio ao idoso</li> </ul>	<p>890.000,00</p>





<p>Programas de apoio às ações preventivas nos municípios</p>	<ul style="list-style-type: none"><li>■ Criação, fortalecimento e ampliação de Programas e Projetos de Segurança Alimentar e Nutricional, com ênfase nas experiências e práticas terapêuticas de matrizes africanas e indígenas</li><li>■ Inclusão da educação sexual no currículo escolar.</li><li>■ Impedir que as pesquisas genéticas ou as suas aplicações sejam usadas para promover o racismo, discriminação racial, xenofobia, homofobia e intolerância correlata, protegendo a privacidade da informação contida no código genético pessoal para evitar sua utilização com propósitos discriminatórios e racistas;</li><li>■ Contratação de profissionais através de concurso público, com vistas à reversão do processo de privatização da saúde;</li><li>■ Comissão de Bioética no âmbito das Secretarias Municipais e Estadual de Saúde, com intuito de garantir a ética nas ações de saúde pública;</li><li>■ Diagnóstico de saúde dos trabalhadores rurais (marisqueiras, pescadores, cacauicultores, etc), cujas doenças ocupacionais não são reconhecidas pelo INSS, para fundamentar um programa de atenção à saúde deste grupo específico com recorte racial e de gênero, garantindo-lhes os direitos trabalhistas, principalmente os que lidam com a lavoura cacaueira e com o uso desenfreado de herbicidas;</li><li>■ Proposta de Lei que garanta às mulheres a presença de uma acompanhante da sua escolha, durante o atendimento nas maternidades, seja aprovada e cumprida;</li><li>■ Projeto de educação ecológica corporal com base nos conhecimentos das medicinas naturais ancestrais populares de saúde;</li></ul>	<p>6.400.000,00</p>
---	--	---------------------









O Território apresenta estrutura de gestão formalizada e ativa, constituída pelas seguintes instâncias:

- ➔ Colegiado Territorial - Grupo Gestor
- ➔ Núcleo Dirigente – Grupo Gestor Executivo
- ➔ Núcleo Técnico
- ➔ Câmaras Temáticas
- ➔ Microrregiões

**GRUPO GESTOR** é Composto por 70 (setenta) instituições, definidas pela representatividade e atuação na ação territorial. Seu caráter é paritário: poder público e sociedade civil organizada.





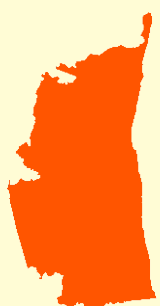


## PODER PÚBLICO

BNB – Banco do Nordeste do Brasil  
CAR – Companhia de Ação Regional do Estado da Bahia  
CEPLAC – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira  
DIREC 0 – Diretoria Regional de Educação do Estado da Bahia  
EBDA – Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola  
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
Prefeitura Municipal de Almadina  
Prefeitura Municipal de Arataca  
INGÁ – Instituto de Gestão das Águas e Clima  
Prefeitura Municipal de Barro Preto  
Prefeitura Municipal de Buerarema  
Prefeitura Municipal de Camacã  
Prefeitura Municipal de Canavieiras  
Prefeitura Municipal de Coaraci  
Prefeitura Municipal de Floresta Azul  
Prefeitura Municipal de Ibicaraí  
Prefeitura Municipal de Ilhéus  
Prefeitura Municipal de Itabuna  
Prefeitura Municipal de Itacaré  
Prefeitura Municipal de Itajú do Colônia  
Prefeitura Municipal de Itapé  
Prefeitura Municipal de Uruçuca  
UESC – Universidade Estadual de Santa Cruz  
Prefeitura Municipal de Itapitanga  
Prefeitura Municipal de Mascote  
Prefeitura Municipal de Aurelino Leal  
Prefeitura Municipal de Itajuípe  
Prefeitura Municipal de Jussari  
Prefeitura Municipal de Pau Brasil  
Prefeitura Municipal de Santa Luzia  
Prefeitura Municipal de São José Da Vitória  
Prefeitura Municipal de Ubaitaba  
Prefeitura Municipal de Una  
Prefeitura Municipal de Maraú  
SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado da Bahia

## SOCIEDADE CIVIL

ABACS – Associação Bueraremensense dos Agentes Comunitários  
ABARÁ – Associação Brasileira de Apoio aos Recursos Ambientais  
AIART – Associação Itabunense de Artesões  
AMURC – Associação dos Municípios do Sul, Extremo-Sul e Sudoeste da Bahia  
APIS – Associação de Bananicultores e Apicultores em Diversificação de Buerarema e Adjacências  
APLB – Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia  
Associação de Marisqueiros (a) de Canavieiras  
Associação de Pescadores de Ilhéus  
Associação Renascer  
CMDRS – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Buerarema  
CMDRS – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Ilhéus  
Conselho de Quilombolas  
COOFASULBA – Cooperativa de Agricultores Familiares do Sul da Bahia  
COOPERCENTROSUL – Cooperativa de Pequenos Produtores de Cacau, Mandioca e Banana da Região Cacaueira do Centro Sul  
COOPERUNA – Cooperativa de Pequenos Agricultores de Una  
COOPRASBA – Cooperativa de Assentados do Sul e Baixo Sul  
COOTEBA – Cooperativa de Trabalho do Estado da Bahia  
COOTRAFS – Cooperativa de Trabalhadores da Agricultura Familiar do Sul da Bahia  
CPT – Companhia da Pastoral da Terra  
CRASBA – Conselho Regional Associativista de Buerarema e Adjacências  
EFAMA – Escola Família Agrícola Margarida Alves  
Etnia Pataxó  
Etnia Tupinambá  
FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional  
IESB – Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia  
Instituto CABRUCÁ  
Instituto ECOBAHIA  
INSTITUTO FLORESTA VIVA  
INSTITUTO PAU BRAS  
ILMLT – Movimento Trabalho Liberdade Movimento Unificado De Mulheres  
MST – Movimento dos Sem Terra  
MTL – Movimento de Luta pela Terra  
ONG GRUTA  
Pólo Sindical dos Trabalhadores do Sul da Bahia.





## GRUPO GESTOR EXECUTIVO – TERRITÓRIO LITORAL SUL / BA

Composto por 18 (dezoito) instituições, definidas pela representatividade e atuação na ação territorial.  
Seu caráter é paritário: poder público e sociedade civil organizada.

### PODER PÚBLICO

BNB – Banco do Nordeste do Brasil  
CAR – Companhia de Ação Regional  
CEPLAC – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira  
DIREC 07 – Diretoria Regional de Educação  
EBDA – Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola  
INCRA – Instituto Nacional de Colonização PM Itabuna-Ba  
SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado da Bahia  
UESC – Universidade Estadual de Santa Cruz

### SOCIEDADE CIVIL

ABARÁ – Associação Brasileira de Apoio aos Recursos Ambientais  
CMDRS – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Buerarema  
CMDRS – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Ilhéus  
CRASBA – Conselho Regional Associativista de Buerarema e Adjacências  
MLT – Movimento de Luta pela Terra MST – Movimento dos Sem Terra  
MTL – Movimento Trabalho Liberdade Pólo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Sul da Bahia.  
Representantes dos Indígenas Tupinambá e Pataxó Hã-Hã-Hã

## NÚCLEO TÉCNICO

CEPLAC

INCRA

EBDA

IESB

BNB

MST

COOPASB

COOFASULBA

Pólo Sindical Sul/FETAG-BA

Articuladores Territoriais

## CÂMARAS TEMÁTICAS

### EDUCAÇÃO

- Fórum de Educação do Campo
- DIREC 07 – Diretoria Regional de educação
- MST – Movimento dos Sem Terra
- MLT – Movimento de Luta pela Terra
- Indígena Tupinambá
- EFAMA – Escola Família Agrícola Margarida Alves
- POLO – Pólo Sindical do Trabalhadores Rurais do Sul da Bahia
- CETA – Movimento Estadual de Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas
- Articulação Territorial



## MEIO AMBIENTE

- ABARÁ – Associação Brasileira de Apoio aos Recursos Ambientais
- AMURC – Associação dos Municípios do Sul, Extremo-sul e Sudoeste da Bahia
- CEPLAC – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
- CMDRS DE BUERAREMA – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural

### Sustentável de Buerarema

- COOTEBA – Cooperativa de Trabalho do Estado da Bahia
- CPT – Companhia da Pastoral da Terra
- IESB – Instituto De Estudos Socioambientais Do Sul Da Bahia
- FLORESTA VIVA
- MLT – Movimento de Luta pela Terra
- MST – Movimento dos Sem Terra
- POLO Sindical dos Trab. Rurais do Sul da Bahia.
- SEMA – Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais

## REDE de ATER

- CEPLAC – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
- EBDA – Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola
- CRASBA – Conselho Regional Associativista de Buerarema e

### Adjacências

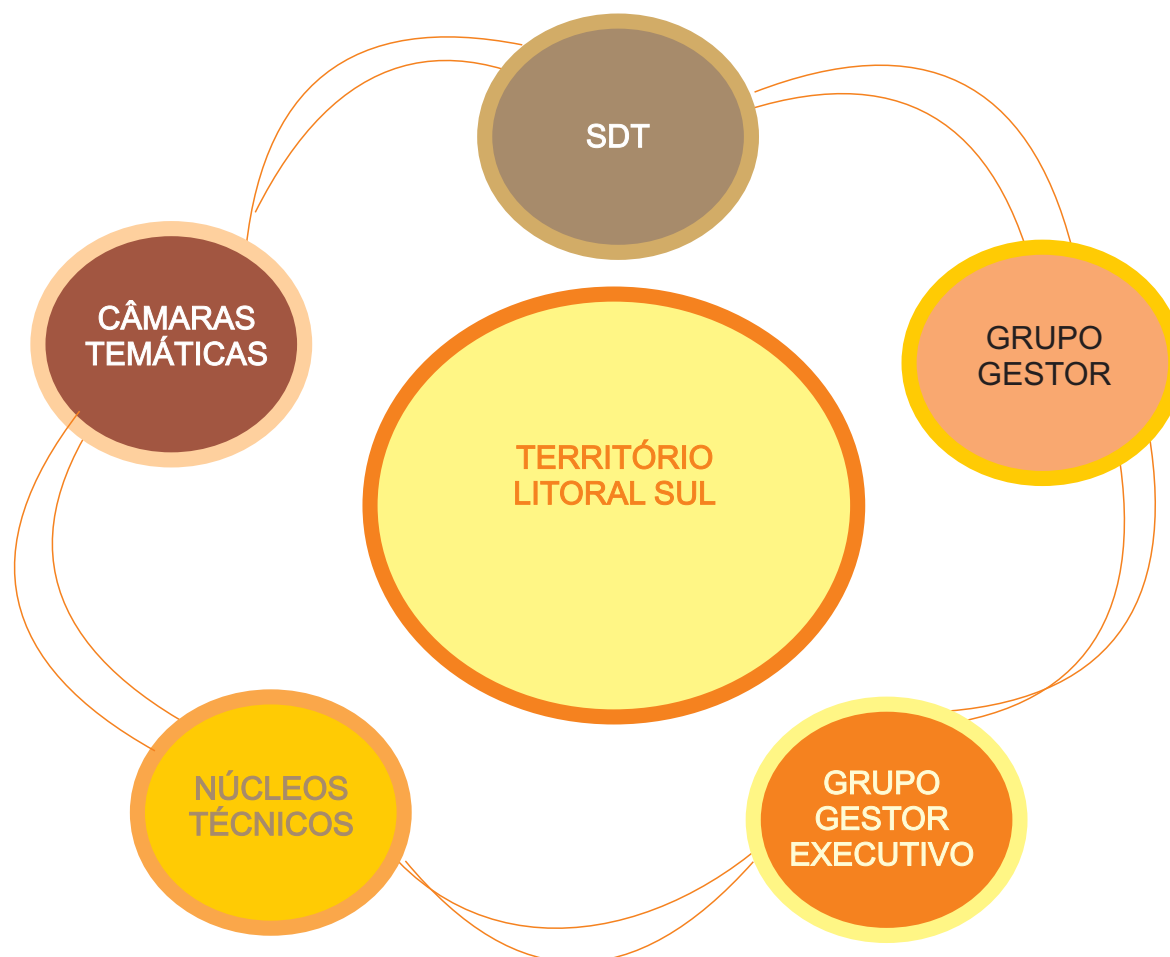
- INSTITUTO ECOBAHIA
- COOTEBA – Cooperativa de Trabalho do Estado da Bahia
- COOPERUNA – Cooperativa de Pequenos Agricultores de Una
- COOFASULBA – Cooperativa de Agricultores Familiares do Sul da Bahia
- COOPERCENTROSUL – Cooperativa de Pequenos Produtores de Cacao Mandioca e Banana da Região Cacaueira do Centro Sul
- INSTITUTO FLORESTA VIVA

### BASE DE SERVIÇO DE COMERCIALIZAÇÃO:

- COOPERCENTROSUL – Cooperativa de Pequenos Produtores de Cacau, Mandioca e Banana da Região Cacaueira do Centro Sul
- COOPERUNA – Cooperativa de pequenos agricultores de Una
- COOFASULBA – Cooperativa de agricultores familiares do Sul da Bahia
- COOPRASBA – Cooperativa de Assentados do Sul e Baixo Sul
- COOTEBA – Cooperativa de Trabalho do Estado da Bahia
- CRASBA – Conselho Regional Associativista de Buerarema e

#### Adjacências

- AIART – Associação Itabunense de Artesões
- CMDRS BUERAREMA – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Buerarema
- CMDRS ILHÉUS – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Ilhéus
- PREFEITURA MUNICIPAL Itabuna-Ba





Sistema de Gestão do Plano E partira do princípio de Qualificação da Gestão Territorial e Fortalecimento do Capital Social por Meio da Monitoria e Avaliação das Condições de

Vida e da Sustentabilidade no Litoral Sul da Bahia:

Inicialmente a estratégia de desenvolvimento do projeto será a de realizar um esforço de pesquisa, acerca das condições atuais do território utilizando-se o ICV e o IDS, de posse estas informações, será elaborado um documento contendo os resultados do ICV e IDS, bem como uma indicação das prioridades em termos de ações e políticas públicas prioritárias para cada município, que deverá ser submetido ao colegiado territorial.

A partir de uma apresentação deste documento por meio de oficinas, utilizando-se metodologias participativas, espera-se fazer um esforço no sentido de promover uma coesão social a partir da qualificação das ofertas, com base nas demandas municipais. Com isso espera-se fomentar uma perspectiva de coesão social a partir de uma postura mais solidária e humana, resultando em articulações de parcerias público-privadas, com base nas competências estabelecidas, potencializando o capital humano e político institucional presente na consecução de projetos e programas, bem como na definição das políticas públicas a serem priorizadas em cada município usando a lógica do impacto desta ação sobre o entorno.

Paralelamente será realizado um aprofundamento de um diagnóstico institucional como ferramenta para o colegiado territorial, principalmente em relação as competências das instituições presentes no território. Esta ação somada aos resultados dos indicadores irão fornecer o potencial de articulação de parcerias de acordo o binômio demanda/competência.

A partir destas ações espera-se neutralizar a sobreposição de esforços e os conflitos de interesse, existentes atualmente entre alguns atores, principalmente pela não qualificação das ofertas relativas as 180 ações previstas no programa. Espera-se que a partir do diagnóstico e monitoria dos índices, possa-se qualificar as demandas relativas as políticas sociais, relacionadas a saúde, assistência social, cultura, meio ambiente, organização produtiva, etc.

Além disso espera-se que seja possível identificar programas e projetos prioritários de alcance mais amplo que possa estruturar ações de interesse de toda a base produtiva do território, como programas de pesquisa participativa e extensão inovadora, desenvolvimento de processos e produtos com geração de inovações em arranjos produtivos ligados a base de serviço, fortalecimento de parcerias e fóruns existentes, aumento da participação dos atores no território, etc.


Somados a estes resultados iniciais, espera-se que o fortalecimento da rede social, possa proporcionar arranjos e articulações de parcerias mais complexas, capazes de estabelecer laços de confiança entre diferentes atores, suplantando cada vez mais as posturas sectárias e retóricas, fortalecendo a coesão social e fazendo com que as forças sociais consigam cada vez pactuar decisões voltadas para a superação do clientelismo governamental e vocacionar as pessoas para o empreendedorismo de base local.





**P**ara que isso ocorra será estimulado o fortalecimento de seminários, simpósios e conferências tendo como objetivo a publicização de resultados e a troca de experiências entre atores.

O acompanhamento da gestão do plano será realizado por meio de indicadores de progresso.

- 
- 1. Formação e funcionamento do núcleo técnico do território e da célula de acompanhamento do projeto:
    - 1.1 Reuniões de apresentação do projeto e escolha de representantes;
    - 1.2 Apoio ao funcionamento do núcleo técnico, e câmaras técnicas e grupos .
  - 2. Levantamento de dados para a formação da linha de base do projeto e monitoria do ICV (Índice de Condições de Vida) e IDS (Índice Desenvolvimento Sustentável);
    - 2.1 Reuniões para apresentação e discussão da metodologia de coleta de dados para a formação da linha de base e monitoria a partir de dados secundários e primários;
    - 2.2 Processamento de dados para obtenção do ICV e IDS;
    - 2.3 Reuniões da Célula para revisão final dos resultados e elaboração de documento de apresentação dos resultados;
    - 2.4 Visitas “in loco” para avaliação qualitativa das ações territoriais e dos índices ICV e IDS;
    - 2.5 Reuniões anuais com a equipe de monitoria do projeto na sede da instituição executora.
  - 3. Oficinas para apresentação da linha de base, discussão dos resultados, priorização de políticas e ações.
    - 3.1 Reuniões para definição da estratégia de apresentação dos dados com o colegiado territorial executivo;
    - 3.2 Oficinas de apresentação dos resultados da linha de base do projeto com a apresentação do ICV e IDS, do território e municípios;
    - 3.3 Acompanhamento das ações de planejamento, qualificação de políticas públicas colegiado territorial e avaliação do PTDS.
  - 4. Monitoria das ações do programa territórios da cidadania no território Litoral Sul:
    - 4.1 Acompanhamento da execução de programas e projetos no território Litoral Sul;
    - 4.2 Diagnóstico institucional e articulação de parcerias.

## Bibliografia

ABRAMOVAY, Ricardo (2000) O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. Economia Aplicada v. IV, n. 2, :pg. 379-397 abr/jun

ABRAMOVAY, Ricardo; SILVESTRO, Milton Luiz; CORTINA, Nelson; BALDISSERA, Ivan Tadeu, FERRARI, Dilvan Luiz; TESTA, Vilson, Marcos. Juventude e agricultura familiar: desafio dos novos padrões sucessórios. Brasília: Edições Unesco, 1998, 101p. 2ª ed.

ASMAR, S, R. Sociologia da Microrregião Cacaueira. Ilhéus-Bahia: 1983.

AMIM, [http://www.uesc.br/nucleos/kawe/candomble/caminhos\\_do\\_mapeamento.pdf](http://www.uesc.br/nucleos/kawe/candomble/caminhos_do_mapeamento.pdf), acesso em 23 de novembro 2010.

CARDOSO, J, B. Literatura do Cacau: Ficção, Ideologia e Realidade em Adonias Filho, Euclides Neto, James Amado, Jorge Amado. Editus, Ilhéus, 2006, p.198.

CHIAPETTI, J; KAHIL, S,P. Dinâmica do Território: crescimento econômico x desenvolvimento. in: VII seminário de pós-graduação em Geografia da Unesp. Rio Claro.São Paulo, 2008.

Diário Oficial da União, 1961-2009/Diário Oficial do Estado da Bahia, 1959-2008/Prefeitura Municipal, 1970-2002

GASPARETO, A. Trabalho apresentado no V Encontro Baiano de Geografia e o VII Encontro de Estudos Geográficos da UESC, de 6 a 10 de outubro de 1997. UESC, Ilhéus, BA. 1997.

GASMAN, L.Documentos Históricos Brasileiros. Brasília: MEC/FENAME, 1976.

GUANZIROLI, Carlos et al. Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

IBGE, 2001. Uma análise dos resultados da Sinopse Preliminar do Censo Demográfico 2000. Disponível em: [www.ibge.gov.br/](http://www.ibge.gov.br/). Acesso em: novembro de 2010.  
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico – Brasil 2004, Disponível em: [www.ibge.gov.br/](http://www.ibge.gov.br/). Acesso em: novembro de 2010.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: [www.ibge.gov.br/](http://www.ibge.gov.br/). Acesso em: novembro de 2010.

IBGE Cidades @. Disponível em: [www.ibge.gov.br/](http://www.ibge.gov.br/). Acesso em: novembro de 2010.

IBGE - Censo Agropecuário 2006. Disponível em: [www.ibge.gov.br/](http://www.ibge.gov.br/). Acesso em: novembro de 2010.

Instituto Floresta Viva, em parceria com a Fundação Cultural Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura, (2008)

KLIKSBERG, Bernardo. Capital social y cultura, claves esenciales del desarrollo. Revista de la Cepal, n.69, 1999.

Diagnóstico Institucional, Dialogo do Cacau. Instituto Cabruca, Ilhéus, 2010.

PERICO, Rafael Echeverry. Identidade e Território no Brasil. Tradução de Maria Verônica Moraes Souto. – Brasília : Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2009,

SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Estatística dos municípios baianos. Salvador: SEI, 2009. v.2

SIT - Sistema de Informações Territoriais (<http://sit.mda.gov.br>), 2010.

PARENTE V. M., et al. Projeto Potencialidades Regionais Estudo de Viabilidade Econômica – Cacau, Instituto Superior de Administração e Economia ISAE/Fundação Getúlio Vargas (FGV), Rio de Janeiro, 2003, 34 p.

ZUGAIB, A. C. C., et al. Mercado do cacau. Ilhéus, BA: CEPLAC/CEPEC/SESOE, 2005, 22 pp..



***‘Nesse Território as  
janelas sempre se abrem’***

